



Universidade de Brasília
Departamento de Psicologia Clínica e Cultura
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura

MURILO HENRIQUE SILVA

**QUANDO A POLÍTICA SE ENCONTRA COM A FANTASIA: UMA LEITURA
PSICANALÍTICA SOBRE AS *FAKE NEWS* E O PODER NA
CONTEMPORANEIDADE**

Brasília
2023

MURILO HENRIQUE SILVA

**QUANDO A POLÍTICA SE ENCONTRA COM A FANTASIA: UMA LEITURA
PSICANALÍTICA SOBRE AS *FAKE NEWS* E O PODER NA
CONTEMPORANEIDADE.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura do Departamento de Psicologia Clínica da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Profa. Dra. Daniela Scheinkman Chatelard.

BRASÍLIA
2023

MURILO HENRIQUE SILVA

QUANDO A POLÍTICA SE ENCONTRA COM A FANTASIA: UMA LEITURA
PSICANALÍTICA SOBRE AS FAKE NEWS E O PODER NA CONTEMPORANEIDADE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura, do Departamento de Psicologia Clínica da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Psicologia. Aprovada em: 11 de dezembro de 2023, pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Daniela Scheinkman Chatelard - Presidente
Universidade de Brasília

Profa. Dra. Márcia Cristina Maesso
Universidade de Brasília
Membro interno

Profa. Dra. Lucianne Sant'Anna de Menezes
Universidade Federal de Uberlândia
Membro externo

Prof. Dr. Juliano Moreira Lagoas
Centro Universitário de Brasília
Suplente

Dedico este trabalho à minha pequena Morgana, doce criança que, no auge dos seus seis anos, compartilha ternura, transmitindo uma aura de amor, suportando a redução de uma parte do tempo juntos, para que eu consiga este título. A este pequeno tesouro que acompanha e espera esta formação, tornando a vida mais bela, espero que dias melhores venham após este sacrifício, para nossa família e quiçá para a sociedade no futuro.

Dedico também a todos aqueles que sofreram ou foram vítimas das consequências de campanhas de desinformação. Que estas reflexões possam, mesmo que minimamente, ajudar a promover mudanças sociais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais Vandeir e Giselda por terem investido desde muito cedo em meus estudos e terem acreditado em meu potencial, dando-me suporte e também incentivando a jornada no mestrado. Sem eles, nada disso teria sido possível. Obrigado pela aposta!

À Gabriella por todo apoio, suporte e por ter dividido a carga das diversas demandas, nos momentos mais pesados. Pessoas especiais são medidas pelo valor de suas ações, quanto às suas, já não sei mais contabilizar. Obrigado!

Aos meus irmãos, Higor e César, pela partilha da aventura de viver.

À minha família e aos amigos mais próximos que acompanharam esta jornada, proferindo palavras de incentivo e apoio, desde as pequenas às maiores coisas, que possibilitaram bancar o desejo de estudar em uma universidade a 350 km de distância de minha casa. Deixo aqui um especial sentimento de gratidão a Samuel, que me hospedou em sua casa durante um semestre inteiro, sempre ofertando o melhor.

Aos tios Ortís, Orney e suas famílias, que, além de também terem sido meus anfitriões, proporcionaram momentos de muita alegria, tornando tudo mais leve. Por fim, um especial agradecimento à minha avó Dora, pelo apoio incondicional em tudo.

À madrinha Cintia, por seu acolhimento, dedicação e cuidado, desde minha infância, passando pelos tempos da faculdade até os dias de hoje.

À Maria Célia, amiga tão próxima da família que se tornou parte dela. A você, que também sempre me incentivou tanto com relação aos estudos, tanto com as publicações e a pesquisa, a minha admiração e reconhecimento.

Aos professores de graduação da Universidade Federal de Uberlândia, pelos conhecimentos transmitidos, pela formação crítica e pelo início da jornada na Psicanálise, em especial à professora Lucianne Menezes.

À professora Daniela Chatelard, pela confiança de ter me aceito como seu orientando, e pelas oportunidades que me conferiu durante o percurso de mestrado. Também aos colegas do LAPSUS – UnB, em especial a Cláudia Beato, Eduardo Portela, Guilherme Ribeiro e Roberto Medina, pelo apoio e pelas trocas de conhecimento.

À FAP-DF, e à CAPES, pelas bolsas concedidas, pois foram fundamentais para que tudo isto pudesse se concretizar.

Aos funcionários da secretaria do PPG, sempre prestativos e eficientes. Uma especial gratulação ao Daniel, por seu suporte no momento final desta jornada.

À Universidade de Brasília (UnB), por tornar possível o ensino público de qualidade ímpar. Por resistir a tempos tão difíceis.

Em último lugar, mas com as devidas honrarias, a Aline Accioly e Germano Pereira. Pérolas que a vida me agraciou de encontrar, e que foram fundamentais para atravessar minhas questões pessoais, para que este trabalho pudesse chegar ao fim. Sem a escuta e o suporte destes, a pós-graduação certamente teria me atravessado com mais impactos do que já fora.

RESUMO

Diante do contexto de notícias falsas, intencionalmente manipuladas e de rápida circulação, a vida contemporânea deparou-se com um desafio de proporções homéricas. Instigado por esta questão, adveio a seguinte problemática ao pesquisador: como a metapsicologia freudiana e o campo freudo-laciano nos ajuda a ler/teorizar sobre o fenômeno das *fake news* e as campanhas de desinformação e suas relações de poder? Formulamos como hipótese a esta, que: as campanhas de desinformação, através da veiculação de notícias falsas (*fake news*), constituem-se como tentativas políticas de influenciar as fantasias coletivas, para sustentar discursos ideológicos, condizentes com desejos e crenças daqueles que as veiculam. Assim, o objetivo norteador de nosso estudo direcionou-se a analisar o mecanismo das campanhas de desinformação, com suas *fake news*, articulando-as com a perspectiva da fantasia, a formação de massas e as relações de poder na contemporaneidade, à luz da metapsicologia freudiana e do campo freudo-laciano. Contudo, tivemos também de dialogar extramuros com a Psicanálise, com o conceito de psicopolítica, para auxiliar-nos a compreender a dinâmica do poder envolvido na produção e disseminação das *fake news*. Tomando, desta feita, a Psicanálise como método investigativo dos fenômenos inconscientes presentes na cultura, confirmamos nossa hipótese de pesquisa. Avançamos, então, ao correlacionar que, através dos mecanismos tecnológicos atuais, o psicopoder tem por foco o campo da fantasia coletiva, uma vez que, sendo ela a realidade psíquica, influencia diretamente uma série de outros fenômenos, como a ideologia, as ilusões e a formação de massas políticas.

Palavras-chave: Psicanálise; fantasia; psicopolítica; *fake news*; campanha de desinformação; massa.

ABSTRACT

In the face of fake news, which is intentionally manipulated and circulates rapidly, contemporary life has encountered a challenge of Homeric proportions. Prompted by this issue, the following problematic has come upon the researcher: how does Freudian metapsychology, and the Freudian-Lacanian field, help us read/theorize about the fake news phenomenon and the disinformation campaigns and their power relations? We hypothesize that disinformation campaigns, via dissemination of fake news, constitute political attempts to influence collective fantasies in order to sustain ideological speeches that align with the desires and beliefs of those who disseminate them. Thus, the leading objective of our study was to analyze the mechanisms of Disinformation Campaigns and their fake news, connecting them to the perspective of fantasy, the formation of masses, and power relations in contemporaneity, based on the Freudian metapsychology and the Freudian-Lacanian field. However, we also had to engage beyond psychoanalysis with the concept of psychopolitics in order to help us understand the power dynamics involved in the production and dissemination of fake news. Taking psychoanalysis as an investigative method of inconsistent phenomena present in the culture, we confirmed our research hypothesis. We then advanced by correlating that, through current technological mechanisms, the psychopower focuses on the realm of collective fantasy, as it is the psychic reality that directly influences a series of other phenomena, such as ideology, illusions, and the formation of political masses.

Keywords: psychoanalysis; fantasy; psychopolitics; fake news; disinformation campaign; mass.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 – AS RELAÇÕES ENTRE A FANTASIA, O MAL-ESTAR E A FACE SOCIOPOLÍTICA DO SOFRIMENTO	24
1.1. O MAL-ESTAR NA CIVILIZAÇÃO	25
1.2. FANTASIA	31
1.2.1. <i>FANTASIA EM FREUD</i>	32
1.2.2. <i>APONTAMENTOS SOBRE A PULSÃO DE MORTE E SEUS IMPACTOS NA FANTASIA A PARTIR DE LACAN</i>	40
1.3. PSICOLOGIA DAS MASSAS	53
1.3.1. <i>TEORIA DAS MASSAS E IDENTIFICAÇÃO NO LÍDER</i>	54
1.3.2. <i>O FUNÇÃO DA FANTASIA NA ARTICULAÇÃO ENTRE A EFEMERIDADE DAS MASSAS E A IDEOLOGIA</i>	59
1.4. A DIMENSÃO SÓCIO-POLÍTICA DO SOFRIMENTO	68
CAPÍTULO 2 – O PODER NA ERA DIGITAL, E A SUA INFLUÊNCIA NO PSIQUISMO	73
2.1. DO PODER À GESTÃO DE CORPOS NA PSICOPOLÍTICA	74
2.2. PSICOPOLÍTICA E O MANEJO DO CORPO COMO <i>DATA</i>	76
CAPÍTULO 3 – FAKE NEWS, DESINFORMAÇÃO, FANTASIA, MASSAS E PODER: UM OLHAR INTERDISCIPLINAR	90
3.1. <i>FAKE NEWS</i> , CAMPANHAS DE DESINFORMAÇÃO E EQUÍVOCOS JORNALÍSTICOS	94
3.2. OS MECANISMOS OPERATIVOS NAS <i>FAKE NEWS</i> E CAMPANHAS DE DESINFORMAÇÃO	97
3.3. FANTASIA E CAMPANHAS DE DESINFORMAÇÃO: DO MAL-ESTAR AO NARCISISMO DAS PEQUENAS DIFERENÇAS	100
3.4. FANTASIA E SUA ARTICULAÇÃO COM A QUESTÃO DAS MASSAS	108
CONCLUSÃO E NOTAS SOBRE A VERDADE E O SABER	114
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	121

Introdução

Em um tempo em que o medo e a incerteza diante do futuro pairavam sobre uma sociedade arrasada pela crise sanitária da propagação do coronavírus, surgiu um interesse de pesquisa com relação a alguns eventos relacionados a esta atmosfera, mas que não diziam respeito ao campo da ciência biológica, ou ao desenvolvimento de vacinas. Este interesse baseava-se em um outro estranho ocorrido, que também surpreendeu a civilização contemporânea de uma forma geral, e que se entrelaçava na cultura: o advento das *fake news*.

Mesmo sabendo que as notícias falsas não se originaram durante a quarentena, a sua influência durante a crise sanitária surpreendeu a sociedade de uma forma geral. Muitos foram os que proclamavam que os protocolos expedidos por órgãos sanitários internacionais, como a Organização Mundial de Saúde (OMS), tratavam-se de medidas exageradas, ou que havia um caráter manipulativo político, através de “informações inverídicas”, que estas instituições e que a mídia de massa promulgaram. Em vários momentos, proferia-se também que havia uma conspiração cuja meta era prejudicar as economias capitalistas, que não podiam parar, entre outros.

Ou seja, para além de uma pandemia viral biológica, a sociedade vivia e vive, ainda hoje, uma epidemia digital, infodemia segundo Han (2022), através da propagação destas *fake news*, que circulam em uma velocidade muito maior do que o coronavírus jamais alcançou. Estas visavam, nos tempos da quarentena, uma negativa da realidade da crise, contestando a ciência e promulgando teorias da conspiração das mais diversas.

Foi diante da percepção deste hiato, entre a produção de conhecimento técnico-científico do século XXI e a propagação de discursos reacionários, negacionistas, e de leituras da realidade distorcidas, que o pesquisador deste estudo começou a questionar como as *fake news* tinham o poder de influência que demonstravam.

O direcionamento à teoria psicanalítica, portanto, permitiu que aos poucos esse desconforto fosse formalizado na seguinte problemática: como a metapsicologia freudiana e o campo freudo-laciano nos ajudam a ler/teorizar sobre o fenômeno das *fake news* e as campanhas de desinformação e suas relações de poder?

A hipótese originada a partir da incógnita de pesquisa supunha que: as campanhas de desinformação, através da veiculação de notícias falsas (*fake news*), constituem-se como tentativas políticas de influenciar fantasias coletivas, que sustentem discursos ideológicos, condizentes com desejos e crenças daqueles que as veiculam.

Conforme seguíamos nosso percurso, entretanto, muitas mudanças decorreram-se diante das novas informações que obtivemos. A exemplo, citamos a desambiguação descoberta entre as isoladas notícias falsas do contexto de campanha desinformativa que compõem em sua coletividade. Tal perspectiva reconfigurou parte da pergunta de pesquisa durante os avanços realizados. Além dessa, ressaltamos a necessidade detectada que nos lavou a extrapolarmos a temática da pandemia, para uma melhor compreensão acerca das *fake news* e de suas campanhas, já que estas ultrapassavam esse domínio e demandavam uma complexidade maior de análise para além do período de quarentena.

Sobre essa segunda alteração, devemos ressaltar que, por mais que tivesse sido almejada pelo pesquisador, envolveu uma decisão crítica e um risco grande, na medida em que exigia investigações com a metade do tempo de mestrado já percorrido.

Outra exigência necessária que a temática demandou foi a inclusão de diálogos da Psicanálise com outros campos do saber que nos auxiliassem a ler os acontecimentos decorrentes na contemporaneidade, com o advento das mídias digitais. Dessa feita, nosso trabalho teve de passar a ser feito em duas frentes, a saber, com os estudos partindo do campo psicanalítico, e também no extramuros de nosso saber, dialogando com a teoria da comunicação, a filosofia política e a sociologia. Cientes da altura de tal desafio, não

recuamos, mesmo que talvez não tivéssemos tempo hábil para pesquisar, com a profundidade almejada, cada um dos complexos elementos envolvidos nessa trama. Entendemos que nossa decisão metodológica envolveu um risco que resolvemos assumir, pois, em nossa perspectiva, seria muito mais prejudicial à pesquisa não incluir estes diálogos com outros saberes ou reduzir nossas análises ao tempo da pandemia.

Justificamos assim que, como este trabalho nasceu de uma pergunta referente ao campo social, e não de uma questão clínica, foi necessário situar ao longo do percurso como o discurso analítico pode contribuir fora de seu território tradicional, o *setting* analítico, diante de um enigma provocado por um fenômeno social. Situamo-nos, portanto, distantes da posição mitológica do mito de Édipo. Este, por sua vez, almejou dar uma resposta à esfinge que culminasse na morte do monstro e, conseqüentemente, no fim do sofrimento que esse causava.

O presente estudo extraiu da mitologia de Édipo e do território psicanalítico o gesto de debruçar-se sobre um enigma para tentar respondê-lo. Nessa orientação, o ato investigativo é o que permite a construção de um caminho em torno de uma incógnita. Nessa direção, construímos, ao longo da pesquisa e seus capítulos, uma trilha lógica de raciocínio, embasada por pensamentos teóricos, que conduzem a caminhos diante das encruzilhadas com as quais nos deparamos no percurso.

É totalmente plausível, diante disso, que existam outras análises distintas e discordantes desta aqui realizadas, bem como outras leituras possíveis dos fenômenos aqui apresentados. O enigma, diferente de uma charada, não tem resposta certa, apenas possibilidades de respostas. Logo, trata-se menos da verdade que responde ao enigma, e mais do caminho lógico construído para defendê-la e suas razões lógicas. Esperamos que este estilo de produção de racionalidade possa servir a futuros pesquisadores e à civilização.

Considerando que nos inspiramos no modo psicanalítico de investigação de enigmas, tomamos, como exemplos de pesquisadores, Freud e Lacan. Ambos tiveram que romper com uma lógica científica e clínica padronizada para suas épocas e, por isso, deixaram ao mundo testemunhos de suas formas de olhar para os enigmas ao lê-los. Ao fim, foi a prova do tempo que determinou a persistência de seus legados, ecoando nas vozes de futuros pesquisadores e psicanalistas. Deixemos, assim, também este estudo, à prova do tempo.

É com base nesses exemplos acima citados que reforçamos nossa escolha metodológica na crença no diálogo entre Psicanálise, filosofia e ciência política. O diálogo entre diferentes epistemologias se constrói, a exemplo dos psicanalistas acima, na extrapolação dos limites pré-concebidos dos campos de saberes. É na construção de diálogos com diferentes ciências, a partir de seus constructos teóricos e devidas desambiguações de usos e sentidos, que se torna possível produzir articulações com a Psicanálise. Inspiramo-nos nas palavras de Rosa (2018), ao descrever que cabe ao psicanalista incidir nos pontos de falta dos outros campos do saber.

Não acreditamos em uma Psicanálise ensimesmada, encastelada, que somente dialoga com seus próprios significantes aspirando ser um saber total, pois este ensimesmamento a aproximaria da ilusão e da religião. Apostamos na causalidade do desejo, como Freud (1927/2014a). Dessa forma, reconhecemos a importância da Psicanálise, mas destacamos também os limites de seu campo na leitura de fenômenos sociais, propondo diálogos com o conhecimento que outras áreas do saber podem proporcionar aos avanços em pesquisas.

As contribuições do presente estudo situam-se, portanto, na atualidade do fenômeno das *fake news*, da manipulação política, e dos efeitos que essas produções geram nos sujeitos e no mundo atualmente. Tornou-se um desafio para o sujeito contemporâneo lidar com a velocidade das transformações sociais em que é atravessado pela inovação científica, e como elas mudaram drasticamente seu enlaçamento com um modo de operar com suas fantasias

sociais e individuais, seja na vida cotidiana, nas relações interpessoais, ou nas formas de ver e entender o mundo.

A exemplo desse funcionamento acima descrito, temos uma chuva de informações as quais um sujeito acessa, objetivando desconstruir fatos, tornando o acesso à informação caótico, desnorteador, e demonstrando o quanto ainda temos que compreender os efeitos dessas notícias falsas na sociedade, visto que são financiadas e propagadas por interesses de alguns grupos.

Segundo Rosa (2018), podemos ler uma demanda de análise nessa realidade e, com isso, sustentar estratégias de resistência e intervenção contra a manipulação política, contra a objetificação do outro, e contra a propagação das mazelas e do sofrimento, que vem travestido como verdade do discurso político-social. Dessa forma, a importância de estudos como este parte de uma necessidade de um posicionamento ético e crítico diante da convocação à alienação, tendo uma relevância direta para os desdobramentos éticos para sociedade e a pólis, em suas reflexões impossíveis de desviar de seu tempo social.

Se, contudo, não pudermos dar uma resposta totalizante ao enigma da esfinge, não cessaremos de oferecer análises parciais ao enigma. Este ato de insistência, cernido de seu alcance, fundamenta-se no tempo de pesquisa do mestrado, espaço temporal demasiado curto para um tema deveras profundo, conforme já apontamos. Contudo, entender as limitações não diminui o desejo no trabalho realizado, apenas o esteia. Dessa forma, não recuamos em valorar os avanços, tampouco nos envaidecemos diante das discussões realizadas. Esperamos, ao final, que o texto aqui produzido sirva como uma ferramenta a ser utilizada por aqueles que assim o desejarem, diante do ato ao qual se destina.

Após essas ressalvas, retomamos que tivemos como objetivo geral condutor analisar o mecanismo das campanhas de desinformação, que é composto por *fake news*, articulando-o

com a perspectiva da fantasia, a formação de massas e as relações de poder na contemporaneidade, à luz da metapsicologia freudiana e do campo freudo-laciano.

Mais especificamente, nossos objetivos outros, que originaram os três capítulos e as discussões neles proferidas, são organizados da seguinte forma: 1) Extrair as noções psicanalíticas de mal-estar na cultura, fantasia, psicologia das massas, libido, identificação, narcisismo das pequenas diferenças e pulsão de morte, através da metapsicologia freudiana e o conceito de ideologia de alguns comentadores lacanianos, como Slavoj Žižek, Marco Antônio Coutinho Jorge e Miriam Debieux Rosa; 2) Apresentar o conceito de psicopolítica, explanando como este age no laço social contemporâneo e correlacionando-o com o contexto das campanhas de desinformação e seus mecanismos de poder digitais; 3) Articular uma possível hipótese sobre como a fantasia no laço social se relaciona às campanhas de desinformação, à formação de massas e ao poder na era digital.

Logo, em nosso primeiro capítulo, intitulado: *As Relações Entre a Fantasia, O Mal-Estar e a Face Sociopolítica do Sofrimento*, retomamos a questão da impossibilidade entre sujeito e civilização a partir de Freud, discorrendo sobre a problemática da agressividade (pulsão de morte) voltada tanto externamente, quanto internamente. Avançamos após essa perspectiva, extraíndo o conceito de fantasia desde Freud, passando também por contribuições trazidas por comentadores lacanianos. Por fim, articulamos as relações entre o mal-estar, a face sociopolítica do sofrimento, a formação das massas e as relações desses com a fantasia.

Já no segundo capítulo, intitulado: *O Poder na Era Digital e a Influência no Psiquismo*, apresentamos o conceito de psicopolítica de Byung-Chul Han, mostrando a exposição que este realiza acerca das formas de poder na era das mídias digitais e o contexto das *fake news*. Nesse capítulo, também apresentamos nossos contrapontos a algumas questões de seu pensamento, fazendo as devidas desambiguações de algumas análises por ele tomadas,

posicionando-nos nestas circunstâncias, sobre o solo psicanalítico, que nos conduzem a outros pontos.

Por fim, no último capítulo, intitulado: *Fake news, desinformação, fantasia, massas e poder: um olhar interdisciplinar*, detivemo-nos sobre o ponto nevrálgico de nossa pesquisa, que são as questões das *fake news*, articulando o seu fazer com a fantasia no laço social, a formação das massas e o poder na contemporaneidade.

Metodologia

Todo estudo que visa à produção de um certo conhecimento ou o avanço de certa investigação necessita de um método que se consiste em um caminho provisório para entender-se a questão da pesquisa, conforme afirmam Rosa & Domingues (2010).

A pluralidade dos métodos investigativos, portanto, exige que a escolha de um método esteja intimamente relacionada à melhor forma de responder à incógnita do pesquisador. Partindo dessa premissa, optamos, nesta dissertação, por utilizar o método psicanalítico, uma vez que, como diria Freud (1923a/1980), esse é o meio de se pesquisar as manifestações inconscientes humanas.

Ora, como o objeto de estudo da Psicanálise é o inconsciente, conforme também ecoam (Lameira et al., 2017), a Psicanálise difere-se de uma ciência especulativa, não contando com definições irretocáveis e límpidas. Antes, parte de conceitos e ideias que são desenvolvidas e descartadas diante de novas descobertas mais apropriadas, advindas da depreensão, observação e interpretação analítica. Estas operações alimentam reciprocamente o próprio edifício teórico.

Esse caráter da Psicanálise demonstra que, quando alguém se propõe a formular uma pesquisa, há uma contínua reconstrução dos caminhos investigativos, que progressivamente se desenrolam ao longo do estudo, conduzindo o pesquisador para lugares que, muitas vezes,

ele não contava que iria percorrer (Lameira et al., 2017). Essa perspectiva explica exatamente o que ocorreu nesta pesquisa, conforme já explanamos na introdução.

Cientes dessas condições, é necessário que sustentamos a Psicanálise como possível método de investigação científica lembrando que, para (Freud, 1927/2014a; Menezes, 2008, 2010; Rosa, 2004, 2018; Sauret, 2003), a Psicanálise não se resume a uma forma de tratamento clínico das neuroses. Na realidade, é concebida a partir de três aspectos: um método de investigação do inconsciente, uma técnica de tratamento, e uma teoria. Esta tríplice perspectiva demonstra que, desde Freud, a Psicanálise não se restringiu ao *setting* analítico.

Sendo mais preciso ainda, na função operativa da Psicanálise como método, Freud (1927/2014a, p. 221) afirma que: “Na realidade, a Psicanálise é um método de pesquisa, um instrumento imparcial, como o cálculo infinitesimal, digamos”.

Sob a perspectiva de Menezes (2010), avançamos nessa discussão, explanando a importante desambiguação entre a noção de método e técnica, designando que a técnica diz respeito a um conjunto de condições para que o método possa se concretizar. Já o método trata-se da direção, do caminho para que ocorra a investigação do inconsciente. Dessa forma, a técnica varia, ao passo que o método não. O que caracteriza a Psicanálise como ciência, portanto, é o método pelo qual ela trabalha, que é o da interpretação analítica.

Entretanto, devemos ressaltar que o pai da Psicanálise já dava exemplos de forma categórica e rigorosa da utilização do método, aplicando-o para a compreensão dos fenômenos culturais, a religião, a própria ciência, a mitologia, a arte, entre outros. Isso se faz possível devido ao fato de que as manifestações inconscientes estão presentes em todas as manifestações humanas (Freud, 1921/2011a; Menezes, 2010; Rosa, 2018).

Esse entendimento possibilitou à Psicanálise, desde cedo, superar a falsa dicotomia entre indivíduo/sujeito *vs.* sociedade, já que a divisão entre psicologia individual e coletiva é

da ordem do impossível (Freud, 1921/2011a). Nas palavras de Rosa (2004), essa recusa de Freud demonstra que os sujeitos se constituem na e pela cultura, participando ativamente dela.

Entretanto, esse interesse da Psicanálise para além do tratamento clínico demandou nomeações, que diferenciasssem esta área de investigação daquela atrelada ao ambiente restrito do *setting* analítico. Dessa forma, Lacan, continuando o legado freudiano, chamou o campo investigativo extraclínico de psicanálise em extensão, ao passo que Laplanche passou a utilizar o termo psicanálise extramuros (Rosa, 2018).

Explicando melhor, Lacan, em 1965, na ata de fundação da Escola Freudiana de Paris, distinguiu a Psicanálise entre *intenção* e *extensão*. A primeira diz respeito à doutrina psicanalítica; já a segunda articula a clínica com as ciências afins, recenseando o campo freudiano. Contudo, Lacan destaca que há uma dependência da Psicanálise em extensão da Psicanálise em intenção. Esta dependência repensa a ordem institucional, dando primazia à ordem teórica, diferenciando-a, dessa feita, de uma sociologia quantitativa (Rosa, 2004, 2018; Rosa & Domingues, 2010).

Já Laplanche (1992) destaca que originalmente Freud empregava o termo Psicanálise aplicada para referir-se a esta área de atuação extensiva. Contudo, designa que utilizar o termo “aplicada” é inadequado na medida em que a *experiência* psicanalítica não se resume à clínica, é a partir de então que cria o termo “Psicanálise extramuros” para se referir ao direcionamento desta em relação à cultura, conforme também aponta Menezes (2010).

Para além das nomenclaturas, todavia, a Psicanálise extramuros ou em extensão diz respeito a uma abordagem a partir das concepções da ética psicanalítica, dos problemas que enredam os fenômenos sociais, políticos, que ultrapassam o campo da situação de tratamento clínico (Rosa, 2004).

É exatamente aqui que localizamos, mais especificamente, o nosso posicionamento metodológico. Pois dado que visamos analisar, a partir da metapsicologia freudiana e do campo freudo-lacanian, o advento das *fake news*, as campanhas de desinformação, a construção da fantasia no laço social, as relações de poder e as massas, compreendemos que estamos a utilizar a escuta do inconsciente ligada a fenômenos sociais, culturais e políticos. Logo, estamos metodologicamente assentados na Psicanálise em extensão ou extramuros para a realização de nossa empreitada.

Reforçamos essa escolha metodológica ecoando as palavras de Rosa (2004, pp. 334-335), que nos diz que “a articulação entre sujeito e sociedade faz parte da trama teórica e clínica da Psicanálise”.

Em outro momento, Rosa (2018) avança afirmando que tomar o campo social como objeto de pesquisa significa considerá-lo como constituído por discursos construídos em torno de uma fantasia ideológica que almeja mascarar os antagonismos sociais. Essa construção mostra que a sociedade é fixada em uma identidade socio-simbólica, cuja ordem é ameaçada por alguns eleitos como “estranhos”, que são excluídos, escravizados ou eliminados. Por conseguinte, a análise dos laços sociais demanda do pesquisador em Psicanálise a ruptura com o silêncio dos pactos de grupo social, o descortinamento dos métodos de controle e o escamoteamento dos conflitos políticos, econômicos e do mal-estar cultural. O objetivo último deste caminho é a promoção de uma escuta efetiva dos sujeitos constituídos pelo inconsciente e atravessados pelo gozo, pelas fantasias coletivas, desejos e violências.

Caso não seja assim, Rosa (2018) nos adverte que prorroga-se uma relação de subordinação entre classes e grupos sociais. Em outras palavras, esses apontamentos nos mostram que estamos a tratar de relações de poder que se entremeiam no campo político. Nesse sentido, este estudo parte de um posicionamento crítico em relação a como as novas

tecnologias digitais relacionam-se a esta captura e enredamento social, que propaga um laço de domínio e subordinação na pólis.

Essa abordagem dos fenômenos socioculturais e políticos problematizam não somente a incidência no sujeito para se pensar o político, mas também leva em consideração as implicações contemporâneas da clínica e os efeitos de alienação e do *phatos* (Rosa, 2018).

Nessa direção, a pesquisa psicanalítica constitui-se como uma aposta política, conforme afirma Sauret (2003), engendrando-se como um ato que, mesmo que seja em palavras, compromete-se através de uma marca inscrita na cultura, sendo uma resistência à instrumentalização social, através da detecção, reconhecimento e análise da face sociopolítica do sofrimento, almejando o desmascaramento do conflito social. O derradeiro objetivo da utilização deste caminho é que nossas ações permitam a retomada da cena por parte dos sujeitos não mais como vítimas, ou algozes, mas como testemunhas de seu tempo (Rosa, 2018).

Para além desse posicionamento, destacamos as possibilidades também, de que talvez esse desvelamento possa ter como desencadeamento o efeito dissolutivo em relação às ilusões, sobre aqueles que possam entrar em contato com tal material. Caso isso não ocorra, pelo menos deixamos como legado uma denúncia da inconsistência de certos discursos estabelecidos no laço social, inspirando-nos em Rosa (2004).

Todavia, tomemos novamente as palavras da autora publicadas em outro lugar (Rosa 2018), e que citamos em nossa introdução, que nos alerta que não cabe à Psicanálise a pretensão de esgotar por si só os fenômenos sobre que se debruça, mas, sim, esclarecer uma parcela fundamental de seus aspectos, incidindo sobre o que escapa aos outros campos, sem a pretensão de substituir as demais análises. Menezes (2010) concorda com esse posicionamento e ressalta que os psicanalistas são convidados a estes diálogos nas fronteiras

de produção de conhecimento e que esta possibilidade de conexão é algo tradicional desde Freud.

Mais diretamente ainda, ao tratar dos possíveis diálogos entre Psicanálise e o contexto do poder, que é também objeto de nossas pesquisas, Rosa (2004) ecoa as palavras de Briman, que destaca a singularidade da Psicanálise ao retomar a partir da função do sujeito do inconsciente essa temática, permitindo uma leitura pulsional própria à política, que torna rica a interdisciplinaridade entre a Psicanálise e a Ciência Política.

Esse ato, portanto, que se executa através da pesquisa interdisciplinar, mas que nos localiza em primazia no campo psicanalítico, permite-se a subversão a que se propõe a nossa área em seu desígnio (diferentemente dos outros saberes), de não renunciar em dar a palavra aos sujeitos, e ao seu sofrimento, tornando nossas contribuições únicas (Sauret, 2003).

Sobre essa versatilidade do método psicanalítico, entretanto, devemos ressaltar que dar voz ao sujeito opera não somente em relação aos objetos de pesquisa, mas também com relação ao próprio pesquisador, simultaneamente.

Menezes (2010) e Rosa (2018), explicam melhor esse ponto a partir da questão da transferência, que não está restrita ao tratamento analítico, ocorrendo em todas as relações humanas, situando-se no campo da intersubjetividade comunicativa do inconsciente. Explanam as autoras, assim, que ocorre o estabelecimento de uma relação transferencial entre o pesquisador e os conteúdos de sua investigação, em que o primeiro é tocado de determinadas formas pelas leituras que realiza.

Durante esse processo, não somente a racionalidade é ativada, mas também os processos inconscientes, conforme Lameira et al. (2017) retomam as palavras de Hashimoto & Tavares. Menezes (2010) arremata esse ponto, afirmando que é na e pela relação transferencial que se constrói a questão pesquisada.

O método psicanalítico vai do fenômeno ao conceito, e constrói uma metapsicologia não isolada mas fruto da escuta psicanalítica, (...) o psicanalista deve estar a serviço da questão que se apresenta. A observação dos fenômenos, está em interação com a teoria, produzindo o objeto da pesquisa, não dado a priori, mas produzido na e pela transferência. (Rosa, 2004, p. 341).

Tudo isso nos leva a conjecturar que o método psicanalítico torna impossível que o pesquisador seja apagado de sua pesquisa. Em suma, não há neutralidade, pois é mediante o lugar em que se está implicado em relação ao material analisado que se pode localizar o desejo em relação à própria pesquisa. O desejo, assim, torna-se um aspecto crucial, que origina a singularidade construtiva de cada estudo, e que torna única a contribuição de cada pesquisador ao edifício psicanalítico (Lameira et al., 2017).

É mediante isso que entendemos a questão do estilo, na qual algo do investigador deixa sua marca sobre a investigação, exprimindo como cada sujeito traz sua contribuição ao saber. Conclui-se, em consequência disso, que determinada pesquisa pode ser realizada de diversas formas possíveis em Psicanálise, desde que se atenha ao rigor metodológico no estudo das manifestações inconscientes (Lameira et al., 2017).

A noção da ciência clássica, portanto, que considera o sujeito como incômodo fator de erro, que deve ser isolado da pesquisa, visando uma neutralidade, torna-se uma ilusão na perspectiva psicanalítica. Para nós, é impossível ignorar a questão que o funcionamento do aparelho psíquico, que é objeto de investigação em Psicanálise, submete também o próprio investigador. Ou seja, o pesquisador conta naquilo que ele próprio investiga (Lameira et al., 2017).

É com base exatamente nessa concepção metodológica que entendemos que este estudo poderia ser produzido de diversas formas outras, mas é o nosso estilo que direciona a

forma como esta pesquisa foi conduzida e que justifica as escolhas tomadas também ao longo da pesquisa.

Sustentamos, então, a escolha pela primazia das análises freudianas e do campo freudo-laciano, sobre o advento das *fake news* e campanhas de desinformação, salientando que foi um recorte teórico necessário, que levava em consideração a formação do pesquisador, e também o seu desejo, diante do curto tempo de pesquisa de um mestrado acadêmico. Esta decisão valorizou a complexidade de conceitos fundamentais de outros psicanalistas, que poderíamos ter acrescentado à discussão, mas que infelizmente não teríamos condições temporárias de explorar da forma necessária.

Cientes, portanto, da importância de textos lacianos que dialogam com a temática, restringimo-nos humildemente em realizar alguns apontamentos ao longo do texto e na conclusão do trabalho, indicando a necessidade de novos estudos futuros.

Capítulo 1 – As Relações Entre a Fantasia, O Mal-Estar e a Face Sociopolítica do Sofrimento

Em sua conjuntura histórica e social, Freud, além de encontrar as correspondências entre a gênese das neuroses e a moral sexual cultural (Freud, 1908a/2015a), vivenciou também o contexto da Primeira Guerra Mundial. Assim, o psicanalista acompanhou, privilegiadamente, o surgimento do problema das Neuroses de Guerra (Freud, 1919a/2010a), a ascensão do antissemitismo e os prelúdios da Segunda Guerra Mundial. O atravessamento da cultura e da política, portanto, juntamente com seu interesse pelas artes, a Sociologia e a Antropologia, foram influenciando sua obra, de forma que cada vez mais o médico de formação não pôde deixar de correlacionar o sofrimento humano com a vida civilizada.

Intrigado com essa problemática, o pai da Psicanálise desenvolveu diversos ensaios a fim de tentar utilizar o dispositivo analítico não apenas para a escuta dos fenômenos inconscientes presentes na clínica, mas, também, as formações inconscientes presentes na cultura. Seu legado persiste até os dias de hoje e nos auxilia a pensar nos enlaces e desenlaces dos sujeitos na civilização contemporânea.

Partiremos, portanto, de suas contribuições para compreender a problemática que originou esta pesquisa. Para isso, debruçamo-nos inicialmente sobre alguns conceitos fundamentais em Psicanálise, extraíndo desse território discursivo as noções que contribuem para as análises do ponto central da discussão desta dissertação. Iniciamos a partir da hipótese em que o mal-estar é inerente à civilização e apresentamos, no decorrer deste capítulo, como alguns conceitos e noções da Psicanálise podem contribuir para o desenvolvimento de leituras sobre os impasses sociais resultantes de uma leitura do campo social que considere a existência do inconsciente.

1.1. O mal-estar na civilização

No trabalho intitulado *O mal-estar na civilização*, de Freud (1930/2010b), apresenta sua hipótese de leitura sobre a existência de um desencontro fundamental entre sujeito e sociedade¹. Tal disjunção constitutiva, inerente e originária à não relação entre esses dois termos, desemboca na sensação de mal-estar existencial compartilhada pelos indivíduos e constitui um obstáculo estrutural na busca da felicidade. Assim, o que é vivido como partilha entre indivíduos não é a existência semelhante da espécie humana no mundo, mas o mal-estar constatado nessa diferença radical entre sujeitos no espaço social.

Neste capítulo, estamos situados e referidos ao discurso analítico. Logo, apresentamos as significações epistemológicas dos termos referidos a este campo. Assim, ao trabalhar com a hipótese freudiana, precisamos discernir conceitualmente os termos “indivíduo” e “sujeito”. Elia (2007) discorre sobre essa diferenciação a partir de Lacan, afirmando que o sujeito é aquele que habita o indivíduo como uma presença em ausência desde o início da vida. Sieiro (2023) discorre que, para compreendermos essa afirmação paradoxal, discernimos que, quando referido à espécie humana, o nascituro é lido e reconhecido como um indivíduo pertencente ao coletivo de uma espécie; quando nos referimos à relação do nascituro com o próprio corpo e uma existência singular possível, não referida apenas ao seu lugar na herança simbólica de sua espécie, esse terá que construir uma condição de habitação nesse espaço, decorrente de sua introdução como sujeito à linguagem.

Nesse processo, reconhecemos a necessidade de uma materialidade semelhante à espécie, a qual chamamos de pequeno outro, e, ainda, a necessidade de um lugar lógico de transmissão simbólica, que chamamos de grande Outro primordial. O lugar lógico nomeado de Outro é, ao longo da vida de um sujeito, figurado alternadamente por outros diversos – representantes da espécie –, que transformam a necessidade de sobrevivência orgânica de um

¹ Neste trabalho, não recorremos a uma separação entre os conceitos de sociedade e cultura, baseando-nos em Freud (1927/2014a), que se recusou a realizar tal desambiguação.

neonato em uma demanda de existência subjetiva. Ou seja, o campo do Outro, habitado por agentes simbólicos, é responsável pela leitura da necessidade instintual e sua tradução para o campo da palavra (Sieiro, 2023).

A construção do sujeito se dá, portanto, a partir desta operação de alienação ao Outro. Sieiro (2023) afirma que o Outro é o lugar da oferta de palavras, concluindo que a primeira operação de passagem do corpo vivo a sujeito se traduz pela operação de alienação ao simbólico, especificamente através do elemento referido a este campo, o significante. Mas, não apenas. Há, ainda, concomitante a este processo construtivo, a operação de separação, instante em que o sujeito realiza suas próprias significações sobre os signos linguísticos oferecidos, formalizando, assim, este processo de humanização.

A partir dessa conjectura do nascimento do sujeito, Lacan (1961-1962/2003) destaca que o simples fato de existência orgânica de um indivíduo da espécie humana não constitui, inerentemente, um sujeito. O que o realiza essa passagem é a entrada no campo da cultura, referida à lógica do significante, dos signos e das significações. Contudo, Freud, a seu tempo, não desenvolveu essa proposição epistemológica. Assim, tomamos uma decisão metodológica de utilizar, neste capítulo, o termo “indivíduo” ao falarmos dos desenvolvimentos teóricos freudianos, conforme decisão de tradução de Paulo César de Souza pela editora Companhia das Letras. No entanto, ao discorrer a partir das teorias lacanianas, adotaremos a referência ao termo “sujeito”.

Após essa nota teórico-metodológica, seguimos com o enunciado do primeiro parágrafo deste capítulo: há um sofrimento percebido na relação entre indivíduo e sociedade. Em relação ao mal-estar, o psicanalista salienta que há uma discrepância entre os caminhos possibilitados pela cultura em relação à existência singular de um indivíduo, que se exprime especialmente nas suas experiências de satisfação. Segundo Sieiro (2023), há uma diferença entre o que se exprime como desejo na economia de existência de um sujeito, os caminhos

possíveis de realização e satisfação desse desejo e, ainda, o que se considera socialmente aceito de realização. Esse impasse tem um caráter de impossível solução e dissolução, uma vez que a cultura necessita dessas restrições para regulamentar as relações humanas através dos acordos jurídicos e legais visando à harmonia coletiva. Portanto, o mal-estar acaba sendo inerente aos indivíduos civilizados.

No que tange à economia cernida ao indivíduo, Freud (1915a/2013) nomeou como *Trieb* (pulsão) a força impelente de desejo e satisfação concomitante à realização pura das necessidades instintivas. Elia (2007) e Jorge (2010) ressaltam o impasse de tradução quanto ao termo alemão *Trieb*, que foi originalmente traduzido para o inglês como *Instinkt*. Tal decisão de sentido influenciou traduções subsequentes, especialmente na língua portuguesa.

No entanto, Jorge (2010), retomando Lacan, que era leitor de Freud em alemão, destacou o equívoco inglês ao ligar a pulsão ao instinto. Segundo o psicanalista francês, a noção de instinto remete ao inatismo biológico de um organismo, e o termo cunhado por Freud (1915a/2013) indicaria um estado limítrofe *entre* o psíquico e o somático. Por isso, o conceito freudiano inferido na pulsão indica uma força que impulsiona o sujeito a desejar satisfação e realização, tornando-se, assim, um ser atravessado pelo campo da linguagem e da cultura, e não apenas uma existência inata e submetida aos instintos biológicos.

Freud (1915a/2013, 1940[1938]/2018) define a libido como uma das apresentações da energia psíquica pulsional. Sua função é deslocar-se entre o somático e o psíquico destinando-se à busca de descarga, almejando a satisfação. Entretanto, diversos desejos individuais tornaram-se proibidos socialmente e, por isso, precisam ser recalçados. Para nos apresentar essa operação de fundação da noção psíquica de acordo social, Freud (1913/2012) escreveu o mito de *Totem e Tabu*.

No mito da horda primeva, Freud (1913/2012, 1921/2011a, 1930/2010b) ilustra um tempo pré-civilizatório em que um pai forte e arbitrário dominava e possuía todas as fêmeas a

seu bel prazer. Ele também limitava os filhos homens do contato sexual com essas mulheres, que eram sua posse, impondo restrições aos seus concorrentes mais fracos. Essa dinâmica, contudo, favoreceu a formação de laços de irmandade entre os subjugados, que eram motivados por medo, ódio e inveja do pai. Em certo momento, a horda se rebelou, assassinou o pai e o devorou, iniciando a era do totemismo e do tabu, que carregam traços simbólicos do crime do assassinato e da culpa, que originaram a proibição do incesto e do homicídio.

Sobre o mito, vários aspectos podem ser discutidos. É interessante notar, por exemplo, que o primeiro acordo “social” implica numa decisão coletiva de assassinato com um acordo de compromisso por uma liberdade coletiva futura. Notamos, ainda, como a liberdade é parcialmente conquistada, visto que a tentativa de estabelecimento de uma posição de igualdade para os que nela vivem acaba remetendo apenas aos homens, visto que as mulheres continuam a terem suas vidas definidas pelo pacto de irmandade masculina – seja um pai único ou, depois, de sua morte, vários dele (Sieiro, 2023).

Destacamos, ainda, que a institucionalização de uma lei coletiva visava barrar, futuramente, o desejo e o impedimento que alguma figura autoritária pudesse novamente ensejar assumir o papel do pai primevo, que ao mesmo tempo era temido e amado. Tais desdobramentos permitem a Freud (1913/2012) concluir que o pai morto se tornou mais forte do que o pai vivo, pois permaneceu introjetado e temido fantasmaticamente naqueles que ficaram, através da lei, transformados parcialmente nos seus elementos totêmicos.

A partir desse mito freudiano, o desencontro fundante entre indivíduo e sociedade deve-se ao fato de que, para estar com o outro, semelhante enquanto espécie, precisa-se abdicar das satisfações individuais em torno do que se deseja. Logo, conclui-se que há uma impossibilidade de conciliação entre as demandas dos sujeitos e o estar em sociedade. Entretanto, Freud (1930/2010b) também nos alerta que os povos que ainda hoje vivem de modo semelhante aos primitivos não desfrutam de melhor posição do que os sujeitos

civilizados, uma vez que a satisfação irrestrita é somente permitida ao pai da horda. Além disso, o próprio pai usufrui do que quer somente durante um tempo passageiro, pois à medida que um novo “mais forte” se apresenta, ele perde seu domínio.

Apesar do papel ímpar desempenhado pela cultura para restringir a lei do mais forte, a demanda de segurança sobre a qual se construiu a civilização não se deve somente a esse fator. Em *O mal-estar da civilização*, Freud (1930/2010b) acrescenta, ainda, duas outras fontes de sofrimento humano, que também possuem relação com a criação da vida em sociedade: as forças inexoráveis da natureza e o corpo que adoece e morre. Ao analisarmos todo o esforço da cultura ao tentar evoluir as tecnologias e a ciência, percebemos o desejo manifesto de controle dos impossíveis remetidos à natureza da espécie (o corpo e a morte), nas investigações de prolongamento do tempo de vida humano. Em última análise, Menezes (2008) acrescenta que a busca de segurança através da tessitura social tenta lidar com o desamparo, que é fundante e estruturante.

Todavia, Freud (1930/2010b) nos alerta que a vida em sociedade é a maior fonte de sofrimento humano, haja vista que tal desencontro fundamental no modo de ordenação do indivíduo na sociedade seja, afinal, uma complexa camada de impossibilidades em acontecimento e renovação infinita. Ou seja, além das restrições à satisfação pessoal, a vida social demanda demasiadas recusas de satisfações pulsionais aos que a compõem, o que corrobora com o quadro do mal-estar, e expõe os sujeitos a novas situações de desamparo. Dessa forma, retornamos à importância da operação de recalque na constituição do psiquismo desses indivíduos, conforme destacado anteriormente.

Ao desenvolver a teoria do aparelho psíquico, Freud (1924a/2011b, 1924b/2011c, 1927/2014a, 1930/2010b, 1940[1938]/2018) notou o impulso do indivíduo à busca de uma compensação pela recusa de satisfação imposta pelo campo social. Assim, de forma inconsciente, acontece um desvio da energia pulsional de seus alvos primários para outros

objetos secundários, ensejando manter o caráter original do impulso, mas realizando-o em outro local, pela via do deslocamento. Contudo, nas situações em que o desvio deforma a natureza original do conteúdo, dessexualizado-o, por exemplo, efetua-se a operação de sublimação. Na sublimação, não ocorre apenas o deslocamento da descarga, mas também uma deformação da meta libidinal que, a priori, era de cunho sexual. Essa transformação da meta e do alvo realiza a pulsão não mais nos objetos impedidos pelos combinados sociais, mas em objetos socialmente aceitos, como as atividades de trabalho, estudo, artes, etc. (Laplanche, 2001; Roudinesco & Plon, 1998).

Há alguns casos, no entanto, em que um resto pulsional insiste. Ele não é nem deslocado, nem sublimado e verte-se na sensação de mal-estar impossível de encontrar vias de descarga. A partir deste fragmento residual de insatisfação, de resistência do desejo de um sujeito que não se conforma integralmente às exigências civilizatórias, seria esse mal-estar uma condição que sustenta o próprio estatuto da civilização e dos indivíduos que não a abandonam? Diante deste enigma, Freud (1930/2010b) remete-se aos estudos antropológicos e clínicos, depreendendo que a entrada do ser humano na cultura e sua condição de troca entre um *quantum* de liberdade por um *quantum* de segurança são, insistentemente, na história da civilização, uma eterna tentativa de barrar a dinâmica primeva em prol de uma certa posição de equiparação entre indivíduos.

A civilização é, portanto, a solução e o obstáculo para a felicidade (coletiva) humana! Freud (1911/2010c, 1930/2010b, 1940[1938]/2018) relaciona esse duplo impasse paradoxal à existência de um princípio que possui uma lógica própria. O princípio do prazer é um sistema psíquico que organiza uma economia subjetiva que insiste na busca de prazeres, mas busca, também, a fuga de sofrimentos. Seguindo essa lógica, há um ganho de satisfação através de fortes descargas libidinais (quando a energia encontra sua meta), e há uma perda de satisfação através das diversas formas de fuga dos desprazeres.

A via de busca de satisfação pela realização de prazeres é demasiadamente limitada, episódica e curta, já que a satisfação rapidamente é sucedida por um contentamento sempre parcial, visto que a grande maioria dos métodos se baseia em caminhos mais modestos, que visam a satisfação pela redução do sofrimento. As vias que buscam satisfação por este segundo caminho podem ser exemplificadas através da busca do esvaziamento da força desejante, buscando, por exemplo, a quietude (como os *yogues*, que almejam controlar suas demandas internas), ou a fuga para a natureza e o isolamento. Há ainda a busca pelo prazer artístico e as tentativas de ruptura da realidade, como intentam os eremitas, e, por último, o enamoramento (Freud, 1930/2010b).

Dentre as possibilidades acima elencadas, daremos destaque a uma das formas citadas por Freud: o fantasiar. Abordaremos esta noção, a partir da Psicanálise, no próximo item.

1.2. Fantasia

Conforme apontamos no começo deste capítulo, Freud (1908a/2015a) mantinha grande interesse em investigar as correspondências entre a gênese das neuroses e a moral sexual cultural de sua época. Nesse contexto, o conceito de fantasia possui uma historicidade fundamental no campo psicanalítico, pois representa o abandono à teoria da sedução como gênese das neuroses e, ainda, contribui sobremaneira na construção da noção de realidade psíquica.

À princípio, o pai da Psicanálise acreditava que a causalidade dos sintomas neuróticos (um dos modos de tradução do sofrimento humano) se devia a um trauma advindo de uma sedução, ou de uma situação de abuso vivido durante o desenvolvimento infantil do indivíduo. Essa hipótese primitiva surgiu em suas investigações iniciais, contudo, foi abandonada ao perceber uma certa incompatibilidade entre o número de pacientes neuróticos e os possíveis perversos sexuais, que teriam propiciado o trauma. Além disso, o fator

fundamental para o abandono dessa teoria adveio da descoberta de que suas pacientes histéricas mentiam, na situação analítica, por amor de transferência com o analista. Assim, questionando o lugar da verdade do discurso histérico no espaço de uma análise, bem como o lugar da verdade na cena de sedução infantil, Freud (1899/1996, 1908b/2015b) criou o conceito de fantasia, conforme explanam Guzmán & Derzi (2021), Laplanche (2001), Jorge (2010) e Roudinesco e Plon (1998).

1.2.1. *Fantasia em Freud*

Em seu artigo *Lembranças Encobridoras*, Freud (1899/1996) demonstrou como a maioria das lembranças arcaicas da infância, quando contadas em análise, baseavam-se não em eventos traumáticos, mas principalmente em recordações triviais, enquanto os grandes ocorridos contemporâneos eram quase em sua maior parte esquecidos. Em relação, portanto, à diferença entre fatos possivelmente ocorridos e lembranças relatadas com muita certeza, ele descobriu um hiato, uma lacuna, que era preenchida com uma construção, tida com um teor de verdade.

O psicanalista percebeu, em consequência, que muitas memórias eram um trabalho de falseamento preenchedor de lacunas e, por isso, tendenciosas. Tal suspeita ganhou confirmação em seus casos clínicos, ao verificar que as ditas lembranças arcaicas não eram recordadas desde seu acontecimento, mas, sim, a partir de algum outro momento da vida em que a memória, ao mesmo tempo em que emergia, era reconstruída através de uma fantasia (Freud, 1899/1996).

A partir de tais observações, a nova hipótese freudiana consolidou-se no princípio da não contradição e no acordo de compromisso: nas lembranças encobridoras, duas forças atuam sem se anular, mas coincidindo-se. Uma destas forças pretende manter a memória e a outra resiste a isso. O compromisso formado pelo psiquismo faz com que a memória que

desencadeia o incômodo não seja recordada, mas ligada a uma outra, intimamente associada. “O resultado do conflito, portanto, é que, em vez da imagem mnêmica que seria justificada pelo evento original, produz-se uma outra, que foi até certo ponto associativamente deslocada da primeira” (Freud, 1899/1996, p. 6).

Sieiro (2023) comenta, sobre essa hipótese freudiana, que esta é a primeira referência textual à conceituação do sintoma como um “acordo de compromisso” e, ainda, a primeira relação entre o sintoma e o recalque: o apagamento lacunar de um pedaço do acontecimento traumático dá lugar ao preenchimento de uma nova verdade construída e encobridora – encobre o recalque, mas mantém a verdade estruturante do sintoma. Ou seja, o psiquismo realiza uma operação de recalque, através da qual o indivíduo repele e mantém, ao mesmo tempo, no inconsciente, representações do desejo não realizável, através de pensamentos, imagens, memórias que se ligam à pulsão. A insistência pulsional em se destinar a realizar o desejo provoca desprazer na instância do Eu.

Segundo Laplanche (2001), a lembrança já conta com uma formação inconsciente, através das operações de deslocamento e condensação, fazendo com que elementos essenciais da experiência traumática, em torno do desejo, sejam representados por outros elementos triviais, secundários, da mesma experiência. Freud (1899/1996) descreve esse complexo processo, que tem por finalidade a representação de algumas fantasias que, não se tornando conscientes, continuam presentes no psiquismo através de distorções nas memórias infantis. Sieiro (2023) ressalta que, na verdade, o psicanalista altera radicalmente o estatuto da memória para o campo psicanalítico, uma vez que estas já se constituem imbricadas na fantasia, cuja função é sumária, como realidade constitutiva do indivíduo.

Jorge (2010), Laplanche (2001) e Roudinesco e Plon (1998) destacam que a fantasia regula a relação com a realidade externa, caracterizando-se como a realidade psíquica. Ao desambiguar a noção de realidade dita objetiva, Freud (1899/1996) cria o conceito de

realidade psíquica e demonstra a necessidade de sua existência e a sua origem, para destacar sua função. Sejam concisos ao afirmar que o ponto central é que: “Os neuróticos dão as costas à realidade por considerá-la — no todo ou em parte — insuportável” (Freud, 1911/2010c, p. 82). A expressão “dar as costas” situa o recalçamento necessário a uma insuportabilidade da experiência, remetendo-nos ao princípio do prazer.

Freud (1911/2010c, 1940[1938]/2018) descreve que todo indivíduo está, desde o início de sua vida anímica, submetido a esse princípio que, aos poucos, vai sendo substituído pelo princípio da realidade, que não se opõe ao programa do prazer, mas a ele se alia, determinando ações e abdicando sua realização. Se a ação é abdicada, o psiquismo busca encontrar satisfação por outra via, como no processo do pensamento. O ato de pensar permite uma experiência de liberdade diante do teste da realidade, propiciando a atividade da fantasia. Freud (1908b/2015b, 1908c/2015c, 1911/2010c) afirma, ainda, que os indícios dessas operações na vida infantil podem ser facilmente encontrados através das brincadeiras das crianças, e posteriormente se desenvolvem na vida adulta como os devaneios. Devaneios são os sonhos diurnos, ou seja, eles são um modo de fantasiar consciente.

Além disso, o princípio da realidade, em sua formação de compromisso com o princípio do prazer, busca abster-se de impressões incômodas ou desprazerosas, tanto internas quanto externas. É feita, assim, uma seleção dessas impressões, e a realidade do pensamento escolhe e representa psiquicamente a realidade “objetiva”, respondendo ao programa do prazer. Ou seja, o desejo fica equiparado à realidade (Freud, 1911/2010c). É assim, portanto, que se origina e se constitui a realidade psíquica como uma referência de verdade para o indivíduo. A fantasia está, em última análise, atrelada ao domínio do princípio do prazer, funcionando como referência de valor de verdade. Como metaforiza Freud, esta é a moeda vigente do indivíduo, e é a que devemos usar no país que investigamos, seu inconsciente.

Não é sem razão que Jorge (2010) compara a fantasia à válvula de uma panela de pressão: ela permite uma saída de ar, que possibilita, ao mesmo tempo, uma renúncia e uma satisfação indissociáveis, visando um equilíbrio, diante do aumento desprazeroso das excitações internas e externas, ou seja, diante da insuportabilidade da realidade. Quando somos orientados pelo princípio da realidade, somos confrontados com a necessidade de renúncia, em ter que ceder algo para a manutenção do princípio desejante e, por isso, o fantasiar se torna tão fundamental, como bem lembra Freud (1908b/2015b, 1908c/2015c). Assim, o devaneio sucede o brincar em seu caráter contínuo, atestando o deslocamento de ações que confirmam a função basilar da fantasia na vida psíquica de um indivíduo.

Entretanto, o adulto se envergonha de suas fantasias por considerá-las ilícitas ou infantis. Acaba, assim, ocultando-as e performando um certo modo de “atuar no mundo”. De toda forma, ocultas ou não, as fantasias têm um lugar central na vida humana, e articulam-se em três tempos.

O trabalho psíquico parte de uma impressão atual, uma ocasião no presente que foi capaz de despertar um dos grandes desejos do indivíduo, daí retrocede à lembrança de uma vivência anterior, geralmente infantil, na qual aquele desejo era realizado, e cria então uma situação ligada ao futuro, que se mostra como realização daquele desejo — justamente o devaneio ou fantasia, que carrega os traços de sua origem na ocasião e na lembrança. Assim, passado, presente e futuro são como que perfilados na linha do desejo que os atravessa (Freud, 1908c/2015c, p. 231).

Sieiro (2023) sintetiza esse trecho do texto freudiano: No primeiro tempo, acontece a impressão da experiência de desejo vivida no aparelho psíquico. No segundo tempo, essa impressão se liga a impressões (lembranças) anteriores relacionadas à mesma vivência do desejo experienciada no passado. No terceiro tempo, essa ligação entre impressões permite uma alucinação da experiência do desejo por vir, pela via do devaneio e do fantasiar. Assim,

fantasiar é um modo de realizar o desejo pela via do pensamento, sem o ato corporal correspondente, no laço social. Do mesmo modo, uma fantasia carrega a verdade de um desejo, ainda que carregue consigo o falseamento da satisfação, por seu desvio no caminho pulsional.

Todavia, por mais prazeroso que seja o devaneio em sua garantia de privacidade, não podemos considerar que todas as fantasias tenham o mesmo estatuto. Algumas fantasias são recalçadas e, por resultarem em uma formação de compromisso, como apresentamos nesse item, terminam por apresentar-se como sintomas (Freud, 1908b/2015b). Sobre a especificidade destas categorias de fantasia, que geram sintomas, Freud investiga qual é o laço íntimo que possuem entre si. “As fantasias são também as precursoras psíquicas imediatas dos sintomas patológicos de que se queixam nossos doentes — deste ponto sai uma ampla via lateral que conduz à patologia” (Freud, 1908b/2015b, p. 232).

Essa condução à patologia está associada à instância do Eu, que, ao obedecer ao princípio da realidade, percebe desejos que possui e que são inadmissíveis culturalmente e que também passaram a sê-lo internamente, devido ao poder de julgamento de outra instância psíquica, o Supereu. Ao buscar evitar a própria divisão conflitiva do indivíduo, o Supereu, portanto, reprime tal categoria de desejos, passando a tratá-los como estranhos/estrangeiros. Assim, a operação de recalque projeta-os para fora, atribuindo tal estranhamento a um outro indivíduo, ou grupo, gerando, com isso, um sentimento de incômodo que é, ao mesmo tempo, sentido como familiar. Logo, esse conteúdo recalçado que retorna, sob a forma de um estranhamento familiar no outro, produz também sintomas, que possuem as mesmas características de estranheza e familiaridade acima descritas (Freud, 1917a/2014b, 1919b/2010d, 1940[1938]/2018).

Em *As Fantasias Históricas e sua Relação com a Bissexualidade*, Freud (1908b/2015b) dedica-se a analisar esta correlação, tomando a histeria como elemento básico

de suas demonstrações. O psicanalista desambigua, mais detidamente, as fantasias de cunho consciente – os devaneios –, daquelas inconscientes, que ficam representadas nos sintomas histéricos. Ele ressalta, conforme já abordamos, que o objetivo último dos devaneios, bem como dos sintomas, é a realização de desejos pela via das distorções. Logo, um sintoma é também uma forma de realização de desejo distorcida (Freud, 1908b/2015b, 1917a/2014b).

No caso das fantasias inconscientes, elas se compõem tanto pelo conteúdo inconsciente recalcado, como por conteúdos conscientes que um dia se tornaram esquecidas. Quando isso acontece, assim como nas lembranças encobridoras, seus conteúdos sofrem alterações, de forma a representar apenas um derivado daquilo que um dia foi conhecido (Freud, 1908b/2015b).

Provavelmente graças às dificuldades que as fantasias inconscientes encontram em seu esforço de adquirir expressão, a relação das fantasias com os sintomas não é simples, mas complicada em vários sentidos. (...) um sintoma não corresponde a uma única fantasia inconsciente, mas a várias delas, e não de maneira arbitrária, mas num padrão regular. No início da doença, provavelmente essas complicações não se acham todas desenvolvidas. (Freud, 1908b/2015b, pp. 240-241)

Conclui-se que os desejos rechaçados pelo Eu vão constituir o núcleo fantasístico inconsciente que será representado através do sintoma, sendo o meio para comprovação de tal conjectura, o retorno associativo através da fala, na análise de vivências traumáticas (Freud, 1908b/2015b).

Jorge (2010) destaca esta correlação entre a fantasia e o trauma, que até o momento havíamos apenas indicado através de experiências desprazerosas para o Eu. Contudo, realça o lugar do traumático junto à fantasia como fundamental, na medida em que ele é aquilo que interrompe a homeostase psíquica e, no momento em que o faz, abala, a princípio, a estrutura da fantasia. A consequência deste abalo desencadeia-se no penoso trabalho de luto, que Freud

destaca em seu *Luto e Melancolia* (1917b[1915]/2010e). No luto, a tela fantasística será reconstruída paralelamente à confluência sintomática, que almeja alguma satisfação frente à experiência desestabilizadora. Esta última constatação exige que ressaltemos que a realidade objetiva é sempre perdida, inapreensível pelo indivíduo. E a fantasia constrói e reconstrói o mundo a todo momento, sendo o meio pelo qual vemos a realidade.

Essa oposição entre duas realidades diversas, uma interna e outra externa, constitui o fulcro principal aberto pela noção de fantasia na obra de Freud. Ela implica a existência de uma abertura na relação do sujeito com o mundo externo que vem a ser preenchida por representações singulares que se repetem insistentemente, de modo a lhe oferecer alguma homeostase psíquica. Tais representações constituem uma verdadeira matriz psíquica que funciona como uma espécie de filtro em relação ao mundo externo, do qual são retirados apenas os traços que com elas se coadunam. (Jorge, 2010, p. 10)

O hiato entre a fantasia e a realidade é debatido nos textos freudianos, especialmente em *Neurose e Psicose* (Freud, 1924a/2011b) e *A Perda da Realidade na Neurose e na Psicose* (Freud, 1924b/2011c). Nestes, Freud distingue as peculiaridades desse desencontro, nas duas estruturas diferentes que dão nomes aos textos. Na neurose, o indivíduo recorre à fantasia e, na psicose, a solução para os conflitos vêm através da construção do delírio. A distinção entre ambos é que o delírio recusa a realidade de forma radical, já a fantasia mantém com a mesma certo vínculo.

Apesar de terem dinâmicas distintas, fantasia e delírio originam-se do conflito com a realidade indesejada que, além de proporcionar encontros traumáticos, exige por parte do Eu a renúncia de desejos. Na psicose, o delírio surge como um remendo entre o Eu e a realidade externa, onde o primeiro, diante das pressões do Isso, abandona com mais veemência a

segunda. Constrói, assim, para si, uma realidade própria, mas submetida aos processos de distorção inconscientes (Freud, 1924a/2011b, 1924b/2011c).

Na neurose, Freud descreve que, a princípio, visando manter uma relação mais fiel à realidade, o Eu reprime os impulsos do Isso. Contudo, em um segundo estágio do adoecimento, há compensações exigidas por parte dele, que surgem como reações à repressão. Essas compensações manifestam-se através de um maior afrouxamento do vínculo entre o Eu e a realidade, cuja porção afetada da mesma é exatamente aquela a partir da qual produziu-se a repressão pulsional (Freud, 1924a/2011b, 1924b/2011c).

(...) na neurose uma porção da realidade é evitada mediante a fuga, enquanto na psicose é remodelada. Ou podemos dizer que na psicose a fuga inicial é seguida de uma ativa fase de remodelação, e na neurose a obediência inicial é seguida de uma posterior tentativa de fuga. Ou, de outra maneira ainda: a neurose não nega a realidade, apenas não quer saber dela; a psicose a nega e busca substituí-la. (Freud, 1924b/2011c, p. 196).

A neurose enquanto patologia, portanto, é o resultado de uma repressão malograda, malsucedida, em que a perda da realidade objetiva toma forma de fantasia. A fantasia pode estruturar-se com laços mais próximos ou distantes da referência de realidade. Na psicose:

O novo mundo exterior fantástico da psicose pretende se pôr no lugar da realidade externa, enquanto o da neurose, tal como o jogo das crianças, apoia-se de bom grado numa porção da realidade — uma diferente daquela de que foi preciso defender-se -, dá-lhe uma importância especial e um sentido oculto, que, de maneira nem sempre correta, chamamos de simbólico. Assim, tanto para a neurose como para a psicose há a considerar não apenas a questão da perda da realidade, mas também de uma substituição da realidade. (Freud, 1924b/2011c, p. 198).

Não é nosso objetivo nesta dissertação, aprofundar as diferenças estruturais do aparelhamento da fantasia. Não devemos nos esquecer que o objetivo desta pesquisa é discorrer sobre a metapsicologia freudiana, para analisar o fenômeno das campanhas de desinformação, a fantasia e a formação de massas. A construção teórica do conceito de fantasia por parte de Freud, como vimos nesse item, foi fundamental para a Psicanálise. Contudo, tornam-se necessários alguns apontamentos que desenvolvem este conceito para além da herança freudiana. Escolhemos indicar algumas contribuições lacanianas desenvolvidas sobre a fantasia, antes de relacionar o conceito à nossa problemática de pesquisa. Abordaremos essas contribuições no próximo item.

1.2.2. *Apontamentos sobre a pulsão de morte e seus impactos na fantasia a partir de Lacan*

Há uma extensa literatura sobre o tema da fantasia na obra lacaniana, de forma que optamos por apresentar de forma sucinta a partir de Marco Antônio Coutinho Jorge, um dos principais comentadores da obra lacaniana no Brasil, a respeito do tema. Começamos pelo uso brasileiro do termo “fantasia”, que, no texto original freudiano, em alemão, é *Phantasie*. Segundo Laplanche (2001), o termo em francês, *fantasm*, passou a ser adotado no campo lacaniano francês, por acreditar-se que possui maior correspondência com o termo original, apesar de não coincidir exatamente com o significado. *Fantasm*, assim, designa uma formação atribuída à capacidade imaginária, e não o mundo de fantasia. Jorge (2010), por sua vez, correlaciona o uso de *fantasm* na língua francesa com a utilização feita por psicanalistas lacanianos brasileiros, que passaram a adotar *fantasma*, para o português.

Daniel Lagache (como citado em Laplanche, 2001), no entanto, propôs retomar na língua francesa o termo *fantasie*, pois este significante designaria, ao mesmo tempo, uma atividade criadora e condizente com a linguística contemporânea. Jorge (2010, p. 45) concorda com esta posição e critica o uso do termo *fantasma* pela tradição lacaniana

brasileira, defendendo que: “O substantivo alemão *Phantasie* designa, sem qualquer ambiguidade, ‘fantasia’; e o verbo *phantasieren* [designa] a atividade do fantasiar”.

O comentador acrescenta que o termo *fantasme* aponta para uma construção imaginária, consciente ou inconsciente e, por isso, utilizar no português o termo *fantasma* torna-se não apenas um erro de tradução, mas também uma violência linguística, na medida em que introduz um campo semântico alheio e antinômico à expressão original utilizada por Freud. Seu argumento é, sobretudo, epistêmico, já que *fantasma* inclui no primeiro plano o desprazer, ao passo que *fantasia* se mantém fiel à vigência do princípio do prazer.

Cientes desses debates e dos diferentes posicionamentos diante do uso dos dois termos, manteremos, por escolha metodológica, a utilização do significante *fantasia*, como já estamos realizando desde o início deste estudo, não somente devido à tradução dos textos freudianos que estamos tendo por referência utilizarem esta palavra, mas também pela escolha dos comentadores em Lacan também o fazerem.

Jorge (2010) também descreve que há uma problemática nos conceitos freudianos de realidade *versus* realidade psíquica, a qual Lacan soluciona através da criação de outro conceito: o real. A dimensão nomeada como Real denomina a impossibilidade, descrita no campo simbólico, através da localização de uma lacuna na representação. Há algo do campo da experiência de existência que se mantém como um inominável, inapreensível, um resto que é impossível de ser simbolizado. Por este estatuto, o real é originário e inerentemente vivido como traumático, por não ser passível de assimilação no psiquismo. Roudinesco e Plon (1998) acrescentam que, no campo lacaniano, a fantasia possui uma função defensiva diante deste encontro com o real.

A realidade material, ou dita objetiva, não é algo comum para todos os sujeitos falantes: cada sujeito estabelece uma relação com o mundo e com os outros por meio de uma fantasia particular, advinda para ele no momento mesmo de sua constituição e

tendo, portanto, uma íntima relação com o recalçamento originário. O conceito lacaniano de real vem, de certa forma, retificar todos os problemas que a noção freudiana de realidade apresenta”. (Jorge, 2010, p. 243).

A fantasia, portanto, defende-se do real, dimensão do não senso, e desenrola-se como uma operação entre as dimensões simbólica e imaginária. A partir do instante em que Lacan nomeia como real a dimensão do impossível de ser acessado através da experiência da fala, ele nomeia outros dois registros que são responsáveis pelas tentativas de circunscrição da experiência. O simbólico é definido como um sistema de representações baseado na linguagem, com seus signos e significantes que permitem ao sujeito simbolizar e discernir pedaços de real; e o imaginário, em associação ao simbólico, relaciona-se à possibilidade de atribuir significações, resguardando a partilha de sentidos universais através da imago, construindo, assim, um conjunto de representações do inconscientes através do engodo fundamental e ilusório da função da imagem do eu, levando o sujeito à preponderância de sua relação com a imagem de um semelhante (Roudinesco & Plon, 1998; Laplanche, 2001).

Por fim, a realidade, propriamente dita, é nada menos do que uma construção real-simbólico-imaginária singular de um sujeito falante habitado por um inconsciente. Logo, o acesso do sujeito ao mundo é mediatizado pela linguagem, transmitida por figuras semelhantes, e o desvencilhamento de tais operações de estruturação é da ordem do impossível. Há, então, uma alienação radical do sujeito aos significantes oferecidos por seus pares primordiais, representantes da linguagem, de modo que é inescapável que este seja aprisionado nessa ordenação simbólica, estabelecendo uma relação de dependência fundamental com as limitadas significações simbólico-imaginárias para a representação do real (Jorge, 2010).

A entrada singular no universo de linguagem fixa e elide, concomitantemente, determinados polos da estrutura da fantasia, produzindo um recorte, um enquadramento que

emoldura o modo como um sujeito lê o mundo. É como se a fantasia fosse uma janela, que permite perceber as coisas a partir dela. “A realidade é isto: uma janela fantasística que ‘revela’ o mundo para o sujeito. Mais além dela, trata-se do real inominável e sem sentido” (Jorge, 2010, p. 219).

Outra característica da fantasia é que ela é essencialmente de completude. Nesse sentido, Jorge (2010) relata que o bebê vive esse estado mítico e que em certo momento o perde, inaugurando um vazio central deixado pela perda de um objeto da pulsão. O inconsciente, que se estrutura como uma linguagem, vêm a ser então um saber que tenta preencher a falha instintual. Esta falha indica que não há programação biológica que oriente o sujeito diante da falta, não há apenas a dimensão instintual, mas também há pulsão como representante de um ponto de não saber que é evasivo ao simbólico, representando a não inscrição da diferença sexual que se torna o próprio núcleo do inconsciente. A fantasia articula-se entre inconsciente e a pulsão, almejando restaurar a completude supostamente perdida, tentando elidir a falta inerente ao sujeito falante (Jorge, 2010).

Conforme abordamos no item anterior, sobre o caráter pulsional, sua característica fundamental é que se situa *entre* o psíquico e o somático. Jorge (2010) comenta que a pulsão trabalha uma relação do inconsciente com o corpo, pois o corpo recolhe os efeitos de ser habitado por um inconsciente que é constituído pelo real. Este real relativo à pulsão implica que há sempre uma impossibilidade de total satisfação. Logo, a pulsão deriva em uma busca incessante de um objeto que não existe, nomeado por Lacan como objeto a, ou objeto pequeno a.

O estatuto fundamental do objeto lacaniano é que este marca a presença de um cavo, um vazio, descrevendo, portanto, a presença de uma ausência. O objeto a, do campo lacaniano, não se confunde com o objeto perdido, do campo freudiano. Um dos objetivos da fantasia, inclusive, é criar uma ilusão de que o objeto a, presença de pura ausência, teria sido

perdido e, portanto, pode ser encontrado em outro lugar – a exemplo, o protótipo do seio, das fezes, dentro outros objetos parciais da pulsão. Temos, portanto, “(...) o núcleo real do inconsciente é constituído pelo objeto faltoso da pulsão, o objeto a” (Jorge, 2010, p. 125).

Logo, a impossibilidade de satisfação completa, ilusória, faz com que a pulsão persista, repetindo a exigência daquilo que lhe falta, por meio de uma fantasia que não proporciona a realização integral da satisfação pulsional, mas que a todo momento reinventa. Nas palavras do comentador: “A fantasia é o efeito mais imediato do fato de haver insatisfação – constante – da pulsão, é a ela que recorreremos continuamente na tentativa de apaziguar um pouco a radical demanda de satisfação da pulsão” (Jorge, 2010, pp. 68-69).

Para Lacan, contudo, há uma virada epistemológica fundamental em torno do conceito freudiano de pulsão. Segundo a hipótese de leitura lacaniana, toda pulsão é pulsão de morte. Segundo Sieiro (2023), essa afirmação revolucionária foi extraída de uma obra fundamental freudiana, intitulada *Para além do princípio do prazer*, e altera sobremaneira a economia psíquica orientada não mais pelo princípio do prazer, como apresentamos até o momento.

A respeito da temática da pulsão de morte, Jorge (2010, p. 68) nos diz que:

A repetição, por sua vez, oferece na experiência clínica o acesso à pulsão, na medida em que a consideramos, em sua essência, como pulsão de morte. E foi justamente através da análise dos fenômenos clínicos ligados à repetição – os sonhos traumáticos, o brincar infantil etc. – que Freud introduziu a categoria da pulsão de morte. A repetição representa a insistência da pulsão em sua busca, jamais atendida, de uma satisfação absoluta.

De modo sucinto, Jorge (2010) também se refere ao desamparo fundamental de um neonato que, sem os devidos cuidados fisiológicos e eróticos de um semelhante da espécie, sucumbe à morte. A necessidade inescapável de ser cuidado e alienado ao Outro, ou seja, de ser tomado por uma alteridade como objeto de seu desejo e, portanto, de ser libidinizado e

erotizado para poder viver, liga o bebê, irremediavelmente, a uma parcela da pulsão de morte como essa impelência de um organismo a morrer de sua própria maneira, para poder viver.

Trata-se de um paradoxo do início da constituição subjetiva na espécie humana (Jorge, 2010).

Indo diretamente à fonte, Freud (1920/2010f) introduziu este conceito de pulsão de morte para explicar a compulsão à repetição, conforme já mencionamos acima. Nesse ensaio, o psicanalista teorizou acerca de uma agressividade que é constitutiva do psiquismo, que está para além do princípio do prazer e que, portanto, obedece ao princípio do nirvana. De acordo com esse novo sistema de regulação do psiquismo, o indivíduo busca o retorno ao estado imaterial para encontrar apaziguamento das pulsões, o silenciamento das demandas.

Fundou-se, a partir daí, o dualismo pulsional que passou a marcar uma nova cisão do sujeito freudiano.

Essa reestruturação teórica permitiu que Freud (1930/2010b) repensasse o funcionamento psíquico a partir da agressividade constitutiva, que corrobora a problemática diante da vida coletiva, pois sua meta é a desunião, a insistência na satisfação individual que gera a descarga da agressividade. Como ela não é passível de extinção, nem de domaçaõ, a cultura teve de acolhê-la para redirecioná-la a objetos externos, e também introjetá-la, ou seja, voltando-a contra o próprio indivíduo.

Para garantir, entretanto, que tal sistema de regulação funcione, o sistema psíquico possui três instâncias, cada uma responsável por um funcionamento subjetivo. Freud (1927/2014a, 1940[1938]/2018) destaca essa divisão entre: Isso (ou *Id*), Eu (ou *Ego*) e Supereu (ou *Superego*). O Isso é a parte mais primitiva e diz respeito às demandas pulsionais de satisfação, é o que nomeamos como inconsciente propriamente dito. O Eu desenvolve-se a partir do Isso, como agente mediador dele com a realidade, e tem a seu favor o princípio da realidade. Este princípio é a referência de julgamento da realidade e se baseia em um exame do mundo externo para a suspensão e/ou adiamento da obtenção de prazer. Há, ainda, uma

terceira instância psíquica que colabora com essa vigilância, o Supereu, que age como representante psíquico da lei e da cultura introjetados no indivíduo.

O Supereu confronta o Isso, ao realizar pressões internas concomitantemente a ele, diante do Eu, que precisa mediar essas exigências (pulsionais, culturais e morais) em busca de uma realidade psíquica. O Supereu, conforme afirma Freud (1930/2010b), possui também um caráter sádico (agressivo) diante do Eu, pois vigia-o e pune-o diante de seus pensamentos e ações.

A agressividade é introjetada, internalizada, mas é propriamente mandada de volta para o lugar de onde veio, ou seja, é dirigida contra o próprio Eu. Lá é acolhida por uma parte do Eu que se contrapõe ao resto como Super-eu, e que, como “consciência”, dispõe-se a exercer contra o Eu a mesma severa agressividade que o Eu gostaria de satisfazer em outros indivíduos. À tensão entre o rigoroso Super-eu e o Eu a ele submetido chamamos consciência de culpa; ela se manifesta como necessidade de punição. (...) A civilização controla então o perigoso prazer em agredir que tem o indivíduo, ao enfraquecê-lo, desarmá-lo e fazer com que seja vigiado por uma instância no seu interior, como por uma guarnição numa cidade conquistada. (Freud, 1930/2010b, p. 92).

Logo, o Supereu, que conhece todos os pensamentos do Eu, faz com que estes sejam tratados com a mesma severidade, como se os atos tivessem sido praticados. Essa operação ocorre, pois a consciência de culpa, que antes derivava do medo da perda do amor dos pais na vida infantil, transformou-se no medo da perda do amor da sociedade humana, e que gera as renúncias pulsionais, exigidas pela sociedade (Freud, 1930/2010b).

Contudo, esta operação não se finda aí. Pois, o medo que se verteu em consciência e que gerou as restrições pulsionais, ao introduzir o indivíduo na cultura, passa a inverter agora a sua relação. Faz, assim, com que a própria renúncia, que deveria ter um efeito libertador em

relação à culpa, e que levasse a uma abstenção virtuosa, não recompense o Eu, mas o puna através do reconhecimento das intenções dele. Esta punição, logo, advém da não correspondência aos ideais culturais, promovendo uma permanente infelicidade interna através da consciência de culpa (Freud, 1930/2010b).

Este movimento masoquista do Eu, entretanto, não é capaz de descarregar toda a agressividade humana, de forma que mesmo diante deste grande triunfo civilizatório, ela continua sendo destinada para fora, infligindo sofrimento contra outros indivíduos. Essa agressividade direcionada ou redirecionada que é exteriorizada, e que se destina a outros grupos (que inclusive carregam certas semelhanças com o Eu dos agressores), é uma tradução do masoquismo autoinfligido projetado e deslocado para um sadismo infligido ao outro que é semelhante, mas que passa a ser enxergado como perigoso. Freud (1930/2010b) nomeou essa operação de Narcisismo² das Pequenas Diferenças. Trata-se, em síntese, de localizar a agressividade e a não conformidade que habita, em princípio, o próprio indivíduo, no outro, para, na sequência, desejar punição deste outro como se ele fosse um estranho, apagando aí o traço de familiaridade originária.

Apesar desse conceito ter sido elaborado no *Mal-Estar na Civilização* (Freud, 1930/2010b), o pai da Psicanálise já conjecturava sobre ele (contudo ainda sem o nomear), desde *Psicologia das Massas e Análise do Eu* (Freud, 1921/2011a). Neste último ensaio, o psicanalista destacou um ponto muito importante para nosso objetivo de trabalho, um princípio contraditório: o ódio contra outros grupos, pessoas e etnias têm um efeito de unificar, promover ligações afetivas. “Sempre é possível ligar um grande número de pessoas

² Psicanaliticamente, o narcisismo é concebido por Freud (1914/2010g) como o complemento libidinal do egoísmo, do qual cada ser vivo possui uma porção. Roudinesco e Plon (1998) retomam várias problemáticas ao longo da obra freudiana que fizeram com que o termo fosse reconfigurado. Contudo, de forma sucinta, destaca que há o narcisismo primário e o secundário. Acerca do primeiro, explana que é de onde principia a vida infantil e que se manifesta através da crença mágica nas palavras, na onipotência dos pensamentos e o tomar-se como objeto de amor. Já o narcisismo secundário se caracteriza por investimentos libidinais, que são retirados dos objetos externos e redirecionados ao Eu. Desta forma, o próprio Eu torna-se objeto da libido.

pelo amor, desde que restem outras para que se exteriorize a agressividade” (Freud, 1930/2010b, pp. 80-81).

Discutiremos com mais profundidade sobre essa proposição libidinal, do erotismo na vida social, no próximo item deste capítulo. Destacamos, nesse ponto, a partir desta constatação do Narcisismo das Pequenas Diferenças, o importante fator de que as ligações amorosas não estão dissociadas da agressividade. Ademais, a pulsão de morte não se encontra sozinha, ou seja, há um fusionamento pulsional entre vida e morte, amor e agressividade (Freud, 1930/2010b).

Se a pulsão de vida, está relacionada ao erotismo, ao amor, à amizade, e a camaradagem, a pulsão de morte se relaciona através da agressividade, para a destruição, para desunir o que está unido, visando o retorno ao estado inorgânico. Se todas as ações humanas possuem assim, um fusionamento entre ambas as pulsões, o que podemos concluir é que o que se torna variável são as porções de cada uma nas ações humanas (Freud, 1921/2011a, 1930/2010b).

Não devemos nos esquecer, contudo, que, apesar de possibilitar a união entre grupos, a agressividade continua sendo o maior obstáculo para a civilização, como o próprio Freud (1930/2010b) relembra: o homem é o lobo do homem!

(...) a hostilidade de um contra todos e de todos contra um. Esse instinto de agressão é o derivado e representante maior do instinto de morte, que encontramos ao lado de Eros e que partilha com ele o domínio do mundo. (...) Agora, acredito, o sentido da evolução cultural já não é obscuro para nós. Ela nos apresenta a luta entre Eros e morte, instinto de vida e instinto de destruição, tal como se desenrola na espécie humana. Essa luta é o conteúdo essencial da vida, e por isso a evolução cultural pode ser designada, brevemente, como a luta vital da espécie humana. (Freud, 1930/2010b, pp. 90-91).

É a partir desse impasse relacionado à função do Supereu, da agressividade e do sadismo relacionados ao funcionamento da pulsão de morte que Lacan (1987) a associa ao conceito de gozo e sua economia, que está mais além do princípio do prazer. O termo gozo, concebido por Lacan ao longo de seu ensino, denota que somos marcados, no princípio de nossa existência, por essa “origem sórdida” (Jorge, 2010, p. 240) do nosso ser, ou seja, pela busca de satisfação absoluta e insistente da Coisa perdida, que está relacionada à experiência de *petite mort*, como nomeiam as franceses, ou seja a perda dos sentidos experienciada no instante de realização total de uma satisfação. Essa ausência súbita, como um desvanecimento, assemelha-se à vivência da experiência de quase-morte. Todo sujeito apresenta este empuxo-ao-gozo, característico da pulsão de morte e descrito por Freud através da busca de anulação radical de todas as tensões, a tendência ao princípio de nirvana.

Não é objetivo deste trabalho dissertar amplamente sobre a noção lacaniana de gozo, mas situaremos sua dimensão através da passagem entre a teoria da pulsão de morte, do objeto pulsional (*Das Ding*) e a primeira teorização de gozo no ensino de Lacan. Sieiro (2023) afirma que a teoria do gozo soluciona os impasses freudianos referentes à economia psíquica, com suas noções de libido, energia, instinto e pulsão.

O gozo insiste, sobretudo, em apresentar-se através de um campo de afetos como um estado de satisfação insatisfatória. Essa contradição indica o funcionamento do gozo como um prazer desprazeroso, um desejo aversivo, um amor com ódio. Esses termos opostos tensionam e situam o indizível no campo do gozo, com as diversas modalidades que este tenta combinar opostos em uma única resposta. Logo, a economia de gozo é, sobretudo, um cálculo de difícil compreensão, visto que busca sempre manter esse resto de insatisfação como princípio, *per se*, de satisfação incontrolável (Sieiro, 2023).

Contudo, é a fantasia que se interpõe no caminho do gozo, fazendo com que este empuxo seja transformado, sexualizado pela via do deslocamento e da sublimação. O

domínio que a fantasia passa a exercer sobre a pulsão de morte, portanto, transforma esta última em pulsão de vida (sexual), que, por sua vez, responde ao princípio do prazer. Assim, o sujeito passa a ficar dividido entre as duas poderosas forças: morte e vida, amor e gozo (Jorge, 2010).

Essa operação demonstra como o sujeito se apresenta dividido entre sua parte representada pela linguagem, transformado em significante, mas também representado pela sua economia de gozo na parte mortificada de si no mesmo significante. Sobre essa propriedade do significante, Roudinesco e Plon (1998, p. 708) afirmam que se trata de um:

Termo introduzido por Ferdinand de Saussure (1857-1913), no quadro de sua teoria estrutural da língua, para designar a parte do signo lingüístico que remete à representação psíquica do som (ou imagem acústica), em oposição à outra parte, ou significado, que remete ao conceito. Retomado por Jacques Lacan como um conceito central em seu sistema de pensamento, o significante transformou-se, em psicanálise, no elemento significativo do discurso (consciente ou inconsciente) que determina os atos, as palavras e o destino do sujeito, à sua revelia e à maneira de uma nomeação simbólica.

A teoria lacaniana do significante, construída inicialmente nas bases do estruturalismo lingüístico francês, define que a entrada do sujeito na linguagem, através da operação de alienação (que descrevemos anteriormente), resulta na extração do objeto a, marcando e determinado o sujeito em sua estrutura de linguagem, cernido no significante e, ao mesmo tempo, faltante de uma parte de si perdida como preço dessa entrada no campo da linguagem. Há, portanto, uma parcela do gozo perdido que se verte em gozo fálico, ou seja um gozo parcial, recortado pela significante e emoldurado pela fantasia através dos significantes. Podemos concluir portanto, que a função primordial da fantasia em Lacan é a de sexualizar a pulsão de morte, fazendo frente ao real do gozo.

Mas a fantasia tem dois lados: ela é uma salvação, mas também é patogênica. Pelo próprio fato de ter salvado o sujeito da derrelição absoluta à qual estava fadado pela pulsão de morte, ele vai agarrar-se a ela com unhas e dentes – isso mantém uma relação com o que Freud chamava de fixação. Agarramo-nos à fantasia com tanta intensidade que a tornamos o reduto mais importante de nossa vida e passamos a produzir uma série de “sintomas”, que consistem na perpetuação constante da nossa relação com a fantasia. (Jorge, 2010, p. 85).

Contudo, se a fantasia sexualiza a pulsão de morte e cria avatares para o objeto perdido, por que ela não satisfaz a pulsão? Jorge (2010) aponta que o objeto que daria plena satisfação pulsional é chamado de *Das Ding* (a Coisa freudiana) sendo, na verdade, um objeto inexistente, já demonstrando, ele mesmo, em seu estatuto, uma produção fantasística. Esse objeto freudiano, a Coisa, existe apenas enquanto uma suposição lógica pelo psiquismo. Por isso, diferenciamos o estatuto fantasístico do objeto *Coisa*, do estatuto de impossível e inexistente do objeto a.

O objeto causa do desejo, pequeno a, possui estatuto tríplice, pois só é cernido não por uma fantasia de existência, mas pelo suporte estrutural dos registros real, simbólico e imaginário. *Das Ding*, por sua vez, trata-se do objeto ficcional atribuído à pulsão de morte, responsável por sustentar a imagem de um engodo do gozo absoluto, caso fosse passível de ser atingido. *Das Ding*, portanto, é uma das faces do objeto a, situada em sua dimensão real, ou seja, impossível, não simbolizável e sem imagem (Jorge, 2010).

Dessa feita, a pulsão insiste, ininterruptamente, em acessar a *Coisa* que jamais aparece, visto que é um objeto mítico que a fantasia está incessantemente à procura. Conclui-se, portanto, que, apesar de a vida humana ser regida por este vetor de obter a satisfação absoluta, ela é impossível. Não obstante esta impossibilidade, a fantasia se mantém incessantemente diante do vazio, sustentando o desejo, articulando-o com as voltas do objeto

a, enquadrando e emoldurando a falta dentro de um certo limite, dentro da janela para o real. Dessa forma, permite a sustentação da falta radical, e ao mesmo tempo indica, ilusoriamente, o que a satisfaria. “O desejo não possui objeto, mas a fantasia é o suporte do desejo na medida em que ela o fixa numa certa relação estável com determinado objeto” (Jorge, 2010, p. 78).

Lacan (1966a-1967a/2008) determina a existência de uma fantasia fundamental, ou seja, há uma formulação lógica para o estatuto da fantasia, que assume uma forma fixa, repetitiva e estrutural de se relacionar com a causa do desejo. Nessa fixação, conserva-se o suporte ao desejo, de forma limitada, através da articulação simbólica e imaginária. Assim, o campo da linguagem permite a fixação de uma imagem ilusória do desejo, constituindo uma espécie de prisão domiciliar, pois limita os movimentos, mas fornece um enquadramento restrito àquilo que é conhecido (Jorge, 2010).

Para escrever toda essa construção epistemológica, Lacan (1966a-1967a/2008) criou o matema da fantasia, que se escreve: $\$ \diamond a$. Nesta fórmula, localizamos, à esquerda, o elemento “\$”, que denota a operação do sujeito barrado, dividido por sua referência à constituição pela linguagem; temos a operação central, que se lê como “punção”, já que resulta da representação matemática de uma conjunção disjuntiva e denota a escrita do corte, do vazio: “ \diamond ”; e temos, por último o elemento “a”, que escreve a função do objeto pequeno a. Lê-se: sujeito barrado punção de a. Ou seja, o matema da fantasia, escreve de forma lógica como um sujeito barrado de um significante único advindo do Outro, cria formas pulsionais de se ligar, através do vazio, a sua causa de desejo. Agora, resta-nos elaborar: como a teoria lacaniana da fantasia, apresentada de forma breve no presente item, pode nos ajudar a interpretar o campo da cultura?

1.3. Psicologia das massas

Considerando que o sofrimento individual não pode ser desatrelado do sofrimento coletivo, já que a separação entre psicologia individual e coletiva é da ordem do impossível, nosso objetivo, neste trabalho, não é resolver tal impasse fundamental, mas recolher de Freud (1930/2010b) uma teoria sobre o desencontro fundamental que culmina no mal-estar da civilização, relacionando-o a uma diferença econômica entre as satisfações aceitas socialmente e o quantum energético que permanece reprimido.

A oposição entre psicologia individual e psicologia social ou das massas, que à primeira vista pode parecer muito significativa, perde boa parte de sua agudeza se a examinamos mais detidamente. É certo que a psicologia individual se dirige ao ser humano particular, investigando os caminhos pelos quais ele busca obter a satisfação de seus impulsos instintuais, mas ela raramente, apenas em condições excepcionais, pode abstrair das relações deste ser particular com os outros indivíduos. Na vida psíquica do ser individual, o outro é via de regra considerado enquanto modelo, objeto, auxiliador e adversário, e portanto a psicologia individual é também, desde o início, psicologia social, num sentido ampliado, mas inteiramente justificado. (Freud, 1921/2011a, p. 10).

Apesar de, até o presente momento, termos discutido sobre o mal-estar na civilização, não podemos cair no erro de supor que a sociedade é toda estruturada como um único grupo homogêneo. Pelo contrário, sua heterogeneidade é composta pelos inúmeros agrupamentos nos quais os indivíduos se unem. Alguns destes são mais estáveis e duradouros, outros mais voláteis e momentâneos.

A esta pluralidade formativa dentro da civilização, Freud (1921/2011a) nomeou de massas, e seu estudo muito nos interessa. Conforme apontamos no item anterior, há o fenômeno do narcisismo das pequenas diferenças que se apresenta, especialmente nos

fenômenos de massas e podem passar a destinar agressividade coletivamente, umas contra as outras. Esta dinâmica, conforme mostraremos no terceiro capítulo, muito se coaduna com o fenômeno das *fake news* e das campanhas de desinformação.

Seguiremos nossa exposição sobre as massas, então, a partir de Freud (1921/2011a) e com as contribuições de Le Bon, que descreve algumas de suas características.

1.3.1. Teoria das massas e identificação no líder

Freud (1921/2011a) expõe que, para Le Bon, as massas caracterizam-se como formações de indivíduos que provisoriamente se unem, sendo compostas de elementos heterogêneos. Metaforicamente são como as células de um organismo, que, ao se aglomerarem, formam um novo ser, com características diferentes das individuais.

Nessa conjuntura, destaca-se a discrepância do comportamento das massas, da vida cotidiana dos indivíduos que a compõem. Dentre estas características, salienta-se um sentimento de poder invencível que consente em ceder a instintos “primitivos” aos quais os indivíduos, sozinhos, não cederiam. Há, ainda, uma redução da atividade intelectual, acentuação da afetividade, impulsividade, volatilidade, excitação e violência. Entretanto, o próprio Le Bon frisa a ocorrência de um paradoxo, na possibilidade dessas mesmas massas serem capazes de ações nobres e heroicas (Freud, 1921/2011a).

Sobre a dinâmica no funcionamento das massas, Le Bon destaca o contágio mental, na supressão das diferenças em prol da homogeneidade, em manifestações inconscientes que remontam à vida arcaica dos povos primitivos. Sobre as alterações da atividade anímica, nas formações de massa, Freud (1921/2011a), contudo, expõe que, apesar de as descrições de Le Bon terem sido muito bem elaboradas, o autor deixou de privilegiar elementos muito importantes nas mesmas. O psicanalista cita, por conseguinte, o papel do líder nas ligações eróticas entre os indivíduos que a compõem, e a sugestibilidade, como um efeito mútuo

que os indivíduos exercem entre si, descritos como o enigma não explicitado do contágio mental. Tal exposição de um equívoco teórico por parte de Le Bon está em somente considerar agrupamentos temporários e efêmeros, como massa.

Freud (1921/2011a), ao contrário, vê-se compelido a conceituar de forma mais rigorosa o conceito de massa. Explica, dessarte, que a simples junção de pessoas não designa a sua formação, sendo necessário para a sua constituição o estabelecimento de laços libidinais. Ou seja, uma massa psicológica é um agrupamento humano em que os indivíduos compartilham ligações afetivas entre si. A durabilidade desta ligação é o que vai caracterizar as massas como sendo efêmeras, passageiras – nas quais os indivíduos se aglutinam e rapidamente se dispersam –, ou sendo mais estáveis, tomando corpo nas instituições da sociedade.

Ademais, seu surgimento pode advir tanto de forma espontânea ou artificial, ou seja, que requeira uma coação externa para se manter (como a Igreja e o exército). Já em relação às suas características, podem tanto ser primitivas, como altamente organizadas, tendo em sua composição tanto indivíduos homogêneos ou heterogêneos. Em suma, há uma infinidade de possibilidades para a sua formação (Freud, 1921/2011a).

Após essa operação conceitual, as contribuições de Le Bon, Sighele e outros que Freud (1921/2011a) citou são assimiladas, exclusivamente, como descrições de massas efêmeras como as massas revolucionárias. Contudo, seu caráter passageiro salienta o quanto são superposições a outras mais estáveis e duradouras, sendo, então, como ondas curtas e altas que estão sobre imensos vagalhões.

Partindo, portanto, da relevância das relações libidinais para o tema das massas, devemos focalizar melhor agora sobre como se dão os mecanismos destas ligações eróticas, que estão presentes desde os menores e mais passageiros grupos, até a formação da

civilização. Usamos o termo erótico para descrever o vínculo pulsional entre os sujeitos, como afirma Freud (1921/2011a, p. 33):

Quem toma a sexualidade por algo vergonhoso e humilhante para a natureza humana tem inteira liberdade para usar expressões mais nobres, como “Eros” e “erotismo”. Eu próprio poderia tê-lo feito desde o início, poupando-me de muita hostilidade. Mas não quis fazê-lo, porque prefiro evitar concessões à pusilanimidade.

No discurso psicanalítico, a sexualidade não apenas não é algo vergonhoso, como é fundante e epistolar. Na citação acima, demonstra-se como o erotismo está ligado ao campo sexual e também à libido, compreendida como uma energia relacionada com tudo aquilo que pode ser abrangido pela palavra amor (Freud, 1921/2011a). Nesse sentido, é preciso destacarmos que amor, para Freud, não se liga somente ao destino sexual, mas é também direcionado os campos de afetos e erotismos fundantes das relações entre indivíduos, como nas relações entre pais e filhos, nas relações de amizade e na dedicação a objetos e ideias abstratas. Ou seja, o amor pode ser direcionado tanto para a meta sexual, como também pode ser inibido nesta meta, mantendo a mesma força e energia que a original.

Todavia, seja o amor inibido ou não de sua meta, em Psicanálise, chamamos de impulsos amorosos os impulsos sexuais e são eles que constituem a “cola” capaz de ligar os indivíduos. É a partir de sua existência, portanto, que é possível haver um desejo de encontro com uma “alma coletiva”, em que os seres humanos suportam-se mutuamente e conseguem (na medida do possível), contornar a agressividade. A articulação teórica dos laços libidinais compartilhados permitiu também que Freud (1921/2011a) resolvesse o enigma da sugestão na massa (do contágio de sentimentos) ao localizá-lo como resultado das ligações eróticas acima descritas (Freud, 1921/2011a, 1930/2010b).

Entretanto, há outra questão que surge a partir da articulação construída pelo psicanalista: o que é capaz de produzir laços afetivos na massa? Freud (1921/2011a)

apresenta, então, o conceito de identificação e o descreve como sendo a forma mais antiga de ligação afetiva, que se intenciona ser reproduzida ao longo da vida nas relações, de forma geral. Tal explicação tem seu fundamento ligado à teoria do complexo de Édipo, em que a criança se identifica com um dos progenitores elegendo-o como ideal de amor (Freud, 1921/2011a).

Nesse ponto, relembremos os desenvolvimentos acerca do mito de *Totem e Tabu* (1913/2012), apresentado anteriormente neste capítulo. Logo, a identificação com uma figura parental faz parte não somente da constituição arcaica individual, como também da construção identificatória coletiva.

A dinâmica da identificação circunscreve uma tentativa de configuração da instância psíquica do Eu à semelhança de uma figura idealizada, um modelo ideal a depender das relações da criança com uma figura de referência. Assim, através de uma via regressiva, a criança substitui a ligação objetal libidinosa, introjetando partes do objeto amado e idealizado. Essas figuras, por deslocamento, podem ser progenitores diretos ou representantes desse laço que não eram inicialmente tomados como objetos eróticos, a partir das percepções de coisas em comum, promovendo novas ligações libidinais (Freud, 1921/2011a).

Assim, a identificação promove a ligação recíproca entre os indivíduos na massa através de um objeto/interesse afetivo compartilhado, como na figura do líder. A massa exige a presença de um chefe que seja fascinado por uma forte crença, em uma ideia e que servirá como substituto do ideal de Eu nos indivíduos. O ideal de Eu, segundo Laplanche (2001), refere-se a uma parte do Supereu, resultante de uma convergência entre o narcisismo e as identificações com os pais e os ideais coletivos. Suas funções regulam o apreciar das realizações do Eu, comparando-o com os ideais, e realizando a prova de realidade.

Portanto, quando um líder substitui os individuais ideais de Eu, ele passa a ser ilusoriamente tido pela massa como alguém que ama a todos igualmente. Tudo depende dessa

ilusão! É só a partir da crença no compartilhamento desse amor que os indivíduos estabelecem ligações entre si, identificando-se. A função do líder, em suma, é a de substituir, nos indivíduos, este particular ideal de Eu, por sua própria figura. Dessa forma, a massa passa a ter este elo em comum: todos compartilham o mesmo ideal. Mas, e as massas que não possuem líder? Freud (1921/2011a) descreve que uma ideia, abstração ou desejo em comum podem ser um substituto para o líder, ou até um líder secundário.

Simultaneamente a essa “entrega” do Eu ao objeto, que já não se diferencia da entrega sublimada a uma ideia abstrata, deixam de operar completamente as funções conferidas ao ideal do Eu. Cala a crítica exercida por essa instância; tudo o que o objeto faz e pede é justo e irrepreensível. A consciência não se aplica a nada que acontece a favor do objeto; na cegueira do amor, o indivíduo pode se tornar, sem remorsos, um criminoso. Toda a situação pode ser resumida cabalmente numa fórmula: O objeto se colocou no lugar do ideal do Eu. (Freud, 1921/2011a, pp. 55-56).

Devemos ressaltar também, outro ponto que nos será muito valioso adiante, e que, de certa forma, já o mencionamos quando dissertamos a respeito do Narcisismo das Pequenas Diferenças. A questão é que: a dependência positiva em relação ao líder *não é* a única via pela qual passa a identificação. Ela também pode advir por uma via negativa, na qual o líder, ou ideia condutora, baseiam-se no ódio a uma pessoa, instituição, entre outros. A identificação negativa portanto tem o mesmo efeito, para a formação de massa (Freud, 1921/2011a).

1.3.2. A função da fantasia na articulação entre a efemeridade das massas e a ideologia

Seguindo nossa trilha teórica, precisamos, a partir de toda esta discussão, dar destaque ao lugar da fantasia na formação das massas, em especial das efêmeras, já que estas nos

indicarão o caminho central que vamos percorrer ao analisarmos os movimentos políticos relacionados à rede de informação.

Freud (1921/2011a) destaca, a respeito das características destas massas efêmeras, o quanto são extremamente influenciáveis, crédulas e acríticas. Imagens associativas são evocadas e sucedidas como em um livre devaneio, à maneira como a *sua relação com a realidade não é razoável*. Como vimos no começo deste capítulo, a realidade psíquica possui uma razão, uma lógica psíquica em sua formação. Nas massas, a realidade construída para ser partilhada não é sustentada por uma razão lógica, mas pelo sugestionamento superegoico de uma moral questionável.

O modo como os sentimentos são sempre muito exaltados, as dúvidas são suprimidas através de ostensivas certezas, germes de antipatia, narcisismo invertido e sadismo superegoico tornam-se em ódio selvagem de forma extrema. E que principalmente: “Quem quiser influir sobre ela, não necessita medir logicamente os argumentos; deve pintar com as imagens mais fortes, exagerar e sempre repetir a mesma coisa” (Freud, 1921/2011a, pp. 18-19).

Ou seja, nessas massas há uma forte regressão a uma atividade anímica primitiva (como na horda primeva) que demonstra um predomínio da atividade superegoica da psique inconsciente. Isso pode ser verificado não somente pelo rebaixamento da crítica de uma razão, e do extremismo patologicamente afetivo, como também na possibilidade de *ideias opostas poderem coexistir, sem que isto resulte em uma contradição lógica*, como descobrimos tratar-se, anteriormente, de uma formação sintomática, uma forma de negação da impossibilidade (Freud, 1921/2011a).

Logo, as operações que se desenrolam nas massas efêmeras confluem para um cenário que faz com que o “irreal” tenha primazia sobre a realidade, pois na verdade as massas não têm sede de verdade, o que *elas requerem são ilusões*. Nas palavras de Freud:

Já mostramos que essa predominância da vida da fantasia, e da ilusão sustentada pelo desejo não realizado, é algo determinante na psicologia das neuroses. Descobrimos que o que vale para os neuróticos não é a realidade objetiva comum, mas a realidade psíquica. Um sintoma histérico se baseia na fantasia, em vez de na repetição da vivência real, a consciência de culpa da neurose obsessiva, no fato de uma má intenção que jamais se realizou. Como no sonho e na hipnose, na atividade anímica da massa a prova da realidade recua, ante a força dos desejos investidos de afeto. (Freud, 1921/2011a, p. 21).

Como podemos articular, portanto, a sede de ilusão identificatória coletiva com o funcionamento central da fantasia na psique das massas? Conjecturamos que a fantasia possibilita uma operação de eleição de um objeto comum para dar materialidade à ilusão identificatória, na figura de um líder ou ideal a partir do qual os indivíduos possam se identificar e, por conseguinte, produzirem laços afetivos. A fantasia escreve (como na fórmula lacaniana do matema que apresentamos no item anterior), o roteiro de quem são os inimigos, de como se constituirá o discurso. E, por fim, é a fantasia quem estrutura o olhar da massa para a realidade objetiva, permitindo aos indivíduos suspenderem as provas de realidade, já que possuem uma realidade psíquica muito mais condizente com seus desejos.

Tal conjectura havia sido descrita por Jorge (2010), a partir das contribuições freudo-lacanianas da função da fantasia no campo social:

Considerando os laços humanos como fantasísticos e delirantes, podemos nos voltar para o estudo da cultura humana munidos de um instrumental psicanalítico muito refinado. (...) As culturas podem ser consideradas como fundadas em laços fantasísticos privilegiados, e acreditamos poder postular que, se diferem entre si de forma tão acentuada, isso se deve às estruturas fantasísticas e delirantes que lhes são próprias. (Jorge, 2010, pp. 9-10).

Seguindo a concepção freudiana citada no início deste capítulo, é impossível a separação entre psicologia individual e coletiva, visto que o sujeito não se constitui sem o campo social e vice-versa. Assim, trabalhamos com a hipótese que circunscreve os efeitos das operações de fantasia ultrapassando os limites subjetivos individuais, estando presente nas diversas formas de laço social construídos, influenciando diretamente na construção das fantasias coletivas dos indivíduos.

Sobre essa hipótese, Zizek (1992), que é considerado um dos filósofos da Psicanálise lacaniana mais relevantes de nossa época, retoma a afirmação que a fantasia funciona como uma trama imaginária que busca preencher o vazio, a abertura deixada pelo desejo do Outro. Demonstramos, brevemente, essa proposta na apresentação do matema da fantasia, no item anterior. O filósofo articula uma pergunta lacaniana ao trabalho de fantasia elaborado pelo sujeito: “que queres tu de mim?”, que se traduz na seguinte pergunta: “o que quer o Outro?” (Que *Vuoi?*). A pergunta escreve a impossibilidade de tradução deste desejo.

Segundo Zizek (1992), a pergunta funciona como uma busca de “significação absoluta” e se constrói na forma pela qual percebemos o mundo, dotando-o de sentido, tornando-o um anteparo para barrar a falta de um significante que diga do sujeito no Outro. Toda fantasia é desejo de completude no campo simbólico, ou seja, é uma aposta de recobrimento do desamparo do indivíduo no laço social. Assim, a fantasia formaliza um roteiro que cobre o espaço localizador da impossibilidade fundamental, mascarando o vazio no social. É por não haver um significante singular que possa ser extraído do campo do Outro que Lacan (1972-1973/2010) cria o axioma afirmando a não existência da relação sexual. Na cultura, isso se traduz nas manifestações dessa impossibilidade, por exemplo, nas diferenças de classe. A sociedade é constituída por uma clivagem antagônica impossível de ser integrada na ordem simbólica.

Analisando a função da fantasia no campo social, observamos a existência de fantasias de cunho ideológico-social, ensejando concretizar a construção de uma visão de sociedade que não seja antagonicamente dividida, em que as diferentes partes sejam orgânicas e complementares. Para alcançar este êxito, elege-se, como ocorreu, no exemplo do nazismo, um elemento que possa ser tido como externo, um corpo estranho que introduz a corrupção no tecido social. No nazismo, este era encarnado através do judeu (Zizek, 1992).

Essa operação de deslocamento do problema, na busca de completude através da eleição de um inimigo, já havia sido teorizada por Freud (1930/2010b), ao relatar sobre o Narcisismo das Pequenas Diferenças. Contudo, a fantasia assume várias formas para realizar sua missão de tamponamento da impossibilidade de completude e da diferença simbólica na cultura. Freud (1930/2010b) citou alguns destes caminhos como a ilusão, a arte e a religião. No campo da política, que nos interessa neste trabalho, é no advento da ideologia que Zizek (1992, p. 154) demonstra a articulação com as operações de fantasia:

A ideologia é habitualmente concebida como um discurso: como um encadeamento de elementos cujo sentido é sobredeterminado por sua articulação específica, isto é, pela maneira como um “ponto de basta” (o significante Mestre) os reúne num campo homogêneo. Poderíamos, aqui, fazer referência à já clássica análise de Laclau/Mouffe: os elementos ideológicos particulares funcionam como os “significantes flutuantes”, cujo sentido é retrospectivamente fixado pela operação de hegemonia (o “comunismo”, por exemplo, como “ponto de basta” que especifica o sentido de todos os outros elementos ideológicos: “a liberdade” torna-se “a verdadeira liberdade”, em oposição à “liberdade formal burguesa”; “o Estado” torna-se “o meio de oprimir a classe trabalhadora” etc.) (Cf. Laclau/Mouffe, 1985).

No espaço ideológico, flutuam significantes que são encadeados a partir de um significante-mestre, que, funcionando como um ponto de basta, determina retroativamente a

significação de todos os outros que fazem parte da ideologia. Logo, na construção do discurso ideológico, há um atrelamento sintomático entre ilusão e saber. Dessa forma, a fantasia ideológica funciona como uma ilusão, cunhando uma noção de saber que estrutura a própria noção de realidade partilhada (Zizek, 1992).

Para discernir e desambiguar a noção de ilusão de fantasia (apresentada nos itens anteriores) e de ideologia, lembramos, primeiramente, que a noção de ideologia não foi cunhada pela epistemologia psicanalítica, pois havia sido elaborada anteriormente pela filosofia e seu sentido partilhado com as Ciências Sociais (dentre outras disciplinas do conhecimento). Sobre a ilusão, Freud (1927/2014a) a define como uma crença que se origina de um desejo e designa, não um erro, ou um equívoco, mas uma verdade enviesada e contrária à referência de realidade.

O psicanalista exemplifica a ilusão através das lógicas das religiões, pois elas fabricam referências imaginárias que se assemelham ao delírio, em algumas situações. Destacamos, todavia, que a ilusão não necessariamente contradiz a realidade, mas se apresenta como uma possibilidade desviante dela. A grande questão da ilusão, por fim, é que ela dispensa comprovação de seus enunciados, ou seja, ela basta-se em si mesma, escusando qualquer verificação, comenta Jorge (2010).

Segundo Freud (1927/2014a, 1930/2010b), a ilusão é um procedimento psíquico que objetiva satisfazer-se em processos internos mantendo as mesmas características do desejo inicial. Para isso, há um afrouxamento da referência à realidade e a satisfação é obtida através de ilusões que o indivíduo reconhece como tais, sem que a discrepância com a realidade lhe perturbe a fruição.

O âmbito de que se originam tais ilusões é aquele da vida da fantasia; quando ocorreu o desenvolvimento do sentido da realidade, ele foi expressamente poupado do teste da

realidade e ficou destinado à satisfação de desejos dificilmente concretizáveis. (Freud, 1930/2010b, pp. 36-37).

A partir dessa breve apresentação freudiana sobre a ilusão e seu advento do campo da fantasia, depuramos que ambas as operações são formações psíquicas que os sujeitos criam para lidar com o sofrimento diante do mal-estar social, em busca da manutenção de uma lógica de prazer. Se a ilusão é uma crença que dispensa comprovação, pois fundamenta-se pelo desejo e rejeita a prova de realidade, a fantasia, por outro lado, é a referência de realidade psíquica, ou seja, uma forma como tamponamos o real.

Por último, o conceito de ideologia é lido no campo psicanalítico como um discurso construído que articula um saber, independentemente se este último é fruto ou não de uma ilusão. A fantasia é a base sobre a qual se sustentam a ilusão e a ideologia, pois ela fornece os elementos e a estrutura para que esses elementos sejam colocados em relação. Retomando a proposição de Žižek (1992), à medida que um significante-mestre se consolida, organizando, montando a cadeia significante e apagando seus próprios vestígios construtivos, a fantasia ideológica³ passa impressão de que aquelas significações por ele atribuídas sempre estiveram ali daquela forma. A ideologia funciona como um sentido que esconde um “fora de sentido” pré-ideológico do mal-estar. Dessa forma, revelamos que a função da ideologia, entre outras, é de produzir sentidos para o campo do *non-sense* atribuído, em Psicanálise, ao campo do real. Estes são os seus verdadeiros esteios.

Em resumo, o discurso ideológico é estruturado a partir do funcionamento da aparelhagem de fantasia, podendo elevar a noção de ilusão à condição de um saber orientador na produção de verdades. No caso da ideologia nazista, por exemplo, Žižek (1992) demonstra seu caminho de travessia:

³ Žižek (1992) utiliza o sintagma fantasia ideológica baseando-se na condição, conforme estamos a discorrer, de dependência da ideologia da atividade da fantasia.

A “travessia” da fantasia social é correlativa à identificação com o sintoma. Os judeus, evidentemente, são um sintoma social: são o lugar em que o antagonismo social imanente assume uma forma positiva, penetra na superfície social, o lugar onde se torna evidente que a sociedade “não funciona”, que o mecanismo social “é falho”. Examinando-o através da estrutura da fantasia (corporativista), o “judeu” aparece como um intruso que introduz de fora a desordem, a decomposição e a corrupção do edifício social, isto é, aparece como uma causa positiva externa cuja eliminação permitiria restabelecer a ordem, a estabilidade e a identidade. Mas a “travessia da fantasia”, no mesmo movimento, tem que se fazer acompanhar de nossa identificação com o sintoma: temos que reconhecer, nos traços atribuídos ao “judeu”, o produto necessário de nosso próprio sistema social, temos que reconhecer, nos “excessos” atribuídos aos “judeus”, nossa própria verdade. (Zizek, 1992, p. 125).

Tecendo uma crítica à conclusão de Zizek (1992), de que a sociedade contemporânea já é considerada pós-ideológica, devido à vigência do cinismo, pois, na atualidade, as pessoas não mais acreditam em uma verdade ideológica e não mais levam a sério suas proposições. Fisher (2020) subverte a leitura da ideologia em Zizek, ampliando a discussão ao acrescentar que:

O nível fundamental da ideologia, no entanto, não é o de uma ilusão que mascara o real estado de coisas, mas aquele de uma fantasia (inconsciente) que estrutura nossa realidade enquanto tal. E nesse nível, estamos claramente bem longe de uma sociedade pós-ideológica. O distanciamento cínico é só uma maneira... de fechar os olhos para o poder estrutural da fantasia ideológica: mesmo quando não levamos as coisas a sério, mesmo quando mantemos um distanciamento irônico, nós as continuamos fazendo. (Fisher, 2020, p. 26).

A operação que Fisher realiza, portanto, ressalta a relação fundamental da ideologia com a fantasia, desatrelando-a da ilusão. Ou seja, a ilusão pode estar presente ou não.

Ao fazer as conexões entre as explicações realizadas e demonstradas até o presente momento, relembramos que partimos de um mal-estar do indivíduo na civilização que é responsável pela demonstração de uma impossibilidade constitutiva do sujeito na sociedade. Destacamos novamente que a cultura, por sua vez, tenta encontrar formas de lidar com essa produção de mal-estar advinda dos indivíduos, decorrente do sofrimento que estes compartilham, apoiando-se, para isso, na regulação lógica do princípio do prazer, construindo e reconstruindo fantasias coletivas, que se tornam o prisma pelo qual as massas tamponam a impossibilidade denotada insistentemente pelo real.

Estas fantasias buscam, assim, encontrar possibilidades de ocupar-se com o indizível, com o impossível, e se estruturam de forma a canalizar a realização de desejo, construindo uma possibilidade de existência individual na lógica de sociedade. Todavia, dada a pluralidade de massas que compõem a civilização, cada agrupamento parte de uma fantasia diferente de outra, mas que acabam se interconectando, na medida em que, percebendo suas próprias diferenças e projetando mutuamente seus próprios conflitos, elegem-se como corpos estranhos, que impossibilitam a fantasia estrutural civilizatória (de uma sociedade unida, sem mal-estar).

Lendo o elemento diferente, destoante, como estranho, estrangeiro, a agressividade se presentifica como resposta de um grupo contra os corpos estranhos de outras massas, através das operações de deslocamento e projeção. Estas são sustentadas pelo Narcisismo das Pequenas Diferenças, favorecendo movimentos de identificação em torno de um objeto ilusório comum. Consequentemente, formam laços libidinais, na medida em que líderes encarnam, ou sustentam ideais construídos fantasisticamente através de uma noção ilusória de realidade, sem sustentação por uma racionalidade discernível.

Contudo, a manifestação da pulsão de morte na cultura (agressividade) acaba desembocando na formação de sintomas no laço social, gerando novos mal-estares. Este movimento cíclico, contudo, apenas alimenta ou remodela as fantasias, que, pautando-se como tentativas de realizar desejos, muitas vezes apenas geram ilusões. Quando esse processo ocorre, o teste de realidade fica como resto, relegado em segundo plano, na medida em que a própria fantasia se basta como realidade ensimesmada.

Devido à sua articulação simbólico-imaginária, a fantasia fixa-se em significantes, tanto em sua função de ordenação simbólica em um discurso, mas também em sua função imagética de significação. Logo, esses discursos construídos nas bases da articulação entre ideologia, ilusão e fantasia operam através de um significante mestre enganador capaz de articular uma cadeia significativa com o intuito de mascarar e apagar o histórico que revelaria a construção mesma da própria fantasia gerada pelo advento da ideologia.

Por fim, compreendemos que a fantasia é sumária à vida coletiva e está completamente associada a todos os movimentos no passado, presente e futuro da civilização. Mas, como demonstramos, sua articulação com propósitos sintomáticos pode alterar completamente os destinos dos laços sociais e da produção sintomática do coletivo.

Há muita energia e trabalho envolvidos para manter as exigências do psiquismo individual e, ao mesmo tempo, mediar as demandas sociais e ofertas internas de busca de felicidade, diante das inquirições do laço social. Estes são artifícios desenvolvidos pela sociedade e seus acordos coletivos para que fosse possível a manutenção da existência humana.

Exporemos, a seguir, uma das faces do mal-estar na contemporaneidade, preparando o solo para a posterior discussão sobre sua reconfiguração no jogo político.

1.4. A dimensão sociopolítica do sofrimento

Falar sobre o mal-estar é, sobretudo, falar sobre a dimensão sociopolítica do sofrimento (Rosa, 2018). Para a Psicanálise, é impossível separar o *pathos* das tentativas de lidar com o sintoma social sem nos depararmos com o campo político. Rosa (2018) retoma as palavras de Lacan (1966a-1967a/2008) no *Seminário 14*, ao afirmar que o inconsciente é a política. Quais são as consequências desta afirmação?

Rosa (2018) indica que há várias formas de interpretar a provocação lacaniana. O inconsciente “é a política”, porque contém, em sua estruturação, os restos não elaborados dos traumas históricos da sociedade, transmitidos através da herança simbólica. Assim, o inconsciente capta e guarda o não dito como um interdito, tanto na esfera familiar quanto na esfera pública. Esse recalcado *se transmite* adiante e infinitamente, e produz efeitos que *só depois* serão nomeados e inscritos na cultura que os produziu.

Sobre essa transmissão simbólica em cada época, Menezes (2008, p. 105) afirma que esta tenderá sempre a ser configurada às modalidades de subjetivação de cada época: “As formas de sofrer que os sujeitos manifestam, seus mal-estares, são indissociáveis das transformações que remodelam o campo social”.

Rosa (2018), por sua vez, destaca que o discurso social ocidental, que deseja se impor como discurso hegemônico, aparenta uma a-historicidade às leis do mercado. Realiza então, uma construção discursiva que invisibiliza o reconhecimento dos conflitos gerados no laço, projetando nos sujeitos os impasses políticos de forma patologizadora, e ao mesmo tempo inflando seus narcisismos. A explosão de diagnósticos psicopatológicos é resultado dessa operação, em que o sofrimento passa a ser atribuído apenas à produção sintomática individual, como patologias do narcisismo, e ignora-se a relevância das políticas em sua agência na produção de sofrimentos sociais.

De acordo com Fisher (2020), a face do mal-estar na contemporaneidade passa a estar associada ao sentimento de que não há nada novo, nenhuma novidade no capitalismo, que incessantemente atualiza as formas de exploração. O funcionamento neoliberal (que é a forma atual do capitalismo) é uma filosofia exploratória que promulga que tudo deve ser administrado como uma empresa. Como consequência desse pensamento, as epidemias de diagnósticos de doenças mentais aumentam na atualidade como: depressão, bipolaridade, transtorno de atenção e hiperatividade, crises de pânico, ansiedade. Para mascarar tais problemas, Fisher (2020), Menezes (2008), Rosa (2018), ressaltam que é atribuída a responsabilidade aos indivíduos, de lidarem com seus problemas psicológicos, ou seja, há uma privatização do sofrimento, que passou a ser encarado como advindo de desequilíbrios químicos e neurológicos.

Paralelamente, Zizek (1992) afirma que há uma degradação do poder simbólico diante da localização e manutenção de massas carentes, que ficam às margens de conquistas empreendidas pela cultura. Rosa (2018) defende uma leitura em que os sujeitos procuram uma forma de lidar com esta posição atribuída a eles, de “resto” na estrutura social. Contudo, estes sujeitos, na condição de resto, não culpabilizam o campo político excludente, pelo contrário. Resignados, assumem para si a responsabilidade por seu fracasso diante do ideal de sujeito autônomo, empresário de si, conforme também denuncia Fisher (2020).

A cena social, assim, oferece poucas possibilidades para experiências de alteridade, dado que os ideais culturais centram-se no individualismo, na subjetividade autocentrada, na exaltação estética, na idealização da onipotência do eu, no apagamento da alteridade, e na redução do homem à dimensão da imagem (Menezes, 2008, p. 109):

(...) o que interessa é o brilho, a cena, o espetáculo, o sucesso a qualquer preço, o imediatismo, a captação narcísica do outro. (...) Esse quadro provoca efeitos no

sujeito, efeitos nos modos de subjetivação, que apontam para a fragilização dos vínculos sociais, dos laços mútuos e da constituição e permanência dos grupos.

O imperativo do consumismo ganha, ao mesmo tempo, uma tônica nunca antes vista, impondo-se além dos meios clássicos da mercadoria, agora, nos circuitos de entretenimento das mídias digitais (Fisher, 2020).

Além disso, a dura hierarquia da sociedade do controle foi substituída em prol de uma flexibilização no trabalho, em que períodos de desemprego se alternam com diferentes funções exercidas pela mesma pessoa, em diferentes empresas. Dessa forma, a lógica política e econômica deslocou o antagonismo de bloco de classes, para um antagonismo interno no próprio trabalhador, que, encarando-se como acionista, interessa-se em maximizar seus ganhos e comissões (Fisher, 2020).

Tendo em vista esse real, Menezes (2008) relembra as palavras de Bauman (1998), um sociólogo que, partindo do pensamento freudiano, demonstra como o sujeito da sociedade pós-moderna⁴ trocou um quinhão de segurança por um quinhão de liberdade. Guiado por uma busca de prazer incessante, este tolera uma segurança individual pequena.

Ou seja, a modernidade não promoveu a superação do mal-estar. Ao contrário, na sua máxima radicalização, o que fez foi apenas reconfigurá-lo. O mal-estar contemporâneo, como dissemos, é efeito da *desregulamentação* e do *excesso de liberdade individual* (privatização), é fruto do excesso pulsional e da fragilidade de simbolização (referências subjetivas). Nesse sentido, tem uma marca essencialmente traumática, o que aponta para a vulnerabilidade psíquica do homem contemporâneo. (Menezes, 2008, p. 104-105).

Acrescenta-se, a esse cenário, o programa de desvalorização da ciência, através de operações que a leem como uma forma de ilusão. Freud (1930/2010b) demonstra como a

⁴ Sabemos do debate sociológico se estamos ainda na modernidade ou na pós-modernidade. Não é nosso intuito, no entanto, entrarmos em tal problemática, apenas ressaltar as características socioculturais na atualidade.

construção da civilização está diretamente relacionada ao desejo de dominar a natureza e proteger-se desta fonte de sofrimento/desamparo. Nesse sentido, todo o progresso científico e cultural possibilitou um domínio relativamente prodigioso, que permitiu à civilização inclusive, de certo modo, equiparar-se a Deus.

Contudo, a ilusão de onipotência progressista advinda com o avanço científico e tecnológico não trouxe mais felicidade nem menos desamparo à humanidade. A partir disso, um caminho inverso foi traçado, diante da impossibilidade do sujeito contemporâneo em aniquilar o seu mal-estar.

Assim, o sujeito atual está desiludido e questiona a própria ciência e o saber científico, na medida em que constata que ele falhou em sua promessa de corresponder ao caminho da felicidade. Vê-se, nessa proposição, que o fracasso estava em supor que o avanço científico solucionaria, de forma técnica, um impasse que é inconsciente e inerente ao sujeito e à espécie humana, como apresentamos neste capítulo.

O impossível, como categoria lógica, só se mantém como tal justamente por não se transformar em possível, solucionável. Logo, não há falha no discurso científico, nem mesmo nos desenvolvimentos tecnológicos. Há, sobretudo, um limite que é próprio do alcance desses discursos para oferecer formas sociais de arranjo com o que sempre insistirá como impossível de solucionar. Tudo isto, no entanto, é contemporâneo e paralelo à popularização e dominação das tecnologias digitais, que, apesar de constituírem um paradoxo do sujeito contemporâneo em relação à ciência, permitem-no e, ao mesmo tempo, o incentivam (explorando-o) a verbalizar sobre o seu descontentamento, nas redes sociais.

É a partir desse ponto que introduziremos o debate sobre a psicopolítica e o lugar da informação na sociedade atual, articulando-o com esta questão do mal-estar, para avançarmos em nossas investigações sobre o advento das *fake news* e campanhas de desinformação.

Capítulo 2 – O poder na era digital, e a sua influência no psiquismo

Diante das configurações do mal-estar na atualidade, decidimos, neste momento de nossa jornada teórica, transpor as contribuições psicanalíticas para estabelecer diálogo com a filosofia política, a sociologia e a teoria da comunicação. Objetivamos, com esta interlocução à qual nos propomos, extrair contribuições pontuais que possam ser ferramentas para nos auxiliar em nossas análises acerca de algumas formas de o indivíduo lidar com o mal-estar, especialmente fazendo gestão de poder através do sofrimento.

Desta forma, fazemos nossas as palavras de Rosa (2018, p. 27):

Não cabe à psicanálise a pretensão de esgotar, isoladamente, os fenômenos que investiga, mas lhe cabe esclarecer uma parcela (possivelmente fundamental” de seus aspectos. Trata-se de sua contribuição ao estudo do social e da política sem a pretensão de substituir as análises desses outros campos do saber. Cabe à psicanálise incidir sobre aquilo que escapa aos outros campos. Cabe-lhe investigar a dimensão inconsciente presente nas práticas sociais.

Escolhemos portanto, trazer os estudos de Byung Chul Han⁵ e seu conceito de Psicopolítica, para dissertarem sobre as mudanças envolvidas na maquinaria do poder, e que culminaram na transformação da Sociedade Disciplinar, na Sociedade da Informação. Justificamos nossa escolha pelo fato de este ser um autor contemporâneo que se propõe a analisar a dinâmica e os impactos sociais que as mídias digitais trouxeram para a civilização. Além disso, apesar de realizar suas análises a partir do campo filosófico na ciência política, investiga o fenômeno das *fake news* e propõe um diálogo com a Psicanálise em suas construções teóricas.

⁵ Filósofo e ensaísta sul-coreano, professor da Universidade de Artes de Berlim. Entre suas principais obras publicadas estão: *Psicopolítica: O Neoliberalismo e as Novas Técnicas de Poder* e *Sociedade do Cansaço*.

2.1. Do poder à gestão de corpos na Psicopolítica

O filósofo e ensaísta sul-coreano Byung-Chul Han (2014) escreve suas hipóteses e leituras sociais partindo de uma análise das relações de poder que nomeia, à sua maneira, de Psicopoder. Iniciaremos, portanto, apresentando o pensamento de Han relacionando-o com o individualismo presente no laço social e articulando-o com o fenômeno das notícias falsas. O estudioso desdobra a complexidade das relações de gestão e da influência do poder no inconsciente dos sujeitos. Todavia, ressaltamos que, apesar de muito nos servirmos de suas análises, não concordamos com todas as suas pressuposições. Portanto, faremos a distinção dos conteúdos que nos auxiliam a desenvolver nossa hipótese de pesquisa e as necessárias pontuações diante das discordâncias teóricas.

Han (2014) defende a tese de que temos em execução nas sociedades, hoje, um *poder inteligente, smart*. Ressalta que este se executa através da forma mais eficiente e inteligente de domínio possível. Este método se dá através de não se pôr em evidência, agindo sem apontar diretamente para si, sem vergar as vontades, privar a liberdade, ou usar a violência. Na verdade, o psicopoder é astuto, dando-se através do uso da liberdade.

Hoje, acreditamos que não somos *sujeitos* submissos, mas *projetos* livres, que se esboçam e se reinventam incessantemente. A passagem do sujeito ao projeto é acompanhada pelo sentimento de liberdade. E esse mesmo projeto não já se mostra tanto como uma figura de coerção, mas sim como uma *forma mais eficiente de subjetivação e sujeição*. O “eu” como projeto, que acreditava ter se libertado das coerções externas e das restrições impostas por outros, submete-se agora a coações internas, na forma de obrigações de desempenho e otimização. (Han, 2014, p. 9).

Essa passagem do sujeito que deseja liberdade para o ideal de indivíduo como um projeto livre expressa, através da demanda interna de desempenho e eficácia, o engodo. A noção de si como projeto faz com que as pessoas se julguem livres, sendo que, na verdade,

são servas de um ideal de liberdade falso que as fisga mais ainda na exploração voluntariamente. Esta subversão do neoliberalismo tornou o trabalhador com direitos legais e trabalhistas em um empreendedor sem empreendimento, fazendo com que caducasse a divisão clássica marxista, entre classe trabalhadora e operária. Com a produção imaterial que rege a sociedade hoje, graças aos grandes avanços tecnológicos, cada um possui seu próprio meio de produção, tornando-se ao mesmo tempo proletário e burguês de si mesmo (Han, 2014).

Han (2014, 2018, 2022) também explana que as patologias decorrentes desta forma de exploração de si expressam-se através das formas depressiva e ansiógena, que assomam os sujeitos que se julgam fracassados, mas ao mesmo tempo livres. Esta confluência com os apontamentos realizados no final do primeiro capítulo permite-nos apreciar o que está por trás das reconfigurações do sofrimento sociopolítico, expondo outra parte da complexa dinâmica social de nossa era e que perpassa o campo do poder. Através da ilusão de liberdade, que é tão propagada pelo ideal *smart*, explora-se não somente a pauta do trabalho, mas todas as manifestações possíveis de se viver e relacionar consigo e com o mundo.

O neoliberalismo é um sistema muito eficiente – diria até inteligente – na exploração da liberdade: tudo aquilo que pertence às práticas e às formas de expressão da liberdade (como a emoção, o jogo e a comunicação) é explorado. Explorar alguém contra sua própria vontade não é eficiente, na medida em que torna o rendimento muito baixo. É a exploração da liberdade que produz o maior lucro. (Han, 2014, pp. 11-12).

É a partir desse ponto que podemos começar a discorrer sobre o advento das redes sociais, das mídias digitais e o contexto da psicopolítica, que desemboca no fenômeno das *campanhas de desinformação e fake news*.

2.2. Psicopolítica e o manejo do corpo como Data

Em *No Enxame: Perspectivas do Digital*, Han (2018) relata que vivemos em uma *sociedade da informação* em que dados e informações são gerados pelos sujeitos/usuários o tempo todo, sem o saberem, pelas/nas mídias digitais. Para Han (2022), o sujeito torna-se submisso à medida que é reduzido à condição utilitária de dados. Nessa operação, ao mesmo tempo em que se torna consumidor (usuário, expoente de sua liberdade), reduz-se paralelamente a dado, informação a ser utilizada instrumentalmente pelo poder.

Estes dados extraídos digitalmente são armazenados, processados e comercializados por grandes empresas, sendo chamados de *Big Data*, e constituem assim, o corpo “de dados”, a base sobre a qual ocorre toda a psicopolítica.

Em outra de suas obras, chamada *Infocracia: Digitalização e a Crise da Democracia*, Han (2022), explana que o psicopoder possui meios muito apurados de conhecer e explorar a psique dos internos da sociedade.

Chamamos regime de informação a forma de dominação na qual informações e seu processamento por algoritmos e inteligência artificial determinam decisivamente processos sociais, econômicos e políticos. (...) Não é, então, a posse de meios de produção que é decisiva para o ganho de poder, mas o acesso a dados utilizados para vigilância, controle e prognóstico de comportamento sociopolíticos. O regime de informação está acoplado ao capitalismo da informação, que se desenvolve em capitalismo da vigilância e que degrada os seres humanos em gado, em *animais de consumo e dados*. (Han, 2022, p. 7).

São os *Big Data* que fornecem as informações de todos os usuários do mundo para que possam ser utilizados por aqueles dispostos a pagarem, como empresas e partidos políticos, por exemplo. Como demonstra Han (2014, 2018, 2022), não há uma coação para que os usuários se exponham, pelo contrário, é através do incentivo à liberdade que os

sujeitos são impelidos a compartilhar, curtir, postar, interagir, publicando dados de sua existência particular. Graças a esta dinâmica, para o psicopoder, não há segredos, tudo é sabido com muita facilidade e espontaneidade, pois os sujeitos livremente “mostram-se” o tempo todo.

Além dos dados gerados ativamente pelos usuários, Han (2022) descreve como a vida inteira transformou-se em uma prisão digital. O aprisionamento à realidade criada em rede está disfarçado de um estilo de vida livre e inteligente (*smart*). Assim, as televisões, os *smartphones*, as assistentes de voz, os aspiradores *smart*, as *smart beds* (camas inteligentes), os *smartwatches* (relógios inteligentes), ao receberem autorização para se utilizar de microfones, câmeras e sensores (em suma, os *gadgets* tecnológicos), mapeiam todo rastro decisório do sujeito: a casa, o sono, todos os tipos de preferências objetais e afetivas, os ódios, interesses e projetos... uma lista infinita de aplicativos rastreadores que geram dados a serem utilizados por empresas que almejam o estímulo ao consumo.

É o exercício do poder inteligente (*smart*) que governa. A tecnologia funciona como um sussurro que dá sugestões, expõe anúncios de interesses, traveste-se de assistente pessoal, promete mais comodidade e realização suposta de desejo de liberdade. Mas, esta gestão de poder “coisifica”, transformando sujeitos em mercadoria de dados.

Os *big data* talvez tornem legíveis aqueles nossos desejos dos quais nós mesmos não estamos propriamente conscientes. De fato, em determinadas situações, desenvolvemos inclinações que escapam à nossa consciência. Muitas vezes, nem sequer sabemos por que de repente sentimos certa necessidade. (...) *É assim mesmo*. Esse “*é assim mesmo*” talvez tenha uma proximidade psíquica do id freudiano, que escapa ao ego consciente. (...) Se os *big data* oferecessem acesso ao inconsciente de nossas ações e inclinações, então seria possível imaginar uma psicopolítica que interviria profundamente em nossa psique para explorá-la. (Han, 2014, p. 88).

Essa concepção funda um novo olhar sobre a gestão do poder, pois não trata-se apenas de controle de comportamentos, mas, sim, de uma influência a nível inconsciente. Han (2014, 2018, 2022) argumenta que os *data-mining* (mineração de dados) conseguem acesso às microações registradas pelos aparelhos, que escapam à percepção interna do sujeito e que possibilitam inúmeras intervenções. Em conclusão, estamos diante de uma forma de poder que atua com uma multiplicidade de sugestões, induzindo e influenciando os indivíduos, sem que eles sequer percebam que estão sendo voluntariamente consumidos. Na verdade, creem piamente que estão escolhendo e exercendo sua liberdade. “A psicopolítica se empodera do comportamento social das massas ao acessar a sua lógica inconsciente” (Han, 2018, p. 134).

Nosso contraponto ao pensamento psicopolítico começa retomando Freud (1900/2019, 1905/2017, 1915b/2010h, 1923b/2011d), ao sustentar que o inconsciente não é gerenciável ou controlável. Pelo contrário, o psicanalista conceituou desde o início de sua teorização que o inconsciente mantém, até mesmo no sonho, o *umbigo do sonho*, marca que escreve o limite até onde podemos ler e decifrar o inconsciente através de uma linguagem universal. No sonho, o *umbigo* é o signo de um enigma que não se decifra, não por falha, mas porque escreve a marca da impossibilidade de tudo dizer de um sujeito pela linguagem. Abordamos esse ponto no primeiro capítulo desta dissertação.

Freud (1925/2011e) ressaltou o fato de que o inconsciente é uma terceira ferida narcísica na humanidade, juntamente com a revolução copernicana e darwinista. Copérnico tirou a terra do centro do universo, Darwin tirou o homem do centro da criação, e a Psicanálise tirou do sujeito o controle de sua própria casa, compreendendo casa como sua existência e seu corpo. O sujeito habita seu corpo, inconsciente, mas ali é estrangeiro em sua própria morada. Como destaca Jorge (2010), o inconsciente insiste diante de uma instância: o Eu, que resiste. Esse conflito é fundamental para compreender o sujeito em sua divisão e

como os efeitos dessa operação entre desejo e gozo nos auxiliam a compreender os dilemas nas relações sociais.

Como partimos do discurso psicanalítico nesta dissertação, tornar-se-ia um equívoco de nossa parte afirmar, com Han, que o exercício de poder na atualidade possui a gestão do inconsciente das massas. Se o fosse, seria possível também supor, em contrapartida, que o homem civilizado poderia almejar chegar em um estado de evolução, que lhe permitisse também o controle da pulsão. O sujeito do inconsciente insiste em *não* se dominar, vai sofrendo de uma sociedade que teima em consumi-lo, a ponto de enganá-lo. Nesse processo, realmente acaba se perdendo, mas produz sintomas para continuar resistindo, sem saber o porquê.

Dessa forma, respondendo a Han mais diretamente, lembramos que Freud (1915b/2010h, 1923b/2011d) descreve o inconsciente como um sistema psíquico que permeia o reprimido, mas situa-se para além dele, abarcando tanto a impulsividade e agressividade do campo do Isso (ou Id), quanto partes dominantes do Eu e da cobrança moral materializada pelas vozes sussurrantes do Supereu. Como vimos no primeiro capítulo, o inconsciente, quando é regido pelo processo primário, rejeita a realidade externa e a substitui pela interna. Essa operação de substituição, demonstramos seu mecanismo na discussão sobre a fantasia. Ou seja, de alguma forma, até mesmo o modo de fantasiar de um sujeito é também atemporal e resiste, *de alguma forma*, ao controle social, pois diz respeito aos impulsos que buscam satisfações (prazer-desprazer). Logo, temos um sujeito que possui conteúdos e desejos contraditórios, entre o indivíduo social que busca ser e o sujeito que resiste para sobreviver singularmente. Divisão cujas instâncias conflitivas coabitam sem se anular.

Portanto, o que Han (2018, 2022) conjectura acerca do poder *smart* e de sua influência é percebido pelo Eu, que, por ser uma instância de domaçaõ e acordo de compromisso (sintoma) entre o Isso e o Supereu, pode contribuir na supervalorizaçaõ do psicopoder. No

entanto, é o Isso que resiste a esta crença equívoca de acreditar que seria possível o domínio sobre o inconsciente.

Como então explicar as formas que o sujeito enfrenta esse conflito fundamental de um ponto de vista psicanalítico? Iniciaremos pelo quesito da percepção, que é um elemento crucial na operação realizada pelo psicopoder, descrito por Han. Freud (1923b/2011d) explica que cabe à instância do Eu o reconhecimento da percepção dos estímulos internos e externos. Contudo, essa percepção pode ocorrer tanto a nível consciente/pré-consciente, quanto inconsciente, já que o Eu permeia ambos os sistemas. Logo, devemos localizar a influência do psicopoder na instância do Eu, considerando que os estímulos advindos dos aparelhos digitais perpassam pelo filtro dele. No fim, é também essa mesma instância responsável pela possibilidade de modificar-se, seja a nível pré-consciente ou inconsciente (Freud, 1923b/2011d, 1940[1938]/2018).

Temos, ainda, que localizar também a influência do psicopoder na instância do Supereu. Esta, por sua vez, é responsável pelo julgamento moral, exercendo uma voz julgadora interna que cobra o sujeito a corresponder o Eu Ideal e o Ideal do Eu, conforme descrevemos no primeiro capítulo. Essa instância é facilmente sugestionada e ganha consistência com as vozes sussurrantes do psicopoder, através das redes e aplicativos que antecipam o que você deveria desejar para ser livre, ou punindo sadicamente com o mecanismo da consciência de culpa, a ineficácia em alcançar o desempenho fantasiado.

Compreendemos, portanto, que o Isso resiste a qualquer tipo de domaçoão de qualquer exercício de poder, seja qual for. Logo, é no Supereu e o Eu (em parceria) que a influência do psicopoder atua. Logo, o conflito psíquico está instaurado. Diante disso, resta ao sujeito tentar resolver seu impasse, através da operação da identificação.

Conforme articulamos no capítulo anterior, é através do amor a um outro que tentamos resolver esse conflito subjetivo. Identificar-se significa introjetar no Eu as

características dos objetos amados. “(...) o caráter do Eu é um precipitado dos investimentos objetais abandonados, de que contém a história dessas escolhas de objeto” (Freud, 1923b/2011d, p. 26).

A partir desse ponto de vista, se considerarmos as relações objetais estabelecidas no sujeito contemporâneo com o objeto *smart* – que é um ideal social – um objeto impossível e fantasiado, perceberemos que há uma influência no Eu ao se articular com este objeto/ideal, de forma que ele lhe exerce uma função de liderança, sussurrando, superegoicamente, as aspirações de ideais de desempenho, de informações e de liberdade, promovendo assim uma solução para o conflito subjetivo, através das modificações nos sujeitos, sugestionando-os à conformação aos ideais esperados. Além disso, para corroborar nossa análise, em *Psicologia das Massas e Análise do Eu*, Freud (1921/2011a) nos permite conjecturar a possibilidade da função de liderança ser exercida por um ideal social. Assim, ficam amarradas: 1) a identificação por amor a um líder; 2) A servidão voluntária do sujeito em corresponder ao ideal exigido por esse líder; e 3) A fantasia de que seus atos de exercícios de liberdade – ao se deixar consumir voluntariamente pelo poder – vão resolver a impossibilidade da não existência da completude, tornando-a possível.

Analisamos, então, que se o psicopoder exerce sua função ao gerenciar lideranças através do mecanismo de *influência* e de *sugestão*, materializada em aparelhos tecnológicos, podemos equiparar a sua forma de atuação, com aquela exercida entre hipnotizador e hipnotizado, configurando a lógica da ilusão que descrevemos no primeiro capítulo. Essa semelhança baseia-se não somente na sugestão a nível não consciente nos dois casos, mas pela forma como se dá o vínculo de amor e submissão ao objeto amado. Tanto o sujeito com seus aparatos tecnológicos, quanto o hipnotizado com seu hipnotizador estão submetidos ao campo do enamoramento (Freud, 1921/2011a).

O pai da Psicanálise analisa ademais que, nesta condição, o objeto amado goza de uma isenção de críticas que faz com que ele desfrute de uma entrega maior do Eu de quem está enamorado. Essa operação também faz com que o objeto se coloque no lugar do Ideal de Eu, gerando uma humildade, sujeição superegoica que resulta em ausência de críticas diante do objeto. O vínculo hipnótico é descrito por Freud (1921/2011a) como uma formação de massa a dois, isolando a relação de um único elemento com seu líder. A sugestão que o hipnotizador realiza, entretanto, não lhe dá o controle do inconsciente do outro, mas sim opera como um mecanismo de convencimento, que não se baseia no trabalho do pensamento.

O psicopoder, assim, seduz os sujeitos estabelecendo com eles relações eróticas, prometendo uma série de coisas que configurariam a completude tão desejada e ao mesmo tempo impossível, que não vai cumprir. A utilização desses mecanismos objetiva influir sobre a vida das pessoas, procurando direcionar a busca da felicidade (obtenção de prazer e fuga de sofrimentos) e as possibilidades de lidar com o mal-estar.

O que são, então, estes produtos, serviços (e, como veremos mais à frente, notícias) que o psicopoder utiliza? São quaisquer elementos que possam se articular à fantasia. Enfatizamos, todavia, que toda essa articulação lógica só é possível graças à ligação erótico-amorosa estabelecida entre os sujeitos e seus aparatos tecnológicos através do ideal de vida *smart*. Entretanto, apesar de toda a influência que o objeto amado exerce sobre o Eu e o Supereu, seja na hipnose, nas relações amorosas, ou entre os líderes e as massas, resta-nos salientar que há sempre uma porção gradativa de resistência que o Isso erige contra seus objetos amados. Assim, cada sujeito desenvolverá a sua própria porção de rejeição ou acolhimento em si, referente ao conteúdo dos objetos com que se relaciona ou relacionou, e que influenciam, ou não, em sua constituição. Atualmente, a maior parte dessa rejeição dá-se a ver pela via dos sintomas, transtornos e adoecimentos mentais tão diagnosticados socialmente.

Fizemos uso da teoria de Han sobre o psicopoder porque ela nos ajuda a compreender melhor os mecanismos atuantes nas gestões de poder, mas não esquecemos que a teoria psicanalítica demonstra que o inconsciente não é massa de manobra. Reconhecemos, é claro, o papel de influência à qual os sujeitos estão submetidos, ao serem expostos cotidianamente a sugestões. Mas devemos sempre partir de um ponto de vista subversivo, investigando as formas como os sujeitos são capazes de subverter essa lógica diante de seus líderes. Em suma, ressaltamos que influenciar é diferente de controlar!

Assim, continuamos a dialogar com Han (2022), trazendo suas contribuições ao debate desta dissertação, através da análise das informações e sua afetação no contexto democrático. Conforme descrevemos neste item, o capitalismo da informação utiliza a análise dos *big data* para revelar seus traços totalitários, aspirando um saber total, através de suas operações algorítmicas. O advento do dataísmo, (a orientação sistemática causada por *data*/dados que são acoplados, armazenados e comercializados por empresas digitais) permite uma intervenção para além da lógica de consumo de produtos e serviços, passando a influir no jogo político. Han (2022) nomeou a centralidade dos dados como causa orientadora das relações sociais e afetivas como: *infocracia*. No regime infocrático, vários fenômenos tornam-se bem evidentes como a dificuldade de reflexão, o apelo exagerado às emoções e os *shitstorms*⁶.

A digitalização do mundo da vida avança, implacável. Submete a uma mudança radical nossa percepção, nossa relação com o mundo, nossa convivência. Ficamos atordoados pela embriaguez de comunicação e informação. O tsunami de informação desencadeia forças destrutivas. Abrange também, nesse meio-tempo, âmbitos políticos e leva a fraturas e disrupções massivas no processo democrático. A democracia degenera em *infocracia*. (Han, 2022, p. 25).

⁶ A tradução do termo seria: “tempestade de merda”. É utilizado para descrever movimentos nas redes digitais nos quais os usuários descarregam ódio a alguém ou alguma coisa (Han, 2022).

Este novo estágio do capitalismo em consumo de dados e informações, contudo, historicamente, só foi possível com o advento das mídias digitais, que possibilitaram não somente que os sujeitos consumissem conteúdos de interesses (conforme acontecia nas mídias anteriores como o rádio e a televisão), mas também passassem a produzir seus próprios conteúdos (Han, 2022).

Os *smartphones*, por sua vez, modificaram o imperativo do entretenimento, transformando os usuários em produtores ativos de informações, dados e conteúdo. Ergueu-se, dessa forma, a era da informação que, baseando-se no forte apelo emotivo, na rapidez e dinamicidade, em busca de engajamentos na rede, dificulta a atividade reflexiva. Logo, temos um cenário de infodemia (uma epidemia por informações) (Han, 2022).

A psicométrica entra, nesse cenário, como um excelente instrumento que, impulsionado por estes dados que são gerados ininterruptamente, é capaz de traçar perfis psicométricos que preveem melhor os comportamentos dos sujeitos, mais do que eles próprios ou seus amigos mais próximos. O *smartphone*, nesse contexto, é o principal aparato de fornecimento dessas informações, sendo um aparelho de captação de dados instantâneo, que a própria pessoa emite deliberadamente (Han, 2018, 2022).

Assim, o *homo digitalis* fica sem tempo para refletir, devido ao número de informações, e à demanda de agilidade para melhorar seu desempenho laboral. Logo, baseia suas escolhas, orientando-se em soluções e resultados de curto prazo. Por efeito, há uma maior expressão da comunicação afetiva em prol da racionalidade. O sujeito é induzido desta feita, sendo influenciado pelas propagandas, anúncios e sussurros no campo jornalístico (através das notícias e informações), que são personalizados para o seu perfil psicométrico (Han, 2018, 2022).

A psicopolítica, na era digital do regime da informação, utiliza o *marketing*, através de *microtargeting* (focalização micro), mapeando perfis para expor os sujeitos a propagandas

personalizadas, influenciando até mesmo o seu comportamento eleitoral em nível inconsciente, minando portanto, o processo democrático (Han, 2022).

A empresa de dados britânica Cambridge Analytica se gaba de deter os psicogramas de todos os cidadãos estadunidenses adultos. Após a vitória de Donald Trump nas eleições de 2016, declarou triunfante: ‘estamos convencidos que nossa abordagem revolucionária da comunicação impulsionada por dados teve um papel muito decisivo para a extraordinária vitória nas eleições do presidente eleito Donald Trump’ (Han, 2022, p. 39).

Nesta focalização micro (*microtargeting*), os eleitores são expostos às *fake news*, que juntamente com os *dark ads* (anúncios sombrios), fornecem informações diferentes, muitas vezes contraditórias ao eleitorado (adequando-as aos perfis traçados), transformando os cidadãos em *gado eleitoral*, e contribuindo para a polarização e cisão social que presenciamos na contemporaneidade.

As guerras de informação são hoje conduzidas com todos os meios técnicos e psicológicos imagináveis. Nos Estados Unidos e no Canadá, os eleitores recebem ligações de robôs e são inundados com notícias falsas. Exércitos de *trolls* intervêm nas campanhas eleitorais ao propagarem *fake news* e *teorias da conspiração calculadas*. *Bots* sociais, contas-fake autônomas nas mídias sociais, se passam por pessoas de verdade e postam, tuítam, curtem e compartilham. Propagam *fake news*, calúnias e comentários de ódio. Substituí-se, portanto, cidadãos por robôs. Fabricam massivamente votos [*Stimmen*] a preço de custo zero que geram a *Stimmung*, a atmosfera, o ambiente. Distorcem massivamente os debates políticos. Inflam também os números de seguidores de maneira artificial e simulam, com isso, um poder de uma opinião que não existe. (...) A democracia está em perigo onde quer que cidadãos interajam com robôs de opinião, se deixando manipular por eles (...). Na campanha

eleitoral como guerra de informação, não são os melhores argumentos que prevalecem, mas algoritmos inteligentes. (Han, 2022, pp. 42-43).

A partir deste ponto, anunciamos que nosso caminho separa-se novamente do de Han, pois destacamos que, para que esse “gado” se constitua como um bloco, uma massa unida em torno de um objetivo comum, logicamente, não faria nem mesmo sentido toda a estrutura de poder organizada através dos *big data*, *data mining*, psicogramas, *microtargeting*, e a consequente venda dessas operações algorítmicas para empresas ou partidos políticos, se o único desejo motivador fosse o de desunir os indivíduos, como o autor defende. Seria ingênuo pressupor todo o investimento econômico e político para tal fim.

O pensamento de Han, portanto, detém-se em uma concepção de sujeito e sociedade apenas individualizados, esfacelados, divididos. Sua teoria concebe, assim, que as notícias contraditórias não formam uma narrativa (Han, 2022).

Alegoricamente, é como se um musicista supusesse que notas fora de um campo harmônico não formassem melodias. O que é um erro grosseiro! Grandes canções e estilos musicais exploram, exatamente, as combinações de notas fora de seus campos harmônicos. As campanhas de desinformação, alegoricamente, fazem isso com maestria.

Seguindo esse fio condutor do esfacelamento e da individualização, nossa crítica prossegue apontando outro equívoco cometido por ele no texto *No Exame: Perspectivas do Digital* (Han, 2018). Neste, nomeou como *enxames* as formações coletivas nas redes sociais/mídias digitais, ilustrando, como exemplo principal destes movimentos, as *shitstorms*. Descreve que nestas, os usuários começam a *hatear* (odiar, falar palavras ofensivas, descarregar ódio e agressividade), contra outros usuários, que são eleitos bodes expiatórios, por quaisquer motivos, por mais triviais que sejam.

Conclui que esses enxames não formam uma massa, por serem compostos por perfis individualizados, que não constituem uma identidade coletiva; e também por seu caráter extremamente passageiro (Han, 2018).

Para ele, a massa compartilha uma alma (*Seele*), que aglomera e unifica. Analisa então que, nas mídias digitais, os enxames são compostos por perfis singularizados, não formando um “Nós”, mas sim um conjunto de Eus. Esses enxames, segundo ele, não são capazes de um fazer político contundente.

O sujeito econômico neoliberal não forma nenhum “Nós” capaz de um agir conjunto. A egotização crescente e a atomização da sociedade leva a que os espaços para o agir conjunto encolham radicalmente e impede, assim, a formação de um contrapoder que pudesse efetivamente colocar em questão a ordem capitalista. O *socius* [‘social’] dá lugar ao *solus* [‘sozinho’]. Não a multidão, mas sim a *solidão* caracteriza a constituição social atual. Ela é abarcada por uma desintegração generalizada do comum e do comunitário. A sociedade desaparece. A privatização avança até a alma. A erosão do comunitário torna um agir comum cada vez mais improvável. (Han, 2018, p. 33).

Prossegue, defendendo que esta desintegração e atomização do social com as *fake news* e a tempestade de informações no mundo atual têm por efeito a não produção de um discurso ideológico, ou a construção de uma narrativa. Em seu olhar, as sucessivas informações se atropelam, contradizem-se e se anulam (Han, 2018, 2022). Em suma, vê e prevê apenas o esfacelamento cultural, de uma forma generalizada, caótica e catastrófica.

Contudo, aponta, como tentativa de lidar com esta individualização atual, a formação de tribos digitais. Esta tribalização da rede possui uma função, que é a de fornecer a oferta de identidades. Utilizando-se portanto das *fake news*, essas tribos passam a compartilhar teorias conspiratórias, em uma investida de retomar este senso de identidade perdido. Não obstante,

esses sujeitos são confrontados diariamente com fatos que contradizem suas convicções. Logo, como forma de sustentá-las e defendê-las, passam a selecionar as informações que lhes convém, pois seria demasiado penoso renunciar a identidade que as tribos lhes conferiram.

Apesar disso, sua análise chega novamente ao mesmo ponto: a tribalização não unifica a sociedade, sendo apenas um prolongamento da individualização, dado que lhes falta uma racionalidade comunicativa. Conclui, dessa feita, que a sociedade está decaindo em identidades inconciliáveis e sem alteridade. No entanto, para Freud (1921/2011a), por mais que o simples agrupamento de pessoas não necessariamente constitua uma massa, esses fenômenos apresentados por Han podem, sim, ser considerados formações de massas.

Defendemos nosso ponto recordando que, para Freud (1921/2011a), a formação de uma massa se dá a partir de sujeitos que compartilham laços identificatórios, eróticos, e que se orientam por um líder/ideal condutor. Entretanto, é necessário também evocar que o próprio psicanalista destaca que, nas massas efêmeras, por mais rápido que seja seu agrupamento, os indivíduos podem se reunir através de uma identificação negativa, ou seja, a união pode ser por ódio a alguém ou algo.

(...) da relação entre ideia e líder resultariam interessantes variedades. O líder ou a ideia condutora poderia tornar-se negativo, por assim dizer; o ódio a uma pessoa ou instituição determinada poderia ter efeito unificador e provocar ligações afetivas semelhantes à dependência positiva. (Freud, 1921/2011a, pp. 43-43).

Essa via identificatória negativa, portanto, faz com que a unificação dos sujeitos tenha, por meta, a descarga da agressividade, do ódio. Essa constatação facilmente se contrapõe à noção explanada por Han, explicando os enxames digitais e as *shitstorms*.

A partir desse ponto de vista, o que chama a nossa atenção enquanto psicanalistas, na era do *homo digitalis*, são as novas configurações dos movimentos de massa, através do anonimato dos perfis *fake*, pois estes permitem que os sujeitos possam descarregar algo de

seu mal-estar, sem as punições sociais e políticas, que em outros meios se exercem. É claro que o mecanismo aí exposto também já foi muito debatido neste trabalho, que é o do Narcisismo das Pequenas Diferenças, e que, em última análise, está atrelado à pulsão de morte (Freud, 1921/2011a, 1930/2010b).

Rebatemos também o argumento de Han (2018), de que a velocidade de aglomeração e dispersão dos perfis seja um quesito capaz de desqualificar um agrupamento humano como massa. Enfatizamos, portanto, que Freud (1921/2011a) debate detalhadamente a respeito do caráter efêmero de algumas destas. Ou seja, podemos chamar de massas, tanto agrupamentos estáveis, efêmeros, artificiais ou não.

Dessa forma, já não é mistério algum para nós, similarmente, a apreensão de que aquilo que Han (2018, 2022) denomina como tribalização e a consequente falta de racionalidade comunicativa na sociedade atual trata-se de uma reconfiguração do Narcisismo das Pequenas Diferenças, que se manifesta agora na vida digital, conforme já desvendamos.

Assim, chegamos finalmente ao advento das *fake news*, que é o nosso objeto de pesquisa. Precisamos, todavia, delimitar mais rigorosamente o que são, e qual é a sua dinâmica neste momento da discussão.

Capítulo 3 – *Fake news*, desinformação, fantasia, massas e poder: um olhar interdisciplinar

O que são *fake news*? Não existe pergunta mais fortuita para começarmos nosso último capítulo desta dissertação. Esta é a questão mais complexa sobre a qual nos debruçaremos neste tópico, pois não há consenso no campo científico do que elas sejam. Sua pulverização de significados e conceituações epistêmicas a partir de diferentes áreas coloca-nos, portanto, diante de um amplo campo de debates da atualidade. Para os campos científicos das Ciências da Comunicação e Ciências da Informação, nos referimos a alguns trabalhos sobre o tema de Brisola e Bezerra⁷ (2018) e os estudos de Allcott e Gentzkow (2017) e Elmborg (2006).

Becerra⁸ (2021 como citado em Paladino et al., 2021) define *fake news* como notícias falsas que são produzidas a partir de equívocos e erros humanos de uma forma geral. No entanto, o sintagma *fake news* ganha diferente acepção quando é utilizado nas campanhas políticas de desinformação. Nesse campo, o termo que designa simplesmente a produção equívoca de uma informação falsa passa a ganhar uma intencionalidade. O pesquisador destaca que as campanhas políticas de desinformação sempre existiram, fazendo parte da história da humanidade e tendo, como cenário privilegiado, o campo político.

Assim, Bezerra et al. (2017) distinguem a utilização corriqueira do termo *fake news* na área da comunicação, designando apenas uma desinformação, concebendo que, no campo político, sua utilização ganha outra episteme, outra função e desígnio. O sintagma passa a ser compreendido como um fenômeno de diversas facetas, articulações e complexidade. Os

⁷ Anna Brisola é Doutora em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação IBICT/UFRJ. Já Arthur Coelho Bezerra é pesquisador adjunto do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Doutor em sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com pós-doutorado também pela UFRJ. Mestre em sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Bacharel em produção cultural pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

⁸ Martín Alfredo Becerra é licenciado em Ciências da Comunicação pela Universidad de Buenos Aires (UBA). Mestre e Doutor pela Universidad Autónoma de Barcelona em Ciências da Informação. É também professor e investigador no CONICET, na Universidad Nacional de Quilmes y la UBA.

autores destacam, portanto, o corrente equívoco atual, no campo científico, de referenciar o termo *fake news* de forma abrangente como, inicialmente, resumido a uma mera desinformação.

Ainda de acordo com Allcott e Gentzkow (2017), é importante excluir do universo das *fake news*: erros de comunicação não intencionais; rumores que não possuem origem em uma determinada notícia ou informação; teorias da conspiração (teorias que não são fáceis de verificar a veracidade ou não se originam em pessoas que acreditam em sua veracidade); sátira que não possa ser interpretada como factual; declarações falsas de políticos (porque infelizmente fazem parte do jogo político); relatórios que são inclinados ou enganosos porém não são falsos e boatos que não possuem uma intenção específica de influência política, econômica, social, etc... (BRISOLA; BEZERRA, 2018, p. 3325).

Outro discernimento fundamental nesse percurso de epistemologização do sintagma situa-se na diferença entre *fake news* e boatos. Os boatos nem sempre começam com uma intencionalidade de falsear, podendo originar-se de erros de interpretação. Eles também não se revestem de uma autoridade informativa, coisa que é basilar para as *fake news*.

O jornalista e professor de Ciências da Comunicação Meneses⁹ (2018) também acredita na necessidade de discernir o sintagma, como os autores anteriores. Ele propõe o uso do termo *false news* para as notícias falsas que sempre existiram, sem o cunho político, destacando o equívoco em sua construção. Para o pesquisador, a utilização do sintagma *fake news* deveria ser feito exclusivamente para o fenômeno recente e altamente volátil que estamos situando, que possui a deliberação política e intencional de produzir engano.

As *false news* não partem da intencionalidade criminosa, sendo derivadas, em grande parte, da incompetência ou da irresponsabilidade de jornalistas de trabalhar com as

⁹ João Paulo Meneses é doutor em Ciências da Comunicação, pela Universidade de Vigo. É professor auxiliar Convidado no Curso de Comunicação do ISMAI e jornalista.

informações recebidas pelas fontes. Segundo Meneses (2018, p. 40), apenas em alguns casos pontuais o discernimento entre essas duas concepções fica difícil: “quando o jornalista sabe que está a publicar uma informação (pelo menos parcialmente) falsa e isso não o demove. Ou seja, neste contexto, o jornalismo também pode ser responsável por publicar fake News”. No entanto, essa situação ainda é minoritária.

Assim, seu argumento final é o de que a separação entre esses termos pode situar epistemologicamente a diferença entre elas, com referência para outros campos do conhecimento. Mesmo que as motivações jornalísticas possam ser financiadas por vendas, publicidade e assinaturas, o objetivo central nunca é de produzir enganos criminosos que levem os leitores a perderem a referência de verdade (Meneses, 2018, pp. 40-41).

Essa questão epistemológica fica ainda mais complexa quando não se está mais no campo da Ciência da Comunicação. Diante da abrangência do fenômeno das *fake news* nas diversas áreas da sociedade, outros campos do saber estão a debater sobre o tema sem, contudo, se debruçarem sobre uma devida conceituação do termo de forma consensual. Citamos, por exemplo, as áreas da saúde que foram grandes vítimas desse fenômeno, especialmente durante a pandemia do coronavírus. Observamos que, em larga escala, foram produzidos artigos sem a devida preocupação com o rigor conceitual e científico em torno dos temas de pesquisa.

Sabemos que estamos longe de esgotar a pluralidade teórica e conceitual do que sejam as *fake news* para todos os campos da ciência, mesmo diante daqueles que, com rigor teórico, descreveram-na ou não. Ressaltamos que nunca foi nosso objetivo fazê-lo nesta pesquisa. Ensejamos, contudo, demonstrar a impossibilidade de consenso científico em torno da episteme do termo para nos referimos ao problema na construção da verdade científica, questão antiga que acompanha o campo epistêmico desde os primórdios. No entanto, o

esforço em encontrar balizas que sirvam de referência é fundamental para que não estejamos apoiados no senso comum, especialmente quando se trata de debates teóricos e políticos.

Defendemos que essa desorientação promovida pela gestão política do neoliberalismo faz uso dos impasses epistêmicos e científicos para alienar propositalmente a descrença da sociedade no campo da ciência, de modo que, demonstrando como os conceitos possuem, por vezes, fragilidade, indicaria que eles não são confiáveis. Voltamos, nesse ponto, ao problema que estamos demonstrando com este trabalho.

Precisamos, portanto, demonstrar que, apesar de todas estas discordâncias, a maioria dos estudos parte de uma tentativa de desambiguação entre uma notícia com um conteúdo que não é verdadeiro – por decorrência de um equívoco – de outras que foram propositalmente alteradas, manipuladas. Também há uma preocupação em não estigmatizar ou generalizar a vida cotidiana e seus acontecimentos, por mais que propaguem e manipulem narrativas, falseando-as, há uma diferença dessa situação de boato com as operações políticas e econômicas que visivelmente procuram alterar a opinião pública sobre determinado assunto referente à coletividade, à sociedade, em última análise, à *pólis*.

Partiremos portanto destas importantes diferenciações para propormos a nomenclatura que passaremos a adotar neste trabalho. Nomearemos, assim, como *equívocos jornalísticos*, as notícias falsas produzidas por meio de erros não intencionais. Trataremos por *fake news* as notícias, informações, fotos ou vídeos alterados, manipuladas em todo ou em partes, deliberadamente com o objetivo político ou econômico de manobrar a opinião pública. Por fim, chamaremos de *campanhas de desinformação* o contexto narrativo produzido através da articulação das *fake news*, ou seja, o contexto informativo que se produz a partir das conexões realizadas pelas isoladas notícias falsas.

Justificamos o uso do termo em inglês, *fake*, que pode ser traduzido para o português como falso. Mas, para não incorreremos no problema destacado acima, manteremos o sintagma em inglês como forma de dar destaque ao conceito aqui desenvolvido.

3.1. Fake news, campanhas de desinformação e equívocos jornalísticos

Tomamos como marco histórico o surgimento, no mercado, dos aparelhos *smartphones*, bem como a popularização da internet. Como consequência, a criação das redes sociais, a partir dessas tecnologias, mudaram toda a dinâmica das relações humanas. Desde o lazer, o trabalho, o relacionamento com o distante e, também, o campo político. Segundo Han (2022), a digitalização do mundo rapidamente avança e promove uma mudança radical nas nossas percepções e no modo de viver nossa relação com o mundo. Há uma produção excessiva, impossível de ser elaborada no tempo do indivíduo que, por efeito, fica atordoado e até mesmo embriagado com o excesso de comunicação e informação.

O filósofo nomeia como um tsunami o volume e a intensidade de informações, pelo modo como desencadeia forças destrutivas. Essa destrutividade intensa e excessiva, que lembra o que nomeamos em Psicanálise como pulsão de morte, abrange não somente o espaço particular do sujeito, mas, também, os âmbitos políticos, e leva a fraturas e disrupções massivas no processo democrático, degenerando democracia em infocracia.

No início da democracia, a mídia determinante era o livro. Nessa cultura livresca, o discurso tinha de apresentar uma coerência lógica e regulada a partir de fatos e pensamentos. Ou seja, um discurso racional de esclarecimento. Com a chegada das mídias eletrônicas de massa, contudo, como a televisão e o rádio, os sujeitos tornaram-se receptores, espectadores, ficando condicionados a uma posição de passividade como ouvintes (Han, 2022).

A política, portanto, que antes estava condicionada à cultura livresca, também teve de submeter-se a essas mídias de massa, lançando a democracia em um lento processo de crise.

Paulatinamente, as notícias se tornaram narrativas dotadas de um inventário, fazendo também com que o jogo político se travestisse de entretenimento, diversão e performance. Os debates políticos, conseqüentemente, passaram a não mais centralizarem-se na força argumentativa, mas, sim, na performance, o que começou a degradar o discurso em *show* e propaganda (Han, 2022).

Brisola e Bezerra (2018), por sua vez, destacam que os intelectuais e estudiosos já se preocupavam com o surgimento das novas mídias, alertando sobre a possibilidade de manipulação das informações pelos poucos que controlavam esses meios de comunicação. Serrano¹⁰ (2010) endossa esse ponto ao demonstrar que esses meios de comunicação de massa sempre se investiram da missão de promover a adesão da população às ideias das classes dominantes. Contudo, Brisola e Bezerra (2018) indicam que, apesar deste papel manipulativo, em que os proprietários dos canais de comunicação detinham o controle, de certa forma, de apresentar as notícias, a produção e disseminação de notícias falsas era uma tarefa financeiramente cara e difícil de “emplacar”, já que ficava dependente do intermédio de vários desses meios comunicativos.

Porém, esse cenário se alterou drasticamente no início dos anos 2000 com o surgimento das notícias *on-line*, e das redes sociais como Facebook e WhatsApp, pois, a partir de então, houve uma rápida propagação de informações sem a necessidade de uma revisão editorial, dado que os próprios usuários da rede passaram também a ser produtores de informações. Além disso, Brisola e Bezerra (2018) destacam que esse cenário é uma continuidade dos projetos militares de contrainformação e espionagem, que passaram a influenciar outros aspectos da sociedade, como os meios de comunicação.

Não obstante, precisamos salientar que há um marco histórico muito importante na política, a partir do qual a propagação de notícias falsas nas mídias digitais ganhou a

¹⁰ Pascual Serrano é jornalista, e diretor de redação do portal Rebelión, de Madri. Foi assessor editorial do canal multiestatal latino-americano Telesur.

proporção que conhecemos nos dias de hoje: a eleição de Donald Trump (Brisola & Bezerra, 2018). Meneses (2018) destaca, ademais, que foi o ex-presidente americano o responsável pelo uso do termo *fake news*, da forma como é popularmente usado atualmente, apropriando-se desse significante em suas postagens no Twitter.

Antes de 2016, o termo *fake news* estava ligado ao contexto de programas de notícias satíricos na TV norte-americana, cujo tema principal é o humor com teor jornalístico. Entretanto, esses programas não tinham a intencionalidade de manipular o público ou de requerer credibilidade às informações. Ou seja, Donald Trump apropriou-se dessa expressão passando a utilizá-la fora do cenário em que era produzido, a saber, o humor irônico e sarcástico, e a trouxe para o campo político distorcendo seu significado original (Meneses, 2018).

Han (2022) também destaca que Trump foi o primeiro líder de estado “tuiteiro¹¹”, que apostou em informações virais, que foram importantes para sua vitória eleitoral. Nomeia-o, assim, como um oportunista que, ao utilizar de algoritmos para explorar as reações do público, e da psicometria (conforme já citamos através de seu contrato com a *Cambridge Analytica*), foi capaz de impulsionar uma gama de notícias manipuladas, de acordo com os perfis traçados dos eleitores, e que foram cruciais para sua vitória eleitoral (Han, 2022).

Assim, o contexto histórico que permitiu o surgimento e a propagação tanto das *fake news* como das campanhas de desinformação foi resultado da inter-relação entre a degradação do senso crítico, que já havia se iniciado com o advento das mídias de massa, combinado com a influência das guerras de informação decorrentes do contexto de guerra. E, ainda, com o surgimento e popularização das mídias digitais, que permitiu aos sujeitos serem simultaneamente produtores e consumidores de notícias, sem um filtro seletor, que outrora

¹¹ O Twitter é uma rede social criada no ano de 2006, sendo uma espécie de microblog onde se pode compartilhar mensagens de até 280 caracteres. Logo, o termo tuiteiro refere-se a uma noção categórica de usuário dessa rede.

era operativo, ou seja, as revisões editoriais (Brisola & Bezerra, 2018; Han, 2022; Meneses, 2018).

Tendo em vista que discorreremos sobre um breve histórico do cenário por onde a existência das *fake news* se tornou possível, vamos elucidar a respeito de sua dinâmica de funcionamento.

3.2. Os mecanismos operativos nas *fake news* e campanhas de desinformação

As campanhas de desinformação são o dispositivo mais complexo das *fake news*. O principal ponto em relação a elas é que se constituem através de uma crise na cultura contemporânea, que advém do deslocamento da ética e dos fatos e que se institui como uma crise identitária, conforme destacam Brisola e Bezerra (2018). E isto só é possível graças a uma avalanche de informações nas quais os sujeitos são inundados ininterruptamente. Ou seja, por mais paradoxal que pareça, o maior meio de censura na atualidade é a superinformação, já que, diante da enorme quantidade de dados, os sujeitos são impedidos de acessar o que é realmente relevante, visto que os assuntos se atropelam mutuamente (Brisola & Bezerra, 2018).

Ademais, estes mecanismos de desinformação e manipulação vão para além de mentiras grosseiras, sendo, na verdade, complexas ações que constroem cenários intencionalmente premeditados. A desinformação, portanto, envolve informações descontextualizadas, fragmentadas, manipuladas, tendenciosas, que distorcem, subtraem, confundem e rotulam a realidade. Nem sempre, contudo, a desinformação é inteiramente falsa, muitas vezes, ela distorce apenas partes do contexto (Brisola & Bezerra, 2018).

Han (2022) endossa essa conjectura ressaltando que o mundo a partir das *fake news* é moldável, manipulável e não possui nada de sólido, sendo também desvinculado da facticidade e da consciência da realidade. Compromete-se somente com a desconfiança,

fazendo com que informações contrastem o tempo todo. Para que tudo isso seja possível, Brisola e Bezerra (2018) destacam alguns mecanismos práticos utilizados neste contexto desinformativo, que são o alinhamento a interesses econômicos e políticos. Destacamos: a dificuldade da interpretação das circunstâncias da notícia, as origens e motivações das informações; o afastamento dos códigos de ética profissionais; a elaboração de notícias simples sem contraste ou críticas; a marginalização de intelectuais rebeldes; o desvio de atenção; a promoção de excesso de comoção afetiva; a conversão à adesão de uma visão de mundo já pronta; o silenciamento do que não vai de encontro a interesses das informações; notícias sem contexto ou precedente e a fetichização do imagético.

Oferta-se assim, uma concepção de mundo maniqueísta entre bem e mal, certo e errado, que é propagada em velocidade rápida, sem que os sujeitos compreendam a origem, alcance e significado de tais informações, sendo atropelados tanto pela quantidade, quanto pela velocidade das mesmas, não possuindo tempo de checarem origem, credibilidade e veracidade (Brisola & Bezerra, 2018).

Meneses (2018) salienta o importante fato de que fotos e vídeos no cenário manipulativo de informações possuem, muitas vezes, maior efeito do que o texto escrito para a maioria das pessoas. O vídeo, inclusive, pela capacidade de atração, tornou-se o alvo preferencial daqueles que distorcem informações, no contexto político, assim como também o uso de memes. Han (2022) concorda com essa análise, destacando que os memes tornaram-se ótimas ferramentas psicopolíticas, uma vez que a comunicação digital privilegia o visual sobre o textual, e que imagens são mais rápidas que textos e também mais virais, ao contrário do discurso.

Meneses (2018) e Han (2022) também alertam que muitas dessas informações são hoje produzidas por robôs ou programas informáticos, enquanto outras ainda partem dos teclados de alguém, em algum lugar do mundo, e que, através de todos estes artifícios

anteriormente citados, acabam prejudicando a democracia. Han (2022) ressalta, ainda, um hiato entre a velocidade de circulação das informações na contemporaneidade e o tempo de reação dos estados democráticos, denunciando que, antes de se instaurar um processo de verificação, as *fake news* já fizeram o efeito que se propunham a fazer. Segundo Han (2022, p. 48), o *smartphone* não é apenas um “parlamento móbil”, mas trata-se de um “aparato de submissão”. Seu objetivo está na aceleração das operações de fragmentação e desmoronamento da esfera pública. Funcionando como uma *vitrine móbil*, difunde as esferas do privado pelo público incessantemente. Assim, resulta na criação de zumbis de consumo e não na comunicação como cidadãos emancipados [*mundige*].

A então intitulada sociedade da transparência de dados não é transparente, pois o excesso de dados expostos desorienta a dominação, que fica mascarada nesse modo de funcionamento. Tornar visível é, sobretudo, criar aparências enganadoras que escondem o que está na estrutura de modo invisível. Como afirma Han (2022, p. 16), a “sala de máquinas da transparência é escura”. Desse modo, denunciemos o poder que se torna cada vez maior da caixa-preta algorítmica.

A caixa-preta algorítmica a que o filósofo se refere funciona como o coração da psicopolítica. Através de suas diversas tecnologias e ferramentas, dentre as quais as *fake news* e as campanhas de desinformação fazem parte, o capitalismo imaterial, neoliberal, encontra suas novas formas de continuar subjugando os sujeitos, explorando-os. O grande trunfo de seu método, dessa vez, foi ter se apossado da liberdade, do desempenho, da transparência e das informações, disfarçando suas antigas formas de poder, como um felino que esconde as unhas para que não apareçam nos rastros que deixa.

Em outra metáfora, propomos representar o vidro da transparência da psicopolítica a partir das *fake news* e campanhas de desinformação da seguinte forma: é um vidro por onde o sujeito olha o real, sendo controlado por uma casa de máquinas escura e escondida. É um

vidro *smart* que altera sua serigrafiação, translucidez e inclinações côncavas e convexas de partes estratégicas de sua superfície, de forma personalizada para o perfil ou psicograma daquele que olha através dele para fora. Contudo, suas alterações inteligentes são milimetricamente calculadas e visam formar padrões programados, buscando influenciar o que os sujeitos veem do mundo. Podemos, talvez, pensar neste como o vidro da janela para o real, em última análise, estamos falando, então, das influências do psicopoder sobre a vida da fantasia.

3.3. Fantasia e campanhas de desinformação: do mal-estar ao narcisismo das pequenas diferenças

Estamos agora no ponto nevrálgico de todo nosso trabalho de pesquisa: a articulação do fenômeno político e social das *fake news* com a noção de fantasia como solução ao mal-estar na civilização, inerente à constituição do sujeito e do laço social. Afirmamos, com o suporte de Menezes (2008) e Rosa (2018), que o mal-estar, quando configurado ao estilo do sujeito na contemporaneidade, coloca os sujeitos em posição de desamparo, exigindo que tanto a coletividade, como as próprias pessoas com seus caminhos singulares, busquem alternativas de como lidar com ele. Esse intenso trabalho psíquico obviamente não vem sem conflito, uma vez que, devido à multiplicidade humana, os sujeitos tenderão a discordar uns dos outros, disputando por seus pontos de vista, expressando, assim, tanto a pulsão de vida, quanto a pulsão de morte. Encarnando, à sua maneira, a eterna luta dos titãs Eros e Tannatus, os dois representantes da pulsão de vida e de morte (Freud, 1930/2010b).

Segundo Rosa (2018), servir-se da Psicanálise para analisar estes movimentos da cultura e da política permite a articulação entre os sujeitos com o mal-estar, o desejo, o saber e a verdade nos laços sociais. Por conseguinte, essa leitura não pode abster-se logicamente de destacar o desamparo discursivo que é produzido, quando o discurso social e político se

tornam carregados de interesses, visando manter ou expandir o poder, capturando os sujeitos em suas malhas e promovendo sofrimento. Dessa forma, a Psicanálise, assim como outras ciências, é convocada a posicionar-se frente à barbárie, o domínio e a exploração. Nosso estudo parte desta perspectiva, de que é preciso utilizar o conhecimento discursivo de nosso campo teórico, para reconhecer as artimanhas que se desenrolam no campo político e que buscam a propagação de desigualdades e a instrumentalização dos sujeitos.

Nossa leitura é contundente, diante dessa instrumentalização dos sujeitos, concebidos pelo poder como peças de uma engrenagem política que toma por base o mecanismo de ilusões muito bem arquitetadas e que atendem aos interesses de poucos. É exatamente por este motivo que a via de análise central desta pesquisa parte do campo da fantasia, uma vez que já demonstramos que ela é a realidade psíquica, a forma como os sujeitos leem o real. A fantasia é a base que sustenta uma série de outros fenômenos psíquicos que incluem a ilusão, mas não só. É também o modo como os sujeitos constroem narrativas, compreendem e dão sentido às suas experiências, e como tentam responder ao que quer o outro. Em suma, indica os modos como se retorque o mal-estar e também de como repete-se o trauma (Freud, 1908b/2015b, 1908c/2015c, 1911/2010c, 1927/2014a, 1930/2010b; Jorge, 2010; Rosa, 2018; Zizek, 1992).

O seu lugar de centralidade na vida humana, porém, não é novidade deste estudo, uma vez que Rosa (2018) destaca que Zizek e Vladimir Safatle já a conceberam como advento central no campo político. A psicanalista destaca, portanto, que a política geralmente apresenta-se em duas faces: como poder e domínio; e como ação que busca horizontalizar a produção de um mundo comum, sendo esta a fantasia coletiva. E é sob essa condição que há a possibilidade de sustentar um lugar na cultura diante do vazio.

Sobre o caráter e função da fantasia, contudo, Freud (1911/2010c, 1919b/2010d, 1924a/2011b, 1924b/2011c, 1940[1938]/2018) destaca que a realidade psíquica parte de uma

seleção do Eu, diante das percepções externas, escolhendo elementos que constituirão a forma de se ver o mundo. Lembremos que: “Os neuróticos dão as costas à realidade por considerá-la — no todo ou em parte — insuportável” (Freud, 1911/2010c, p. 82). Em suma, a fantasia obedece ao princípio do prazer e busca alguma homeostase psíquica diante do incômodo despertado pelos estímulos desprazerosos tanto internos, quanto externos.

A nível coletivo, também ocorre da mesma forma, uma vez que o próprio Freud (1921/2011a) já defendeu que é impossível a cisão entre psicologia individual e coletiva. Logo, as massas também realizam suas seleções, construindo suas formas compartilhadas de olhar para o real, buscando atenuar seu sofrimento, negar suas inconsistências e buscar algum caminho para a felicidade, cumprindo o programa do princípio do prazer. As campanhas de desinformação, por conseguinte, cooptam esse mecanismo, baseando sua prática em uma tentativa de interferir nas fantasias sociais, travestindo-se de informações, permitindo que os sujeitos se abstenham de impressões incômodas e desprazerosas, e passem a ter outras informações que são mais condizentes com os seus próprios desejos.

Essas campanhas selecionam, manipulam, falseiam, em todo ou em partes, as impressões e dados, para que a realidade por elas apresentadas corresponda ao perfil de desejo dos sujeitos receptores, e simultaneamente também ao dos financiadores e disseminadores dessas campanhas. Essa forma de atuação política, conforme já explanado neste estudo, foi nomeada por Han (2014, 2018, 2022) como psicopolítica. Em síntese, elas buscam influir, configurando as construções fantasísticas, sussurrando superegoicamente, sugerindo e fornecendo elementos do interesse de seus propagadores, para que os receptores possam desfazer-se daquilo do real que foi percebido e gostariam de negar. Outrossim, fornecem meios para a elaboração de discursos que expliquem o mal-estar, nomeando culpados, e ao mesmo tempo, dando evidências que se coadunam com o que se esperaria “descobrir”.

É a partir desta relação da fantasia com o princípio do prazer que o desejo fica equiparado à realidade, erigindo-se novas realidades psíquicas sociais e demonstrando, conforme já apontado por Freud (1908b/2015b, 1908c/2015c, 1911/2010c) e Jorge (2010), sobre o entrelaçamento entre fantasia e desejo. A análise desses mecanismos e das operações realizadas pelas *fake news* ao comporem suas campanhas demonstram que as fantasias não possuem um caráter estático, mas, sim, dinâmico. É diante da inapreensão do real, do trauma e do mal-estar que elas constroem e reconstroem o mundo, dotando-o de sentido. Este caráter moldável tem por meta final permitir reestabelecer-se a homeostase psíquica (Jorge, 2010).

No campo da cultura contudo, não podemos conjecturar um psiquismo que seja compartilhado, mas sim vislumbrarmos os efeitos dos processos de identificação, que horizontaliza formas de se olhar para o mundo, compreendendo-o, dando-lhe nomes, sentidos, dotando a polis de um saber, uma realidade que seja comum aos sujeitos falantes. É disso que se trata, quando nos referimos às fantasias coletivas/sociais: uma realidade compartilhada na e pela cultura, que ganha contornos singulares nos diversos sujeitos que compõem a civilização.

Esse caráter construtivo e reconstrutivo da fantasia, todavia, perpassa tanto o campo simbólico (linguagem), quanto o campo imaginário (engano da imagem). Entretanto, precisamos evidenciar o seu trilha pelo campo simbólico, através do advento da ideologia, que constantemente é uma de suas manifestações mais evidentes na cultura. Segundo Rosa (2018), a ideologia confere uma objetividade à fantasia social, dando-lhe estruturação, determinação de valor e significação da realidade socialmente compartilhada. Já para Zizek (1992), ela opera a partir da cadeia significante, articulando-a e estabelecendo significações retroativas.

A função da ideologia, em relação à fantasia, mais pontualmente falando, é construir um discurso que a formalize e vetorize ilusões, atrelando-as sintomaticamente ao saber. Há

assim, uma tentativa de construir uma sociedade que exista, que não seja cindida. Ou seja, ela aspira construir uma negativa diante do mal-estar, e que permita vislumbrar a realização do princípio do prazer, reunindo o que está desfazendo-se (Zizek, 1992). Contudo, esta última conjectura por nós apontada, em relação à ideologia, é também uma ilusão, de forma que nossas conclusões levam ao início da trilha de onde partimos, ao nos depararmos com a já conhecida impossibilidade fundamental da vida social.

Tendo em vista esse retorno, afirmamos paradoxalmente que a ideologia, com sua aspiração à união, promove, na realidade, cisões e conflitos, canalizando a pulsão de morte no laço social. Afirmamos, ainda, que, falar de conflito e pulsão de morte, significa também falar de agressividade. Nesse sentido, precisamos destacar duas formas encontradas em nossas pesquisas de como a sociedade capitalista neoliberal contemporânea busca lidar com ela. Esses dois caminhos já foram descritos por nós anteriormente, podem ser indicados graças aos recursos que a teoria freudiana oferece e dizem respeito a conflitos internos e externos, que se entrelaçam com o advento ideológico descrito por Zizek (1992). A primeira forma demonstra claramente um caráter defensivo neoliberal, fazendo com que os sujeitos introjetem a culpa por seus próprios fracassos, sem questionarem a dinâmica social. Esse artifício do capitalismo se baseia em uma estratégia civilizatória muito antiga e já explanada por Freud (1930/2010b), ao dilucidar que a consciência de culpa foi uma importante estratégia da civilização, voltando a agressividade que era direcionada para os objetos externos (neste caso, o campo político e econômico) contra o próprio Eu.

Rosa (2018) também parte desta análise e ressoa que os efeitos do sofrimento são assim, administrados politicamente, incidindo sobre o narcisismo, os afetos de ódio, ignorância e culpa. Esse contexto caracteriza aquilo que Han (2014) descreveu como o ideal de desempenho exercido pelo psicopoder, e que está intimamente ligado à psicopatologia da vida contemporânea. Todavia as limitações desse método fazem com que a agressividade

precise ser continuamente destinada para fora, conforme Freud (1921/2011a, 1930/2010b). Nesse sentido, a pulsão de morte insiste em alvos externos ao Eu, para cumprir sua meta. A caracterização ou a eleição desses alvos serão construídos, enredados pela atividade da fantasia. Alegamos, por conseguinte, que as tempestades de informações no cenário atual são a via de fluxo mais utilizada com esse intento. As campanhas de desinformação, assim, assumem a categoria de verdade e deixam bem explícito o caráter ficcional em que ela é construída, uma vez que dependem do campo discursivo.

Sobre essa agressividade no laço social, que é expressão da pulsão de morte, Freud (1915c/2010i, pp. 179-180) diz que

(...) admitimos a morte para estranhos e inimigos e os condenamos a ela com a mesma disposição e leveza que o homem primitivo. Mas aqui há uma diferença que na realidade consideraremos decisiva. Nosso inconsciente não executa o assassinio, apenas o imagina e deseja. Não seria justo, porém, subestimar tão completamente essa realidade psíquica, em comparação à fática. Ela é significativa e prenhe de consequências. Em nossos impulsos inconscientes eliminamos, a todo dia e momento, todos os que nos estorvam o caminho, que nos ofenderam e prejudicaram. O “Vá para o inferno!”, que não raro nos vem aos lábios com mau humor brincalhão, e que na verdade quer dizer “Que a morte o leve!”, é em nosso inconsciente um desejo sério e vigoroso de morte. Sim, o nosso inconsciente mata inclusive por ninharias; como a antiga legislação ateniense de Draco, não conhece outro castigo senão a morte, e isso com uma certa coerência, pois cada ofensa ao nosso todo-poderoso e soberano Eu é no fundo um *crimen laesae majestatis*.

Resumindo, o advento da pulsão de morte no laço social neoliberal, por um lado, assume a face de uma consciência de culpa, expressando-se como cobrança de desempenho e culminando nos quadros depressivos e ansiógenos. Mas, em sua outra face, demonstra uma

canalização da agressividade contra objetos externos, pela via do Narcisismo das Pequenas Diferenças, em que operam, então, as campanhas de desinformação. Explicamos melhor esse fato dizendo que elas operam construindo cenários fantasísticos e ideológicos favoráveis à identificação de inimigos, que serão culpabilizados como responsáveis pelo mal-estar cultural. A respeito disso, Rosa comenta que a tal estratégia política de controle e submissão no mundo contemporâneo termina por enredar o sujeito às voltas com seu campo libidinal. Diante de uma promessa impossível de ser cumprida, o sujeito enreda-se no seu modo de gozo, seja insistindo nessa direção, seja entregando-se ao ressentimento e à amargura (Rosa, 2018).

Rememoramos, assim, que as *fake news*, interagem entre si compondo um mosaico que constituirá as campanhas de desinformação. Esse mosaico cria um cenário fantasístico, com inimigos com nome e imagem. Elas paulatinamente e incessantemente são como a água da fonte que enchem o cocho do monjolo. Não cessam de chegar. A função da água junto ao monjolo é fazer com que este se encha e, devido ao seu peso, erga a haste do pilão, esvaziando conseqüentemente o cocho, mas conferindo força para que o pilão desça e desfira golpes contra os grãos, que são depositados na concha, embaixo dele. A água, então, continua seu ciclo ininterrupto, tentando preencher o vazio, missão da ordem do impossível, mas que não cessa de prosseguir, assim como a pulsão.

A metáfora da água junto ao monjolo ilustra como, uma a uma, as *fake news* inflam o ódio a outros grupos, ou ideologias distintas. Elas se propõem, assim, a auxiliar a canalização da pulsão de morte, que deveria ser destinada originalmente ao sistema excludente e opressor capitalista. Atuam, então, criando inimigos, bodes expiatórios, enredando os sujeitos em uma posição discursiva primitiva, reativa. Reforçam uma leitura do real, ou seja, criam e formatam fantasias maniqueístas, que não levam em consideração a própria constituição humana, e os impasses entre sujeito e civilização. Promovem, por fim, mais desunião, a partir

da tribalização (formações de massas, com fantasias distintas, ou rivais), sustentadas em ideologias cínicas na pólis contemporânea.

Todavia, ressaltamos que o objetivo do psicopoder, através da instrumentalização das informações, não é apenas a eleição de inimigos, mas a criação de todo um panorama pelo qual as pessoas passam a enxergar o tamponamento do real através de suas serigrafagens e inclinações. Essa ressalva é importante, pois visa destacar que a tentativa de influência sobre a fantasia não se trata apenas em redirecionar a canalização da pulsão de morte, mas, sim, tentar influir nela nos diversos âmbitos da vida psíquica.

Façamos, também, outra retificação sobre nossas conjecturas, evocando que o fusionamento pulsional expressos nas ações humanas demonstra que a via do Narcisismo das Pequenas Diferenças também possui o seu lado erótico, permitindo ligações afetivas entre os sujeitos que compartilham aquele enredo fantástico grupal (Freud, 1921/2011a, 1930/2010b). Dessa forma, podemos deduzir que, por parte das massas de adeptos das fantasias desfactualizadas, há uma sintomática e distorcida tentativa de cura, diante do voraz processo individualizador neoliberal. Essa conclusão demonstra a correlação sempre existente entre fantasia e sintoma, já indicada por Freud (1908b/2015b) e Jorge (2010).

Por outro lado, é necessário que pensemos em relação àqueles que se utilizam desses artifícios políticos para influenciar a fantasia social. Esses que realizam uma objetificação do outro, transformando-o em massa de manobra.

Essa operação que almejam realizar, visa a uma dessubjetivação, que transforma seres humanos em dados. Indicamos aqui portanto, a necessidade de mais pesquisas, referentes à psicopatologia em Psicanálise, para analisar o laço social, com o advento das campanhas de desinformação.

Concluindo esta parte de nossas análises, afirmamos que o sistema econômico capitalista encontra artimanhas de desresponsabilizar-se pelo sofrimento que causa, criando

fantasias, discursos e ideologias sociais que destinam a agressividade constitutiva humana, tanto contra o Eu dos sujeitos, tanto contra objetos externos outros. Paradoxalmente, também, ele promove novas ligações eróticas a partir da cisão que causa, com a formação de massas narcisicamente enredadas em suas pequenas diferenças. Esta estratégia política, do capitalismo, apesar de ser tão nova quanto a própria horda primeva; em seu mais recente modelo, chamado por Han (2022) como capitalismo da informação, tenta mascarar as idiossincrasias existentes entre sujeito e sociedade, já apontadas por Freud (1930/2010b), criando roteiros de superação das impossibilidades inerentes a esses dois campos.

Devemos explicar, contudo, que há, nesse estilo atual do capitalismo, um refinamento técnico para essa missão, que se dá através do novo potencial de alcance, promovido pelos recursos tecnológicos, que permitem uma rápida e eficiente instrumentalização da verdade, cujo alvo último é a fantasia. Por isso, Rosa (2018) afirma que os avanços tecnológicos, quando são aliados dos processos políticos de globalização, funcionam como uma extensão do capitalismo do neoliberalismo para todo o globo. Tal aliança enseja eliminar diferenças culturais, mas trazem impactos e impasses na gestão e nos laços sociais, especialmente na posição de cada um desses. Logo, “O homem moderno torna-se um imigrado sem memória, um errante sem tradição, saturado de informações” (Rosa, 2018, p. 99).

Assim sendo, como encontrar uma saída dessa dinâmica, visando favorecer operações psíquicas que permitam aos sujeitos solucionarem seu sofrimento e encontrarem novas formas de se confrontar com o real? Tal questão enseja enfrentar uma via que não seja apenas de desvio, um caminho de negação das impossibilidades por pura busca da felicidade momentânea.

3.4. Fantasia e sua articulação com a questão das massas

Alguns eventos decorrentes tanto no Brasil, quanto no exterior demonstram o que é possível fazer, em ato, para começarmos a responder sobre as saídas encontradas para a proposição que apresentamos neste trabalho. Como os sujeitos vão encontrando formas de ultrapassar as amarras do campo digital, fantasmagoricamente materializando a união dos sujeitos libidinalmente ligados, para além das telas do *smartphone*. Alguns desses eventos proporcionaram ao mundo contemporâneo uma visão estarrecedora de atos, inclusive, totalmente despidos de costumes culturalmente aceitos. Essas questões demonstram um caráter regressivo, muito presente nas descrições feitas por Le Bon acerca das massas efêmeras.

Apesar de já termos detalhado sobre tais circunstâncias, sublinhamos algumas delas como: acentuação da afetividade e da impulsividade, com conseqüente redução da atividade intelectual, violência, influenciabilidade, acriticidade e um forte apelo a uma figura de liderança política (Freud, 1921/2011a). Ou seja, o objetivo último das campanhas de desinformação é um fazer político, uma alteração na balança do poder, que possa pender em prol daqueles que as financiam. Para isso, a influência sobre a fantasia é o meio fundamental.

Em suma, a patológica ilusão promovida pelas campanhas de desinformação é a de que: o que os sujeitos almejam é o mesmo que os financiadores das campanhas também almejam. Mas, metapsicologicamente, as operações que se realizam para que este cenário seja possível perpassam a junção dos sujeitos, através do estabelecimento de laços libidinais. Mas esses somente se tornam possíveis a partir de um líder ou ideia condutora que possa fazê-los se unirem, identificando-se mutuamente por amor a(o) mesmo(a).

O surgimento desse líder (que se torna não criticável) se dá através da substituição dos particulares Ideal de Eu, de cada sujeito, por essa figura, conforme aponta Freud (1921/2011a). Logo, tudo que venha contra o líder (ideia condutora), torna-se uma ameaça

contra o próprio sujeito, uma vez que seu Ideal está permeado por esse objeto amado. Isso justifica a reatividade com que agem muitos dos indivíduos que compõem as massas.

Salientamos, a partir desse ponto, a necessidade de mais estudos, correlacionando os mecanismos de defesa por parte do Eu, presentes no cenário político, concatenando-os com as campanhas de desinformação.

Cabe destacar, também, um interessante fato sobre o perfil dos líderes políticos nessas massas atuais, movidas por *fake news*, pois, por mais que se constituam na psique coletiva como Ideal de Eu, os mesmos atualmente não se enquadram como pessoas com elevados ideais civilizatórios, como a exemplo, Donald Trump, que foi citado por Han (2022). Antes, permitem uma identificação, através de um discurso contra o politicamente correto. Ou seja, fazem com que as pessoas possam localizar neles uma posição menos restritiva culturalmente, algumas vezes, com caráter até mesmo regressivo. Isso demonstra a insatisfação às restrições impostas pela civilização, para se estar no laço social, o que atua como uma denúncia em relação ao mal-estar novamente.

Esse tipo de liderança já havia sido indicado também por Freud (1921/2011a), e impressiona a atualidade de suas análises na contemporaneidade, há mais de 100 anos depois da publicação de *Psicologia das Massas e Análise do Eu*. Entretanto, humildemente vamos nos ater a somente indicar esse interessante fato, salientando a necessidade de mais pesquisas, explorando melhor o perfil desses líderes políticos, inclusive no caso do Brasil, e a identificação dos sujeitos em relação a eles, de uma forma mais minuciosa e precisa.

Lembremos mais uma vez, contudo, que é a partir do líder que se opera toda uma série de outras questões na formação das massas. Logo, algumas variáveis, como o contágio psíquico (que era, para Le Bon, uma incógnita, antes da publicação do texto freudiano) e a regressão à atividade anímica inconsciente de uma forma sintomática, podem interagir de um

modo muito interessante com o perfil desse líder ou ideia condutora. Isso posto, é claro, não reduz o assombro com que os sujeitos externos a estas massas, veem tais manifestações.

Retornando, agora, às campanhas de desinformação, ressaltamos que esses líderes políticos com rosto e nome, que financiam as *fake news*, só conseguem ascender à categoria de Ideal de Eu devido a repetidas tentativas de manipular a fantasia na coletividade. Trabalho que só se torna possível pois constroem seu edifício fantástico, lá onde os sujeitos procuram uma resposta ao mal-estar, ao sofrimento, ao desamparo e ao esfacelamento da alteridade.

Ou seja, paradoxalmente também há um caráter ativo que demonstra uma permissividade dos sujeitos à influência das *fake news*, que paulatinamente reconfiguram partes de seus Eus à semelhança dos líderes, dos discursos e imagens propagadas, formalizando as introjeções de partes dos objetos amados, como já indicava Freud (1923b/2011d, 1921/2011a).

Além dessa via positiva identificatória, a partir da fantasia coletiva, do líder e dos ideais, relembramos que há, ademais, a atuação da identificação negativa, que já apontamos anteriormente, baseada no ódio a outras pessoas ou instituições. Salientamos que essas identificações não se anulam mutuamente, mas convivem paralelamente no psiquismo.

Esse percurso por nós trilhado leva à constatação do porquê é tão difícil argumentar com essas massas desinformadas, do porquê a sua forma de olhar para o real às vezes parece tão distorcida.

Todas essas operações psíquicas que se desenrolaram ao final influem na forma de o sujeito olhar para si, para a realidade política e, em última análise, de como concebem o mundo. Corresponde, afinal, também a uma parte de si, dado que há um Ideal de Eu, que foi introjetado, e que qualquer outra informação ou fato que se apresente diferente ou contrário, torna-se uma ameaça ao próprio Eu e ao laço coletivo da massa.

Freud (1923b/2011d, 1924a/2011b, 1924b/2011c, 1940[1938]/2018) já nos alertava o quão é desestabilizador para o Eu romper a homeostase psíquica que, a duras penas, consegue alcançar, por mais que essa homeostase sempre seja passageira, dado que o Eu tem de tentar equacionar as demandas do Id, do Supereu e da realidade externa.

Pontualmente falando, manter a homeostase psíquica, proporcionada pela fantasia social, oriunda de campanhas de desinformação, é prioridade máxima nas massas desinformadas. As consequências disso para o psiquismo são o afrouxamento do vínculo com o real, a diminuição da crítica, e a reatividade defensiva. O que enfim, conforme também já elucubramos, é um caráter sintomático da cultura.

As *fake news* também, nesse cenário, possuem um papel muito ativo e atuante, correndo em socorro dos seus adeptos, toda vez que contradições factuais ou ideológicas lhe afligem, trazendo novas informações que atuam como provas de sua fantasia, sempre pintando imagens e textos fortes, capazes de mobilizar grande carga afetiva.

Esse cenário infodêmico que vivemos atualmente é o grande desafio para o campo político atual. Contra ele, também devemos indicar que há movimentos da própria cultura, que também buscam ligar eroticamente as diferentes massas contra a instrumentalização da fantasia, a desinformação e os laços de ódio. Muito dessa luta resgata memórias de um passado não tão distante, do trauma do nazismo, do fascismo, de seus discursos ideológicos e de suas fantasias também muito sintomáticas. Mas, aqui, também devemos admitir outra de nossas limitações de pesquisa, indicando a necessidade de novos estudos estabelecendo melhor essas correlações e demonstrando por que estes contramovimentos em relação às campanhas de desinformação resgatam essa memória do trauma nazifascista.

Finalizamos nossas discussões respondendo a um questionamento muito importante que pode ser feito: se a verdade é uma ficção, e a fantasia constitui-se como uma realidade

psíquica, diante do real que é indizível, logo, também a ciência e toda a crítica feita por este trabalho, é uma fantasia, e portanto, não tem mais crédito do que qualquer *fake news*.

Contra-argumentamos essa constatação, salientando que, mesmo que toda realidade seja, na verdade, realidade psíquica (logo, uma fantasia) conforme, expõe Jorge (2010), isso não significa que a ciência não tenha método, que não se permita a falseabilidade, que não seja questionável e reestruturável, que não seja criticável pelos pares. O que diferencia o caráter de nosso saber é a abertura à reconstrução. Não atrelamos sintomaticamente a realidade e o desejo.

Nesse sentido, relembramos a grande resposta que o pai da Psicanálise dá em *O futuro de Uma Ilusão* (Freud, 1927/2014a), sobre a ciência e a religião. Parafraseando-o, podemos dizer que: a ciência pode até ser uma fantasia, mas ela não é uma ilusão! Ilusão é achar que o desejo é a própria fantasia!

Conclusão e notas sobre a verdade e o saber

Durante o percurso de pesquisa, o conceito de verdade foi aparecendo como um fator fundamental a ser trabalhado, visto que destrinchamos a diferença entre realidade psíquica, fantasia, o campo impossível do real e as ilusões como operações de falseamento da realidade, que podem ser usadas de forma perversa e manipuladora. Assim, nos parece importante, nesta conclusão, apontar quais foram as lacunas que se constituíram na escrita desta dissertação para acolhê-las num próximo percurso de pesquisa doutoral.

Apesar de pautarmos nossas análises majoritariamente em Freud, sabemos que algumas reflexões em Lacan apresentaram novos e diferentes desdobramentos acerca do conceito de verdade, na tríade lacaniana (Lacan, 1967b-1968/2001) “Verdade, Saber e Gozo”, ou “Verdade, Saber e Real”. No entanto, devido ao curto tempo de pesquisa no espaço de um mestrado, limitamos nossas reflexões a partir de notas de pesquisa, indicando as possibilidades para novos estudos e reflexões acerca da temática, pois não foi nosso objetivo adentrarmos profundamente em tais elucubrações nesta conclusão.

Há várias transformações nos conceitos de verdade e saber ao longo do ensino de Jacques Lacan. Destacamos, contudo, a relação entre a verdade e o simbólico, através dos significantes e do funcionamento dos discursos. Nessa perspectiva, Lacan (1966b/1998) designa que não existe metalinguagem, ou seja, uma afirmação que possa dizer o verdadeiro sobre o verdadeiro. A verdade se funda pela fala, ela não possui outro meio para fazê-lo. Santos (2016) comenta dizendo que a verdade é estruturada primeiramente como ficção, ou seja, como fantasias de verdade. O paradoxo da verdade é, portanto, que ela se constitui, primeiro, como um falseamento do acontecimento vivido, como uma forma de tradução possível e lacunar encontrada pelo sujeito para escrevê-la como memória.

A verdade é, portanto, ao mesmo tempo um modo de traduzir o impossível por uma tradução ficcional possível e, por outro lado, uma defesa diante do real, não menos

lógica-matemática. Por isso, salientamos que o real não se deixa reduzir às crenças, ficções e ideologias estruturadas pela linguagem. Se o real é impossível, a verdade é possível, mas efêmera e transitória. Lacan (1966b/1998) ensina, então, que o ponto de divisão do sujeito está entre a verdade e o saber. Em que a verdade é posta como causa, e o saber, como prática.

Historicamente, Sgarioni & D'Agord (2013) resgatam que a busca da verdade empreendida ao longo dos séculos pela humanidade demonstra o quanto necessitamos de um amparo imaginário que ela pode oferecer. Esse amparo depende da suposição de que exista um ponto rígido e estável que possa sustentar o saber de forma definitiva.

O advento da ciência, portanto, a partir do *cogito ergo sum*, foi o ponto fundamental da virada de uma concepção ontológica do homem, a partir do qual, desprovendo o sujeito de sua própria história, ele teve de recorrer à ciência como sendo a única forma possível de saber. Nessa operação, a verdade passou a ser do domínio da ciência, que desconsidera que ela *não* pode ser apreendida por si mesma. Assim, o sujeito do conhecimento passou a desconhecer a diferenciação entre a verdade e o saber. Logo partiu da perspectiva de que o conhecimento científico é “o saber”, e não “um saber”, privilegiando a estrutura desse campo simbólico diante dos outros (Sgarioni & D'Agord, 2013). Segundo Santos (2016), esta aposta nos poderes da razão científica advém da necessidade de superar o desamparo pré-científico.

Além disso, a ciência também foi a condição para a instauração do modo de produção capitalista, conforme demonstra Han (2014), e que colocou o sujeito em posição de desamparo e de mal-estar. Contudo, de forma muito habilidosa, o capital encontra formas de esquivar-se da responsabilização do *pathos* que provoca, desviando-a para ciência, permitindo que carregue sozinha o lugar simbólico, incumbida do fracasso do projeto de felicidade não concretizado.

Nessa perspectiva, a adesão às campanhas de desinformação são uma rebelião do sujeito do *cogito* diante da impossibilidade de a ciência lhe dar o que quer. Sendo também

uma reação diante do empobrecimento tanto material, quanto simbólico que o discurso científico lhe causou. Santos (2016) avança nesta discussão, destacando a popularização do termo *post truth* (pós-verdade), nos debates atuais, que tentam compreender o apelo à opinião pública à emotividade e às crenças pessoais em detrimento dos fatos, e que demonstra que, em nosso tempo, há um giro de perspectiva em que os próprios fatos foram transformados em ficções.

Logo, podemos provocar uma reflexão dialogando com a psicopolítica, descrevendo que o psicopoder entende muito bem o caráter ficcional sobre o qual tanto a verdade quanto o saber se constroem, e sabe que tudo depende do campo da linguagem.

No fundo, o que estamos a debater diante das campanhas de desinformação é a manipulação exercida pelo poder, diante do conhecimento de que a verdade é uma ficção (fantasia), sendo sua meta última o refinamento da técnica de como manipulá-la.

Rosa (2018) também enriquece essa discussão ao reforçar que os laços sociais têm seu fundamento na linguagem, inserindo-se no jogo político. Dessa forma, a maquinaria do poder oferece um discurso social, em que o sujeito se enreda como se fosse o discurso do Outro. Através dessa operação, a máquina do poder tenta travestir-se deste Outro, visando obter a polissemia do significante, cujo objetivo último é a imposição de verdades. Todavia, a verdade recalcada nesse cenário todo é a de que persistem relações de dominação e servidão, que emergem como sintomas subvertidos de aparência de liberdade e igualdade.

Após essa análise, precisamos sublinhar que “liberdade e igualdade” são significantes muito aclamados tanto pelo psicopoder, quanto por lados políticos que financiam a disseminação das *fake news*. Nesse sentido, Rosa (2018, p. 29) nos incita a refletir que: “É fundamental escutar e incidir na separação entre o enredamento da alienação estrutural ao discurso como linguagem e as artimanhas do poder”.

Convocados, como fomos, a iniciar o debate entre Psicanálise e psicopolítica para analisarmos o advento das campanhas de desinformação, devemos nos dedicar a aprofundar esta discussão de maneira mais detalhada, que será a missão do nosso próximo percurso de pesquisa.

Após esta nota, retrospectivamente nos voltamos ao que foi possível de ser realizado neste estudo. Retomamos, para tal, que, diante de nosso enigma, fomos levados para além do solo freudiano, de onde partimos, conduzindo-nos às contribuições freudo-lacanianas, e também a outros pensadores de outras áreas. Os achados desta jornada, ao mesmo tempo em que foram esclarecedores, permitindo-nos responder à pergunta de pesquisa e confirmar nossa hipótese. Também tiveram efeitos por outro lado angustiantes, diante de novas perguntas que surgiram para o pesquisador à medida que se deparava cada vez mais com uma gama de possibilidades de caminhos de análises, que demonstraram o quão complexo era este contexto pesquisado. Logo, o enigma não foi inteiramente decifrado, mas houve um caminho lógico percorrido.

Além disso, a complexidade da temática talvez tenha nos colocado em uma posição ambiciosa diante do tempo disponível para esta pós-graduação. Entretanto, entendemos que fizemos o melhor que pudemos com o tempo que nos foi dado e, se admitimos as limitações das contribuições, com certeza é entendendo que elas não tiram o mérito do trabalho realizado, apenas apontam a necessidade de novos estudos futuros.

A travessia da angústia do tempo cronológico, do não saber, e da curiosidade pelo novo, por mais que tenham sido arrebatadoras, não nos impediu de continuar em frente, mesmo em face às inúmeras provações que surgiram durante o trajeto da pesquisa direta e indiretamente. Os efeitos da travessia do mestrado e de ser atravessado pelo mestrado estão para muito além destas palavras que os leitores podem acompanhar nestas linhas e, com certeza, possibilitaram um caminho de enriquecimento e de crescimento que não veio sem

dificuldades e percalços. Contudo, sentimo-nos satisfeitos, conforme já afirmamos, pela exploração dos recortes possíveis que fizemos, diante do tempo e respeitando o desejo do pesquisador e o seu estilo.

De forma sintética, damos destaque aos principais pontos de nossas análises, sublinhando que, a partir do mal-estar na civilização, pudemos notar que as tramas capitalistas e suas relações de poder (que podem ser nomeadas atualmente de psicopolítica), fazem com que os sujeitos destinem uma parte da agressividade constitutiva contra si próprios. Psicanaliticamente, nomeamos essa introjeção da agressividade, que é expressão da pulsão de morte, como consciência de culpa.

Entretanto, esta via superegoica, que busca no Eu o próprio objeto de satisfação sádica, é limitada, de forma que a agressividade externa continua a ser uma demanda inerente ao *quantum* energético palpitante da pulsão de morte. Astutamente, então, a lógica neoliberal capitalista busca formatar vias de descarga dessa agressividade, não contra o próprio sistema que as gera, mas contra outros alvos eleitos como fomentadores do mal-estar na civilização.

Esses alvos externos, paradoxalmente, permitem a canalização da pulsão e, ao mesmo tempo, promovem ligações eróticas, fortalecendo a união entre os indivíduos das massas, que distinguem, nas pequenas diferenças, o seu narcisismo dos outros, nomeados como estranhos. Logo, é uma tônica buscar eleger inimigos à civilização dando-lhes nome e rosto, sendo um dos caminhos pelos quais os sujeitos tentam lidar com a impossibilidade constitutiva, da qual não querem saber.

É exatamente este caráter de virar as costas ao real que constitui o fulcro central da construção da fantasia, e também de ilusões (quando as crenças tomam o desejo como causa e prova de realidade simultaneamente). As fantasias, quando conscientes, constituem-se como devaneios e promovem satisfações através da via do pensamento. Entretanto, o campo fantasístico possui seus domínios para além da consciência e articula-se topicamente no

inconsciente, principalmente através da via sintomática, sendo uma expressão simultaneamente dos conteúdos traumáticos, tanto das histórias familiares, quanto da herança cultural civilizatória. Além disso, a fantasia estrutura-se como a realidade psíquica, sendo a janela através da qual os sujeitos e as massas olham para o real.

O seu estatuto, contudo, não é estático, mas, sim, cambiável diante do encontro com o real traumático, o mal-estar, o desamparo, e com as relações de poder na história civilizatória. É exatamente nesse ponto que as formas de poder pretendem propagar o seu domínio, e que o enredamento político se utiliza dos recursos que possui, para tentar promover seus discursos, prorrogar sua influência, manter o *status quo*, repercutindo violências e exclusões.

O psicopoder tornou-se, assim, na sociedade contemporânea, esta versão refinada de influência, onde, utilizando-se dos avanços tecnológicos, das redes sociais, e da velocidade de comunicação e circulação de informações, faz com que os sujeitos sejam estimulados a gerarem dados ininterruptamente sobre si mesmos, construindo um cenário de vigilância e utilitarismo, nunca antes vislumbrado na história humana.

Através dos *big data* e dos psicogramas, há um intenso processo de dessubjetivação que explora as preferências e resistências de cada perfil, almejando influenciar sobre a autonomia das pessoas, através de sussurros de informações manipuladas. É diante desta nova possibilidade de manipulação de informações, do alcance de sua propagação, e do refinamento da técnica de influência que as campanhas de desinformação tiveram a explosão exponencial que presenciamos nos últimos anos. O espanto que estas causam atualmente no mundo contemporâneo ainda deixa a todos confusos, a respeito do que está em jogo em relação a elas, e como lidar com esse real.

Avançamos neste estudo ao destacar, como alvo principal das campanhas de desinformação, o campo da fantasia, pois este é quem cria os enredos, dá significados, e

busca tamponar a falta inerente ao sujeito, ao desencontro do mesmo com a civilização, negando o mal-estar.

O lugar da fantasia é privilegiado na cena social, possibilitando a formação do advento ideológico e das formações ilusórias. Ela também articula os ideais condutores (ou líderes políticos), que passam a substituir os particulares Ideal de Eu, possibilitando o estabelecimento de uma relação erótica, e a conseqüente identificação com os demais sujeitos que partilham este ideal/líder introjetado. É esse o fim que as *fake news* almejam: a formação de massas políticas atuantes.

Contudo, ressaltamos o caráter subversivo do Isso, que, em cada sujeito, encontra formas qualitativas e quantitativas de não se deixar dominar pela realidade externa. Isto explica por que o psicopoder, apesar de suas refinadas técnicas de influência, não domina a psique coletiva.

Nesse sentido, reafirmamos nossa posição como pesquisadores psicanalistas, apontando as incongruências dessa dinâmica, a ilusão, e as malhas de poder que se estabelecem. Finalizamos destacando as palavras de Lameira et al. (2017), que nos ensinam que, na pesquisa psicanalítica, é preciso abrir mão de qualquer pretensão de se chegar de fato a um saber conclusivo. No campo psicanalítico, a pesquisa encerra-se sempre, na verdade, como uma abertura à revisão, conforme os autores destacam do ensino de Lacan (1954-1955/2010).

Ou seja, qualquer que seja o avanço que se faça em Psicanálise, esse avanço é, na verdade, uma eterna possibilidade de constante remanejamento e enriquecimento para outros que virão depois de nós. Conosco não será diferente!

Referências Bibliográficas

- Allcott, H., & Gentzkow, M. (2017). Social media and fake news in the 2016 election. *Journal of Economic Perspectives*, 31(2), 211-236.
- Bauman, Z. (1998). O mal-estar na pós-modernidade. Jorge Zahar.
- Bezerra, A. C., Schneider, M., & Brisola, A. C. (2017). Pensamento reflexivo e gosto informacional: disposições para competência crítica em informação. *Informação & Sociedade: Estudos*, 27(1), 7-16.
- Brisola, A., & Bezerra, A. C. (2018). Desinformação e circulação de “fake news”: distinções, diagnósticos e reação. *Anais do 19º Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação*. UFRGS.
- Elia, L. (2007). *O conceito de sujeito* (3a ed). Jorge Zahar.
- Elmborg, J. (2006). Critical information literacy: Implications for instructional practice. *The Journal of Academic Librarianship*, 32(2), 192-199.
- Fisher, M. (2020). *Realismo Capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo, do que o fim do capitalismo?* Tradução de Rodrigo Gonçalves, Jorge Adeodato e Maikel da Silveira. Autonomia Literária.
- Freud, S. (1899/1996). *Lembranças encobridoras*. Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud (vol. 3). Imago.
- Freud, S. (1900/2019). *A interpretação dos sonhos* (vol. 4). Tradução de Paulo César de Souza. Companhia das Letras.
- Freud, S. (1905/2017). *O chiste e sua relação com o inconsciente* (vol. 7). Tradução de Fernando Costa Mattos e Paulo César de Souza. Companhia das Letras.
- Freud, S. (1908a/2015a). A moral sexual “cultural” e o nervosismo moderno. In S. Freud. *O delírio e os sonhos na Gradiva, análise da fobia de um garoto de cinco anos e outros*

- textos* (vol. 8, pp. 251-271). Tradução de Paulo César de Souza. Companhia das Letras.
- Freud, S. (1908b/2015b). As fantasias históricas e sua relação com a bissexualidade. In S. Freud. *O delírio e os sonhos na Gradiva, análise da fobia de um garoto de cinco anos e outros textos* (vol. 8, pp. 237-244). Tradução de Paulo César de Souza. Companhia das Letras.
- Freud, S. (1908c/2015c). O escritor e a fantasia. In S. Freud. *O delírio e os sonhos na Gradiva, análise da fobia de um garoto de cinco anos e outros textos* (vol. 8, pp. 227-236). Tradução de Paulo César de Souza. Companhia das Letras.
- Freud, S. (1911/2010c). Formulações sobre os dois princípios do funcionamento psíquicos. In S. Freud. *Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia ("O caso Schreiber"), artigos sobre técnica e outros textos* (vol. 10, pp. 81-91). Tradução de Paulo César de Souza. Companhia das Letras.
- Freud, S. (1913/2012). Totem e tabu. In S. Freud. *Obras completas* (vol. 11, pp. 7-176). Companhia das Letras.
- Freud, S. (1914/2010g). Introdução ao narcisismo. In S. Freud. *Obras completas* (vol. 12, pp. 9-37). Companhia das Letras.
- Freud, S. (1915a/2013). As pulsões e seus destinos. In S. Freud. *Obras incompletas de Sigmund Freud* (pp. 20-34). Autêntica.
- Freud, S. (1915b/2010h). O inconsciente. In S. Freud. *Obras completas* (vol. 12, pp. 74-112). Tradução e notas de Paulo César de Souza. Companhia das Letras.
- Freud, S. (1915c/2010i). Considerações atuais sobre a guerra e a morte. In S. Freud. *Obras completas* (vol. 12, pp. 156-187). Companhia das Letras.
- Freud, S. (1917a/2014b). Os caminhos da formação dos sintomas. In S. Freud. *Obras completas* (vol. 13, pp. 387-405). Tradução de Sergio Tellaroli. Revisão da tradução

de Paulo César de Souza. Companhia das Letras.

Freud, S. (1917b[1915]/2010e). Luto e melancolia. In S. Freud. *Introdução ao narcisismo: ensaios de metapsicologia e outros textos* (pp. 127-144). Tradução e notas de Paulo César de Souza. Companhia das Letras.

Freud, S. (1919a/2010a). Introdução à psicanálise das neuroses de guerra. In S. Freud. *Obras completas* (vol. 14, pp. 288-292). Tradução e notas de Paulo César de Souza. Companhia das Letras.

Freud, S. (1919b/2010d). O inquietante. In S. Freud. *Obras completas* (vol. 14, pp. 247-283). Tradução e notas de Paulo César de Souza. Companhia das Letras.

Freud, S. (1920/2010f). Além do princípio do prazer. In S. Freud. *Obras completas* (vol. 14, pp. 120-178). Tradução e notas de Paulo César de Souza. Companhia das Letras.

Freud, S. (1921/2011a). Psicologia das massas e análise do eu. In S. Freud. *Obras completas* (vol. 15, pp. 9-100). Tradução de Paulo César de Souza. Companhia das Letras.

Freud, S. (1923a/1980). *Dois verbetes de enciclopédia*. Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud (vol. 18). Imago.

Freud, S. (1923b/2011d). O Eu e o ID. In S. Freud. *Obras completas* (vol. 16, pp. 9-64). Tradução de Paulo César de Souza. Companhia das Letras.

Freud, S. (1924a/2011b). Neurose e psicose. In S. Freud. *Obras completas* (vol. 16, pp. 9-64). Tradução de Paulo César de Souza. Companhia das Letras.

Freud, S. (1924b/2011c). A perda da realidade na neurose e na psicose. In S. Freud. *Obras completas* (vol. 16, pp. 193-199). Tradução de Paulo César de Souza. Companhia das Letras.

Freud, S. (1925/2011e). As resistências à psicanálise. In S. Freud. *Obras completas* (vol. 16, pp. 227-240). Tradução de Paulo César de Souza. Companhia das Letras.

Freud, S. (1927/2014a). O futuro de uma ilusão. In S. Freud. *Obras completas* (vol. 17, pp.

- 187-243). Tradução de Paulo César de Souza. Companhia das Letras.
- Freud, S. (1930/2010b). O mal-estar na civilização. In *O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias a psicanálise e outros textos*. In S. Freud. *Obras completas* (vol. 18, pp. 9-89). Tradução de Paulo César de Souza. Companhia das Letras.
- Freud, S. (1940[1938]/2018). O compêndio de psicanálise. In *Obras completas* (vol. 19, pp. 118-170). Companhia das Letras.
- Guzmán, M. C., & Derzi, C. de A. M. (2021). O trauma e seu tratamento: contribuições de Freud e Lacan. *Revista Subjetividades*, 21(1), 1-14.
- Han, B.-C. (2014). *Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder*. Âyiné.
- Han, B.-C. (2018). *No exame: perspectivas do digital*. Tradução de Lucas Machado. Vozes.
- Han, B.-C. (2022). *Infocracia: digitalização e a crise da democracia*. Tradução de Gabriel S. Philipson. Vozes.
- Jorge, M. A. C. (2010). *Fundamentos da psicanálise de Freud a Lacan* (vol. 2). Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1954-1955/2010). *O seminário, livro 2: O eu na teoria de Freud e na técnica psicanalítica*. Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1961-1962/2003). *O seminário, livro 9: A identificação*. Centro de Estudos Freudianos do Recife.
- Lacan, J. (1966a-1967a/2008). *O seminário, livro 14: A lógica do fantasma*. Centro de Estudos Freudianos do Recife.
- Lacan, J. (1966b/1998). A ciência e a verdade. In J. Lacan. *Escritos* (pp. 869-892). Tradução de Vera Ribeiro. Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1967b-1968/2001). *O seminário, livro 15: O ato psicanalítico*. Escola de Estudos Psicanalíticos.

- Lacan, J. (1972-1973/2010). *O seminário, livro 20: Mais, ainda* (edição não comercial). Tradução de Ana Lucia Teixeira Ribeiro. Escola Letra Freudiana.
- Lacan, J. (1987). *O lugar da psicanálise na medicina* (vol. 12). Tradução de Marcus André Vieira. Cahiers du Collège de Médecine.
- Lameira, V. M., Costa, M. C. da S., & Rodrigues, S. de M. (2017). Fundamentos metodológicos da pesquisa teórica em psicanálise. *Revista Subjetividades*, 17(1), 68-78.
- Laplanche, J. (1992). *Novos fundamentos para psicanálise*. Martins Fontes.
- Laplanche, J. (2001). *Vocabulário de psicanálise/Laplanche e Pontalis: sob a direção de Daniel Lagache* (4a ed). Tradução de Pedro Tamen. Martins Fontes.
- Meneses, J. P. (2018). Sobre a necessidade de conceptualizar o fenómeno das fake news. *Observatorio (OBS*)*, 12(5), 38-53.
- Menezes, L. S. de. (2008). *Desamparo*. Casa do Psicólogo.
- Menezes, L. S. de. (2010). *Um olhar psicanalítico sobre a precarização do trabalho: desamparo, pulsão de domínio e servidão*. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. (Tese de doutorado).
- Paladino, A., Villalba, M., & Miguel, M. (2021). Entrevista a Martín Alfredo Becerra. desinformación, fake news y posverdad. *Palabra Clave (Argentina)*, 10(2), 2021.
- Rosa, M. D. (2004). A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, 4(2), 329-348.
- Rosa, M. D. (2018). *A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento* (2a ed). Escuta/Fapesp.
- Rosa, M. D., & Domingues, E. (2010). O método na pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais e políticos: a utilização da entrevista e da observação. *Psicologia & Sociedade*, 22(1), 180-188.

- Roudinesco, E., & Plon, M. (1998). *Dicionário de psicanálise*. Tradução de Vera Ribeiro e Lucy Magalhães. Supervisão da edição brasileira de Marco Antonio Coutinho Jorge. Jorge Zahar.
- Santos, T. C. dos. (2016). Desmentido ou inexistência do Outro: a era da pós-verdade. *Revista aSEPHallus de Orientação Lacaniana*, 11(22), 4-19.
- Sauret, M.-J. (2003). A pesquisa clínica em psicanálise. *Psicologia USP*, 14(3), 89-104.
- Serrano, P. (2010). *Desinformação: como os meios de comunicação ocultam o mundo*. Espalhafato.
- Sgarioni, M. M., & D'Agord, M. R. L. (2013). Ciência, verdade e saber na sociedade moderna: uma perspectiva psicanalítica. *Clínica & Cultura*, 2(1), 3-15.
- Sieiro, A. C. (2023). *Passagens em Caso [manuscrito], deformações d'álingua na escrita*. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. (Tese de doutorado).
- Zizek, S. (1992). *Eles não sabem o que fazem: o sublime objeto da ideologia*. Jorge Zahar.